



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Eliaana do Carmo Rocha Pinto

2º Ciclo de Estudos em Filosofia
Ética e Filosofia Política

Robert Nozick e Peter Vallentyne:
as dificuldades de rectificação no contexto das teorias libertárias.

2013

Orientadora: Sofia Miguens

Versão definitiva

**Robert Nozick e Peter Vallentyne:
as dificuldades de rectificação no contexto das teorias libertárias.**

**Robert Nozick and Peter Vallentyne:
the difficulties of rectification in the context of the libertarian theories.**

Eliana do Carmo Rocha Pinto

O libertarismo assume-se como uma teoria política baseada nos direitos de autopropriedade e de propriedade dos recursos externos e da sua legitimidade ao longo da história das posses num mercado livre. Na senda de John Locke, Robert Nozick e Peter Vallentyne estabelecem restrições (proviso) e princípios de justiça que impõem os critérios e limites das aquisições e transferências justas, constituindo a rectificação o mecanismo de correcção histórica das violações dos direitos de propriedade ocorridas ao longo das transacções efectuadas. A justiça intergeracional, as questões de redistribuição das posses, a importância atribuída à igualdade material, bem como o papel e funções do estado no restabelecimento da justiça surgem imediatamente como pano de fundo da rectificação. Argumenta-se neste trabalho que nenhum dos autores responde com eficácia aos problemas de rectificação. Estes acabam assim por debilitar os seus pressupostos, indicando no entanto, ao mesmo tempo, rumos e temas da reflexão incontornáveis na discussão político-filosófica actual.

Palavras-chave: Robert Nozick, Peter Vallentyne, libertarismo, autopropriedade, liberdade, direitos de propriedade, restrição, apropriação, transferência, rectificação, justiça, igualdade.

Libertarianism is a political theory based on self-ownership and property rights of the external things and its legitimacy throughout the history of holdings in a free market. In the path of John Locke, Robert Nozick and Peter Vallentyne require the satisfaction of some version of the Lockean *proviso* and of principles of justice which limit the

acquisitions and transfers of holdings. Rectification appears as the historical correcting mechanism of the violation of property rights that occur in the process of transfers. Intergenerational justice, redistribution problems, the material equality's significance and the role and functions of the modern states in the reestablishment of justice arise as the background of rectification. In the present dissertation, it is argued that none of the authors answers efficiently to the difficulties of rectification. This weakens their assumptions but, at the same time, indicates directions and reflection themes unavoidable in the current political philosophy discussion.

Keywords: Robert Nozick, Peter Vallentyne, Libertarianism, Self-ownership, Liberty, Property rights, *Proviso*, Acquisition, Transfer, Rectification, Justice, Equality.

Índice

Introdução	1
Capítulo I: Restrição e rectificação: a aplicabilidade dos princípios de titularidade	9
<i>I.1. Restrição e Apropriação</i>	<i>11</i>
<i>I.2. Sombra histórica da restrição: dificuldades de rectificação</i>	<i>15</i>
<i>I.3. Mercado livre, transferências e liberdade</i>	<i>19</i>
<i>I.4. Rectificação e história das posses: Presente e Futuro</i>	<i>22</i>
Capítulo II: Rectificação e redistribuição: a crítica às teorias distributivas	27
<i>II.1. Cooperação social e distribuição.....</i>	<i>29</i>
<i>II.2. Desigualdade e Liberdade</i>	<i>31</i>
<i>II.3. Críticas à redistribuição: a cobrança de impostos</i>	<i>35</i>
<i>II.4. Críticas à redistribuição: os talentos naturais como bens colectivos</i>	<i>38</i>
<i>II.5. Críticas à redistribuição: a posição original.....</i>	<i>41</i>
Capítulo III: Libertarismo de esquerda e a rectificação: a aplicabilidade da restrição igualitária	45
<i>III.1. Propriedade de si mesmo e Liberdade</i>	<i>47</i>
<i>III.2. Restrição e apropriação.....</i>	<i>48</i>
<i>III.3. A restrição igualitária: um princípio continuado.....</i>	<i>54</i>
<i>III.4. Restrição e transferências: Presente e Futuro</i>	<i>58</i>
<i>III.5. Restrição e rectificação: Passado.....</i>	<i>63</i>
Capítulo IV: Igualdade e Rectificação.....	67
<i>IV.1. Igualdade inicial de oportunidades de bem-estar: o cálculo.....</i>	<i>67</i>
<i>IV.2. Desigualdade e Rectificação.....</i>	<i>70</i>
<i>IV.3. Tributação e cobrança de impostos</i>	<i>72</i>
<i>IV.4. Fundo Social: promoção da igualdade inicial de oportunidades de bem-estar</i>	<i>73</i>
Conclusão	79
Referências bibliográficas.....	99
<i>Bibliografia primária.....</i>	<i>99</i>
<i>Bibliografia secundária:</i>	<i>102</i>

Lista de abreviaturas

NOZICK, Robert

ASU=*Anarchy, State and Utopia*. S/l, Blackwell Publishing, 2003 (1ª ed.: 1974).

A paginação desta edição corresponde à da 1ª edição.

VALLENTYNE, Peter

As referências a Vallentyne são exclusivamente dos seus artigos publicados em linha na sua página electrónica oficial (<http://klinechair.missouri.edu/>). Para simplificar as abreviaturas são compostas pela letra V seguida do número correspondente ao artigo que, no momento em que esta tese foi escrita, correspondia ao número da listagem elaborada pelo autor. O número da página que é indicado corresponde à paginação do documento resultante da transferência, mas apenas para facilitar a consulta uma vez que, dependendo do sistema operativo usado para o descarregamento dos artigos, poderá não corresponder exactamente à página citada. Contudo, para facilitar a consulta das referências, em nota de rodapé é indicado o capítulo ou secção em que ocorre, em itálico. Refira-se, ainda, que todas as traduções são da minha responsabilidade, encontrando-se os passos originais em notas de rodapé.

V 2= “Taxation, Redistribution and Property Rights” in *Routledge Companion to Philosophy of Law*, Routledge, ed. Andrei Marmor, 2012, pp. 291-301. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

V 2E= “Libertarianism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward N. Zalta, 2010. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [25-10-2011]

V 3= “Left-Libertarianism”, *Oxford Handbook of Political Philosophy*. Oxford University Press, ed. David Estlund, 2012, pp. 152-68. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [26-10-2011]

V 6= “Nozick’s Libertarian Theory of Justice” in *Anarchy, State, and Utopia—A Reappraisal*. Cambridge University Press, ed. Ralf Bader and John Meadowcroft, 2011, pp. 145-67. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2012]

V 11= “Left-Libertarianism as a Promising Form of Liberal Egalitarianism”, *Philosophical Exchange*, 2009, pp. 56-71. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [20-01-2013]

V 14= “Left-Libertarianism and Liberty” in *Debates in Political Philosophy*, Blackwell Publishers, ed. Thomas Christiano and John Christman, 2009, pp. 137-151. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [04-01-2013]

V 16= “Brute Luck and Responsibility”, *Politics, Philosophy & Economics* 7, 2008, pp. 57-80. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

V 17= “Answers to Five Questions on Normative Ethics” in *Normative Ethics: Five Questions edited*. Automatic Press/VIP, ed. Jesper Ryberg and Thomas S. Petersen, 2007, pp. 195-204. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [29-12-2012]

V 18= “Libertarianism and the State” in *Social Philosophy and Policy*, 24, 2007, pp. 187-205. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2013]

V 28= “Robert Nozick: Anarchy, State, and Utopia”, in *The Twentieth Century: Quine and After* (Vol. 5, *Central Works of Philosophy*). Acumen Publishing, ed. John Shand, 2006, pp. 86-103. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [15-03-2013]

V 36= “Brute Luck Equality and Desert”, in *Desert and Justice*. Oxford University Press, ed. Sabrina Olsaretti, 2003, pp. 169-185. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

V 40= “Distribution of What? An Introduction”, in *Equality and Justice: Distribution of What?*, Routledge, ed. Peter Vallentyne, 2003, xi-xiv. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

V 44= “Equality, Brute Luck, and Initial Opportunities”, *Ethics* 112, 2002, pp. 529-557. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

V 47= “Left-Libertarianism: A Primer”, in *Left Libertarianism and Its Critics: The Contemporary Debate*. Palgrave Publishers Ltd, ed. Peter Vallentyne and Hillel Steiner, 2000): pp. 1-20. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [25-10-2011]

V 50= “Equality, Efficiency, and Priority for the Worse Off”, *Economics and Philosophy* 16, 2000, pp. 1-19. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

V 51= “Le Libertarisme de Gauche et la Justice”, *Revue Economique* 50, 1999, pp. 859-878. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

V 15=VALLENTYNE, Peter and STEINER, Hillel, “Libertarian Theories of Intergenerational Justice” in *Justice Between Generations*. Oxford University Press, ed. Axel Gosseries and Lukas Meyer, 2009, pp. 50-76. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [21-04-2013]

V 32= VALLENTYNE, Peter, STEINER, Hillel and OTSUKA, Michael, “Why Left-Libertarianism Isn’t Incoherent, Indeterminate, or Irrelevant: A Reply to Fried”, *Philosophy and Public Affairs* 33, 2005, pp. 201-15. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [25-10-2011]

LM= MACK, Eric, *Liberty Matters: John Locke on Property*. Liberty Fund, Indianapolis, 2013. Consultado em <http://oll.libertyfund.org/title/2517> [2013-08-19]

Introdução

O tema central desta tese é a rectificação das injustiças passadas no contexto das teorias libertárias de Robert Nozick e de Peter Vallentyne, pondo em destaque as dificuldades que ambas, de carácter histórico, evidenciam na sua explicitação ou esclarecimento.

O interesse pelo libertarismo, primeiro de Robert Nozick e depois de Peter Vallentyne, adveio da curiosidade em estudar propostas alternativas ao estado social e às suas medidas redistributivas como garantias de rectificação ou reposição de uma noção de justiça que privilegia o bem-comum ou social. Não defendendo o bem comum, o libertarismo privilegia a liberdade individual num contexto de mercado livre em que cada um escolhe as alternativas disponíveis para concretizar os seus projectos de vida. Ao contrário dos teóricos da justiça distributiva que identificam nas desigualdades resultantes da distribuição a existência de injustiças, presumindo a igualdade como um valor ou objectivo que justifica acções redistributivas, os autores libertários pretendem garantir a justiça das posses resultantes das acções livres, independentemente do resultado final da distribuição. A desigualdade de rendimentos, de posses será a pedra de toque de qualquer reflexão filosófica e política sobre a justiça, uma vez que, tal como Rawls o explicitou, aquelas determinam as expectativas e as possibilidades dos indivíduos na determinação e realização dos seus projectos de vida.

Embora baseiem a sua teoria no direito da total autopropriedade, Nozick e Vallentyne reconhecem que sem recursos naturais ou materiais os indivíduos não poderão realizar os seus projectos de vida, não decorrendo daquele direito a sua efectivação. A propriedade privada decorre da propriedade de si próprio, tal como Locke já o havia defendido¹, embora as propostas dos dois autores se distingam quanto ao carácter da propriedade, bem quanto ao estatuto dos recursos naturais. Ainda na senda de Locke², propõem restrições que condicionam a apropriação devido ao carácter finito dos recursos e áquilo que é necessário deixar para que os outros possam também apropriar-se. As desigualdades na distribuição não serão problemáticas ou injustas se as

¹ “Torna-se, portanto, evidente que não obstante os produtos da natureza nos terem sido oferecidos em comum, o homem, sendo senhor de si próprio e *proprietário da sua pessoa*, dos seus actos e do seu *trabalho*, possui em si mesmo o *grande fundamento da propriedade*.” Locke (2007: §44)

² Cf. Locke (2007: §27)

restrições que propõem forem respeitadas e se as acções dos indivíduos não puserem em causa os direitos libertários dos outros (autopropriedade e direitos de posse dos recursos externos), pelo que a compensação ou rectificação não constituem mecanismos de intervenção constante na vida dos indivíduos.

Compreender a posição das duas teorias libertaristas sobre a rectificação é mais abrangente do que apenas perceber as condições necessárias para restabelecer a justiça de acções ou decisões passadas. É analisar todo o sistema teórico e os pressupostos destas propostas que se assumem como históricas, colocando a ênfase na forma como as distribuições poderão ou não ser justas, dependendo da acção livre dos indivíduos.

A rectificação das injustiças foi percebida como um ponto fulcral primeiramente da obra de Nozick, mas também como um dos temas que constantemente assolam a discussão política e económica da actualidade. A rectificação está presente em cada sistema público de assistência social, no estabelecimento de impostos, nas medidas de austeridade orçamental para corrigir desvios e erros perpetrados no passado, mas também nas privatizações em curso nos países da zona euro, a par com a limitação dos mercados, ou as nacionalizações ocorridas nalguns países em desenvolvimento. Rectificar não significa o mesmo para os vários quadrantes políticos, mas por isso, e para definir os seus critérios, analisar Nozick, a sua proposta e os seus opositores é problematizar primeiramente aquilo que de uma forma geral se toma como assente: a função protectora dos direitos sociais dos indivíduos atribuída ao estado. Esta função permite e legitima a cobrança de impostos e taxas como forma de financiar as suas actividades, mas também garantir uma certa ideia de igualdade que, para as teorias distributivas, é um dos fundamentos da justiça. Ora, segundo Nozick o estado não tem qualquer função redistributiva, a não ser quando se verifique uma injustiça passada cuja rectificação implique esporadicamente uma acção daquele tipo.

Ler e estudar o pensamento político de Robert Nozick é uma tarefa, logo à partida, dificultada pelo próprio que o apresenta “apenas” na sua obra *Anarchy, State and Utopia* de 1974. Esta obra, apresentada como alternativa ao liberalismo igualitário defendido por John Rawls na sua *Uma Teoria da Justiça* publicada em 1971, colocou o liberalismo libertário no âmago da discussão político-filosófica, evocando os principais fundamentos e argumentos do liberalismo antigo de John Locke. Com a reflexão político-filosófica focada na tese de Rawls, Nozick surge como o contraponto, o opositor mais inspirado ao domínio da noção de estado de providência ou estado social, propondo o estado mínimo como o mais alargado a que legitimamente se podia e devia

aspirar de forma a não desrespeitar os direitos dos indivíduos. Os conceitos de liberdade e igualdade e as noções de direitos e deveres tomam as rédeas da discussão, da qual irrompe o pensamento de Nozick como paradigma incomensurável a que alguns aderem, muitos criticam, mas a que dificilmente se é indiferente.

Numa primeira leitura tende-se a aderir à sua argumentação, pelo que a crítica e a problematização não entram imediatamente em acção. No entanto, à medida que as releituras se sucedem e se analisa com o objectivo de sintetizar a sua teoria política percebe-se que nalguns pontos, demasiados para um filósofo profissional³, a sustentação não é firme e os fundamentos não são esclarecidos.

Ao centrar-se a análise na possível aplicação ou necessidade do princípio de rectificação percebe-se que o problema não é o princípio em si, mas que para o aplicar seria necessário verificar a legitimidade e aplicabilidade dos outros princípios, o que se revela difícil e por vezes impossível. Rectificar pode obrigar a recuar a um estado de natureza que não passará de uma experiência de pensamento em que os resultados poderão não ser aferidos ou estabelecidos com o rigor e objectividade necessários à alienação de posses de uns indivíduos para ressarcir outros. A ilegitimidade da alienação das posses é, aliás, um dos pontos centrais da crítica de Nozick aos estados redistributivos e à cobrança de impostos que tratam o produto do trabalho dos indivíduos como *manás caídos do céu*, roubando-lhes o tempo em que o estiveram a executar, logo, roubando parte de si próprios. Sendo o direito de propriedade de si mesmo aquele em que funda toda a sua teoria e argumentação percebe-se que o facto de não esclarecer a forma como a alienação das posses poderá ser feita nalguns casos, torna a teoria vulnerável.

Significativo na teoria de Nozick é o facto de apresentar a rectificação das injustiças, que afinal é o objectivo primordial das teorias distributivas, como um princípio menor que apenas será utilizado pontualmente, uma vez que o processo de distribuição será regulado pelos dois princípios de justiça, de aquisição e de transferência, bem como pelo *proviso* ou restrição. O princípio de rectificação não é suficientemente enunciado ou fundamentado para que possa, de facto, ser utilizado como indicador de medidas de rectificação das injustiças ocorridas no mercado livre em que as posses se transaccionam. O facto de não ter esclarecido este princípio é

³ Cf. Paul (1983: 13-4)

intrigante, uma vez que permite a crítica dos seus princípios de justiça, partindo da própria teoria.

Contudo, aquilo que falta para sustentar as suas posições constitui nas leituras seguintes o que mais desperta a atenção. Uns interessaram-se pela crítica e objecção à teoria nozickiana, outros defenderam-na e encontraram os argumentos que Nozick não utilizou, mas que serão úteis à sua teoria. Outros ainda encontraram novas formas de defender e sustentar o libertarismo, corrente que estava afastada da discussão da filosofia política, defendendo um estado que garanta os direitos sociais primários ou que promova a igualdade, funções que caracterizam o estado social a que Nozick se opõe. Nestes últimos inclui-se a proposta libertária de esquerda defendida por Peter Vallentyne. Este autor dedicou-se à crítica de alguns aspectos da teoria de Nozick não pondo de parte a acutilância e pertinência actuais e concretas das propostas libertaristas. Mantendo a importância dos direitos de propriedade de si mesmo e da liberdade, não apenas no seu sentido negativo como Nozick, mas também no sentido positivo, Peter Vallentyne defende um estado com funções mais restritas do que tinha proposto Nozick com o seu estado mínimo, mas que privilegia a igualdade de oportunidades.

O interesse pelo libertarismo de esquerda, e por Peter Vallentyne em particular, adveio de uma vontade de perceber se poderia a importância dada pelos libertaristas à total propriedade de si mesmo e à liberdade individual ser coerente com alguma noção de igualdade, permitindo que a rectificação e a compensação não constituíssem apenas mecanismos de correcção histórica de injustiças já cometidas, mas mecanismos de prevenção ou atenuação das desigualdades materiais cuja responsabilidade não pode ser imputada aos indivíduos e que limitam a sua liberdade efectiva. À pergunta *a liberdade garantirá a justiça?* Nozick responde afirmativamente, enquanto Vallentyne acrescenta que é necessária mas não suficiente, acrescentando a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar às condições de justiça. Assim, a liberdade no sentido negativo apresentada por Nozick como a base da sua teoria é questionada e posta em causa, propondo Vallentyne que seja também considerada no seu sentido positivo, definindo e estabelecendo as condições para a sua efectivação. Liberdade, igualdade, propriedade de si mesmo, compensação e rectificação são conceitos que se interligam e que compõem o cerne não só das teorias libertaristas, de direita e esquerda, mas de todas as teorias da justiça.

Para Vallentyne, a sociedade existe e não apenas os indivíduos, embora mantenha a prioridade dos direitos naturais individuais. Assim, há deveres interpessoais

e não apenas indivíduos que vivem as suas vidas, sendo este o cerne da sua concepção de justiça. A noção de justiça refere-se àquilo que os indivíduos devem uns aos outros e esses deveres advêm de uma noção de igualdade que considera crucial defender à partida, não obstante as decisões livres dos indivíduos acabarem por conduzir à desigualdade que não será tomada como injusta, pois constituirá o resultado de escolhas que podem ser atribuídas a indivíduos livres, com direitos e responsabilidade nas acções. Deste modo, aquela igualdade é apenas inicial, garantindo iguais oportunidades iniciais de bem-estar. O resultado não é definido ou estabelecido *a priori* não havendo um padrão de distribuição ou resultado final a atingir. Tanto para Vallentyne como para Nozick, a liberdade do indivíduo em concretizar o seu projecto de vida é moralmente prioritária a qualquer definição ou concepção de distribuição final ou de bem-estar colectivo ou social. A prioridade dos direitos naturais dos indivíduos e a sua defesa é o que caracteriza, também, o libertarismo. As divergências dentro da corrente surgem quanto ao estatuto moral do resto do mundo, e entre Nozick e Vallentyne a propósito da forma como os recursos naturais são apropriados.

Para Nozick o mundo é não possuído podendo qualquer um apropriar-se dos seus recursos, desde que tenha o engenho necessário e respeite a restrição que propõe, deixando *tanto e tão bom* para os outros usarem.

Para Vallentyne o mundo pertence a todos de uma forma igualitária, pelo que será necessária uma partilha inicial dos recursos naturais que garanta as mesmas oportunidades iniciais de bem-estar. A apropriação e o uso exclusivo destes recursos, finitos, estarão sujeitos a compensações devidas àqueles que os não possam usar, sob a forma de taxas ou impostos. O estado manter-se-á limitado, mas poderá garantir ou fazer cumprir as compensações e rectificações, bem como promover a igualdade inicial de oportunidades pelo investimento daqueles pagamentos (fundo social) em mecanismos que a efectivem. O papel e a função do estado na implementação ou promoção das noções de justiça defendidas, e respectivas posições relativas à igualdade, bem como na protecção dos direitos libertários assumirão, deste modo, outra vertente da análise da rectificação de injustiças.

O carácter histórico do libertarismo constituirá mais uma das dificuldades na rectificação das injustiças, senão a primordial... As restrições e os princípios ou limites que os dois autores estabelecem relativamente às aquisições ou transferências têm como objectivo garantir a justiça ao longo da história das posses. A história das posses é, assim, para ambos, uma forma concreta de avaliar a justiça da distribuição. No entanto,

essa história não é linear e as interpretações que dela se façam num determinado momento podem constituir uma injustiça se se ignorar o contexto em que as trocas e as transferências ocorreram. Algum relativismo impõe-se à interpretação ou, pelo menos, a consciência de que as condições do passado se alteraram e com elas a noção de justiça. Aplicar a restrição abstractamente, sem ponderar todas as condicionantes que conduziram ao actual estado das posses, poderá ser injusto. Avaliar todas as condicionantes poderá ser impossível.

Ora, Nozick ao estabelecer o princípio de rectificação e a restrição acaba por ignorar, ainda que afirme o contrário, o peso da realidade. Retornar ao estado de natureza para aferir a justiça das posses, verificando a aplicação da restrição pode ser impossível. Para além disso, pode constituir uma injustiça fazê-lo. Afinal, ainda que a primeira aquisição pudesse ser desrespeitadora da restrição, todas as transferências posteriores poderão ser justas, no sentido de Nozick, o que tornaria qualquer posterior rectificação percebida como injusta, uma vez que os indivíduos nada fizeram ou nenhuma responsabilidade lhes poderia ser atribuída pela situação presente.

Peter Vallentyne caracteriza o seu método como *equilíbrio reflexivo* (V 17), isto é, em que a teoria abstracta e o mundo concreto se apoiam e justificam mutuamente. Na filosofia política este parece ser um método pertinente, uma vez que a abstracção teórica por vezes se alonga em questões e jogos de linguagem que não encontram qualquer correspondência na vida dos indivíduos e das sociedades ou em que a sua aplicação poderia conduzir a despotismo e a regimes ditatoriais. Isaiah Berlin (1958) já havia caracterizado este desfasamento ou ingenuidade dos filósofos como algo a ter em conta no seu famoso ensaio “Two concepts of Liberty”. Vallentyne defende que não só os juízos abstractos, mas também os exemplos e os casos concretos devem ser sujeitos à crítica, à revisão e à constante alternância do peso dado a uns e outros. Contudo, para avaliar a história das posses tendo em conta a sua restrição igualitária seria também necessário um recuo a um estado inicial em que as posses são partilhadas, não esclarecendo Vallentyne se esse momento é durante a vida do indivíduo que detém os direitos de posse, ou se é um momento passado não contemporâneo à sua existência.

Se Nozick não prevê as dificuldades na aplicação do princípio de rectificação, Vallentyne não propõe medidas de rectificação de injustiças passadas que esclareçam até onde se deve recuar no tempo, qual a legitimidade da alienação das posses injustas ou quem poderia executar a rectificação.

A justiça intergeracional e a determinação de direitos e deveres entre indivíduos não contemporâneos decorrem dos problemas de rectificação e ambos revelam lacunas no seu tratamento. As gerações futuras e passadas surgem no cerne da discussão relativa à rectificação devido ao carácter histórico das suas propostas e, no entanto, nenhum dos autores lhe dá o tratamento adequado, desconsiderando ou negando direitos a alguns, mas mantendo os deveres de outros em relação ao passado ou futuro.

Concluindo, a rectificação no contexto das teorias libertárias de Nozick e Vallentyne surgiu como tema cuja abrangência foi aumentando com a leitura e análise dos seus escritos, demonstrando a proficuidade dos temas da filosofia política. Se Vallentyne continua a publicar e a rever as suas posições sobre os mais diversos conceitos e temas, preocupando-se em sustentar as suas posições, Nozick não o fez, deixando um livro e uma teoria que continuam a ser objectos de estudo quarenta anos após a sua publicação. O libertarismo voltou à discussão político-filosófica e, ainda que dele discorde, Vallentyne deve-o a Nozick.

Capítulo I: Restrição e rectificação: a aplicabilidade dos princípios de titularidade

Nozick inicia o capítulo relativo à justiça distributiva (ASU, 149) afirmando que o conceito de justiça distributiva não é neutro, uma vez que pressupõe formas que legitimam uma distribuição central dos recursos que se consideram ser provisão de algo ou alguém (como o estado ou a sociedade em sentido lato). Ora, numa sociedade livre a distribuição resulta das trocas e acções voluntárias dos legítimos proprietários, isto é, das decisões livres e voluntárias dos indivíduos (ASU, 150). Cada uma dessas decisões, desde que não tenha interferido com os direitos de propriedade dos outros, é o garante da justiça das posses, pelo que esta é uma concepção de justiça histórica em que os princípios de justiça são baseados na história das posses e na forma como foram adquiridas e transferidas.

Acusando-as de a-históricas, Nozick critica as teorias da justiça distributivas ou redistributivas cujo interesse é apenas estabelecer quem termina com que parte dos recursos, de acordo com um padrão de distribuição determinado previamente, sendo que distribuições estruturalmente idênticas serão igualmente justas ou injustas. Determinadas por princípios de resultado-final, estas teorias ocupam-se da estrutura da distribuição final, constituindo aqueles “princípios de porções de tempo actuais”¹ (ASU, 153) que ignoram a história, o processo levado a cabo para se atingir o resultado final.

Ora, não basta, para analisar a justiça da distribuição actual, analisar apenas quem tem o quê. É necessário analisar por que razão o detém, compreender se a distribuição resultante proveio de mecanismos e processos justos. O resultado final não é uma exigência inicial baseada em qualquer critério, mas a consequência de trocas e acções voluntárias legítimas dos indivíduos (ASU, 150). Importa a Nozick compreender o que realmente aconteceu (ASU, 152), ao longo das aquisições, transferências e rectificações das injustiças que tenham ocorrido entretanto, sendo a sua teoria processual e histórica.

No entanto, reconhece que o facto de a distribuição ter resultado de processos e mecanismos justos não garante a justiça retributiva. “O paralelo entre a preservação da

¹“*current time-slice principles*”

justiça e a preservação da verdade torna claro onde falha e onde permanece a justiça do processo. Se as premissas forem verdadeiras, então a conclusão, se for derivada de meios/processos que preservem a verdade (validade formal), será verdadeira. Não é suficiente para garantir a justiça de uma situação ter surgido de uma situação justa por um meio de preservação da justiça”² (ASU, 151), como por exemplo a doação voluntária (de alguém que dá ao ladrão algo) (ASU, 151) ou, como se verá adiante, a apropriação total de um bem que inicialmente não foi possível possuir totalmente, de acordo com o *proviso* ou restrição. Na teoria da titularidade todo o processo é considerado e tido em conta, desde a posse inicial dos recursos, até às transferências que resultarão na distribuição actual, verificando-se em cada alteração, em cada transacção, se os direitos dos indivíduos foram respeitados, ou seja, se os princípios de justiça das posses foram aplicados.

Nozick estabelece, então, três princípios que, não tendo como fim uma distribuição pré-determinada ou um resultado-final, garantem a justiça do processo, logo, a justiça da distribuição que daí resultar. Os três princípios da teoria do justo-título ou teoria da titularidade (*entitlement theory of justice*) – princípio de justiça na apropriação, princípio de justiça na transferência e o princípio da rectificação das injustiças – são princípios históricos, sendo que se os dois primeiros forem respeitados não haverá necessidade de aplicar o último. A rectificação não obedece a qualquer resultado-final ou distribuição previamente desejada, mas será apenas aplicada quando se detecte um procedimento injusto na transmissão ou posse inicial dos bens. Ao contrário das teorias distributivas ou redistributivas que assumem *a priori* a existência de injustiças que o estado terá que rectificar, Nozick coloca a rectificação como necessária se e só se algum procedimento ou alguma etapa do processo (apropriação ou transferência) desrespeitar os seus princípios. Daí não se dedicar à explicitação do último princípio como faz com os outros dois, os quais esclarece e problematiza, respondendo a possíveis objecções. Todavia, à medida que os seus argumentos se vão sucedendo, percebe-se que a aplicação do princípio de rectificação apenas se realizaria se os pressupostos da sua teoria fossem postos de parte e os princípios violados ou desrespeitados. A avaliação da justiça é feita a partir da teoria, como será notório ao longo da apresentação dos argumentos de Nozick, constituindo uma debilidade.

² “The parallel between justice-preserving transformations and truth-preserving transformations illuminates where it fails as well as where it holds. That a conclusion could have been deduced by truth-preserving means from premisses that are true suffices to show its truth. That a situation could have arisen via justice-preserving means from a just situation does not suffice to show its justice.”

I.1. Restrição e Apropriação

Ao iniciar a avaliação da justiça das posses, é necessário verificar a aplicação do primeiro princípio da justiça na apropriação. Este define e delimita o âmbito da primeira apropriação, da posse de bens não possuídos. Aqui Nozick defenderá uma restrição (ou *proviso*) à maneira de Locke, mas com algumas especificidades. O problema central será como possuir algo não possuído excluindo os outros. Segundo Jonathan Wolff (1996: 105-6) será esta a questão que distancia Nozick de Locke, uma vez que este último pretendia esclarecer como se pode possuir algo que seria direito de todos, ou seja, como se pode dividir³.

Para especificar o princípio de justiça na apropriação, Nozick recorrerá à perspectiva *lockeana* que se caracteriza pela “defesa da apropriação da propriedade privada baseada no trabalho daquele que se apropria”⁴. Fundando as posses e o direito de propriedade na posse de si mesmo, a mistura do seu trabalho com os bens determina a sua posse. A mescla do trabalho com os objectos não possuídos torna-os legitimamente e justamente propriedade do indivíduo que os utiliza. No entanto, ao fazê-lo, terá o indivíduo direito ao objecto ou ao valor que lhe acrescentou no uso que dele fez? Afinal, será que ganhou o direito ao objecto ou “perdeu” o trabalho? Por outro lado, também é identificado por Nozick o problema da extensão do objecto utilizado, uma vez que o critério *lockeano* poderia conduzir alguém a declarar-se proprietário do “universo não apropriado” (ASU, 174).

Não obstante as críticas a Locke, Nozick defende igualmente a necessidade de se estabelecer uma restrição que garanta, depois da apropriação inicial, o suficiente (ou tanto) e tão bom⁵ (ASU, 175) quanto o que foi apropriado para que os outros se apropriem – versão forte da restrição – ou para que usem – versão fraca da restrição.

Contudo, “enough and as good” por comparação com o estado de natureza? Qual a situação que serviria de critério ou *base de referência*⁶ (ASU, 177) para determinar

³ De facto, Locke (2007: §26) afirma: “Na medida em que são produtos da natureza, os frutos que nela [terra] crescem espontaneamente, bem como os animais que nela se alimentam, pertencem a todos os homens em comum. (...) Por isso, tem necessariamente que existir *um meio de serem apropriados*, de modo a poderem ser úteis ou benéficos para qualquer homem particular.”

⁴ Wolff (1996: 102)

⁵ “enough and as good”

⁶ “baseline”

que a actual não seria pior? Nozick admite que esta é uma questão importante e necessária à sua investigação, todavia não lhe responde em *Anarchy, State and Utopia*⁷ (ASU, 177). No entanto, mesmo não definindo a base de referência afirma que qualquer teoria que defenda direitos de propriedade, sejam individuais ou colectivos, necessita de fundamentá-los, uma vez que estes direitos acabam por limitar a liberdade dos outros se apropriarem ou usarem determinadas posses ou bens.

Nozick utilizará a versão fraca da restrição estabelecendo que será injusta toda a apropriação que piorar a situação dos outros que deixam de ter a liberdade de usar o que foi adquirido⁸ (ASU, 178). Seguidamente esclarecerá o que significa piorar a situação dos outros de forma negativa: adquirir parte de um bem que torne um indivíduo concorrente de outro ou compensar alguém pela apropriação que agravaria a sua situação são exemplos de acções que não pioram a circunstância dos outros (ASU, 178). Concorrer e compensar são acções que não desrespeitam a restrição, logo, garantem a justiça das posses. A restrição de Nozick coloca o critério e a base de referência num patamar tão baixo que permite a apropriação de praticamente qualquer bem. Nozick apenas tem conta a degradação das condições materiais por comparação com a situação anterior à primeira apropriação em que o mundo não era pertença de ninguém, comparação que, desde logo, é tão implausível que impossibilita a aplicabilidade do princípio de rectificação devido à falta de critério de comparação e avaliação.

Ainda assim, Nozick prossegue a sua argumentação afirmando que ao comparar-se a situação de apropriação de qualquer bem com a situação anterior em que esse bem não era possuído, podendo ser usado por qualquer um desde que tivesse a força necessária para afastar os outros, conclui-se que a posse do bem poderá até constituir uma melhoria significativa para os outros, os não-proprietários. Os recursos são limitados (o que não se pressupunha na teoria de Locke) o que conduzirá à impossibilidade de todos os indivíduos adquirirem direitos de propriedade sobre os bens. Contudo, apropriar-se de um bem não significa necessariamente piorar a situação dos outros que, a partir desse momento, já não o poderão adquirir (ASU, 175). A perda de alguma autonomia e de independência dos não-proprietários pode ser compensada pela melhoria das suas condições materiais de existência. Ainda que não se possa adquirir um determinado bem, legitimamente possuído por outro, poderá usar-se parte

⁷ “This question of fixing the baseline needs more detailed investigation than we are able to give it here.”

⁸ Cf. “A process normally giving rise to a permanent bequeathable property right in a previously unowned thing will not do so if the position of others no longer at liberty to use the thing is thereby worsened.”

desse bem ou beneficiar das inovações e melhorias introduzidas pelo proprietário. O uso que os proprietários fazem dos bens pode aumentar o seu valor para a comunidade, uma vez que a apropriação os motiva a investirem os seus talentos na valorização e rentabilização das suas posses, logo, a propriedade privada será a forma de potenciar os recursos e melhorar as condições de vida de todos. Nozick julga, então, demonstrar que a apropriação dos recursos não significa perda de liberdade efectiva dos que não os possuem, uma vez que as inovações introduzidas, as melhorias nas condições de existência ou o facto de os proprietários terem que acarretar com custos (de manutenção, por exemplo) e riscos (como catástrofes naturais que levem à perda total da posse) poderão mesmo colocá-los em posições mais desfavorecidas do que os não-proprietários. Todavia, os benefícios do não-apropriadores são pressupostos, e não deduzidos de qualquer mecanismo que os garanta, pelo que, de facto, não se evita a possibilidade de ocorrerem injustiças, violações da restrição que terão que ser rectificadas.

Por outro lado, a negação do direito à propriedade conjunta dos recursos leva Nozick a colocar o problema da justiça da apropriação dos bens necessários à sobrevivência. Não há, como já referido, a noção de bens como direitos de todos, que é necessário dividir, como em Locke, mas de bens não possuídos que podem ser adquiridos se tal não piorar a situação dos outros. O filósofo aplica o seu *proviso* defendendo que o direito à vida não significa o direito a tudo o que garanta a vida, uma vez que pode constituir direito de propriedade de outros. Na senda de Ayn Rand, afirma que o direito à vida não implica o direito à posse dos bens necessários à sobrevivência, mas o direito a agir e a perseguir aquilo de que necessita para viver. Esses bens poderão pertencer a alguém se os ganhar, se fizer algo para que, legitimamente os possa usar ou deles se apropriar (ASU, 179 *). Nas palavras de Ayn Rand (1989: 90): “Deve ter-se em conta que o direito de propriedade é um direito de agir, tal como todos os outros: não é o direito a um objecto, mas à acção e consequências de ter produzido ou ganho aquele objecto. Não há garantias de que um homem irá obter qualquer propriedade, mas apenas a garantia de que a possuirá se a adquirir. Este é o direito a ganhar, a guardar, a manter, a usar e a dispor de valores materiais.”⁹ Assim, se alguém se apropriar legitimamente de

⁹ “12. The man’s rights” in *The virtue of selfishness*: “Bear in mind that the right to property is a right to action, like all the others: it is not the right to an object, but to the action and the consequences of producing or earning that object. It is not a guarantee that a man will earn any property, but only a guarantee that he will own it if he earns it. It is the right to gain, to keep, to use and to dispose of material values.”

um bem necessário à vida (água potável é o exemplo utilizado pelo autor), mas se as restantes reservas desse bem forem destruídas por um desastre natural, tal não dá aos outros indivíduos, agora em risco de vida, o direito àquela posse que foi legitimamente adquirida, embora possa limitar os direitos do proprietário que não poderá negociá-la ao preço que lhe aprouver (ASU, 180).

Contudo, não se esclarece como ou por quanto tempo essa limitação se manteria, ainda que se afirme que os direitos não desaparecem, mas apenas são suspensos para evitar uma catástrofe (humanitária, no exemplo que apresenta). Se esse bem tiver escapado à catástrofe graças à precaução ou engenho do proprietário, a situação será diferente, uma vez que os outros proprietários descuraram os seus bens (ASU, 180*), logo, não têm qualquer direito ao bem, nem há qualquer limitação do direito de propriedade. Resta-lhes a caridade do proprietário, se este assim o decidir. Este tipo de considerações e de limitações aos direitos de propriedade parecem a Nozick aplicar-se unicamente em casos de catástrofe, pelo que a afirmação da justiça processual da teoria da titularidade mantém-se. Em praticamente todas as situações, ninguém poderá exigir ao justo e legítimo proprietário de um bem a sua doação ou transferência, se a sua acção não piorou a situação dos não-proprietários.

Nozick (ASU, 181-2) apresenta ainda o argumento das patentes¹⁰, defendendo que o facto de alguém possuir totalmente um bem necessário à manutenção da vida dos outros não garante que a situação destes tenha sido piorada. É o caso de um investigador que, no decorrer da sua pesquisa, tenha sintetizado a substância que cura uma qualquer doença. Esta descoberta é sua, bem como a fórmula que ele patenteia. A sua recusa em fornecer ou vender a fórmula não piora a situação de outros, uma vez que na situação inicial não a possuíam. Mas o mesmo se aplica se o caso fosse a descoberta de uma substância na natureza que cura a mesma doença. Manter-se-ia o direito de propriedade intelectual do investigador. Tal é aceite como direito de propriedade, embora se possa questionar a moralidade da decisão de não vender ou não divulgar a fórmula ou a substância. Todavia, Nozick afirma a necessidade de estabelecer um prazo para este tipo

¹⁰ Este exemplo encerra, no entanto, uma particularidade que é a de confundir criação com apropriação de recursos já existentes. Alguns autores defendem que não há qualquer diferença de fundo entre descobrir um recurso natural e usá-lo ou criar um artefacto, uma vez que antes dessas acções o objecto ou o bem não possuíam qualquer valor. Esta é a perspectiva dos libertaristas de direita, como Israel Kirzner (1983) que defende que todos os recursos são criados *ex nihilo* pelos seus apropriadores. Kirzner baseia-se nesta ideia para defender que Nozick nem sequer necessitaria de estabelecer um *provisio*, pois ninguém pode reclamar algo que não existia antes da apropriação. Contudo, não é claro que a intenção de Nozick tenha sido anular qualquer valor inicial dos recursos naturais, embora os seus argumentos e a restrição coloquem de facto o valor num patamar muito baixo. Cf. Paul (1983: 22)

de propriedade, uma vez que a investigação de outros poderia conduzir ao mesmo resultado, estando limitados pela patente do primeiro: “o seu legado deve ser limitado”¹¹ (ASU, 181), afirma. O limite não se refere à vida dos indivíduos e à sua melhoria mas, uma vez mais, aos direitos de propriedade que será primordial proteger e garantir.

Nos argumentos apresentados Nozick evidencia que não há qualquer direito dos indivíduos a serem compensados pela apropriação quando a sua situação não for piorada por alguém, não havendo a quem exigir essa compensação. O facto de a circunstância de alguém poder ser melhorada com a limitação dos direitos absolutos de propriedade, não significa que o deva ser, pois da mesma forma que os direitos são individuais, os deveres também o são. Assim, ninguém tem o dever de melhorar as condições dos outros, se nada fez para as piorar.

I.2. Sombra histórica da restrição: dificuldades de rectificação

O *proviso* deverá ser usado e aplicado na apropriação inicial, mas a sua *sombra histórica*¹² (ASU, 180) dever-se-á manter, o que introduz alguma complexidade à teoria da titularidade. A sombra histórica do *proviso lockeano* na apropriação permite estabelecer e verificar se a situação inicial, se a base de referência, foi agravada pelas acções voluntárias, coordenadas ou isoladas, dos indivíduos. A legitimidade da propriedade deriva da legitimidade da apropriação ou transferência anterior, logo, será necessário efectuar a regressão à apropriação original para se verificar a legitimidade de qualquer posse¹³. Desta forma, se for injusto apropriar-se inicialmente de um bem na sua totalidade, então sê-lo-á igualmente no presente e futuro, pelo que nenhum indivíduo poderá legitimamente adquirir-lo por meio de transferências posteriores. Se a apropriação inicial for legítima, não sendo permitida a total apropriação do bem mas, associada a todas as transferências posteriores, conduzir ao monopólio desse bem, então o *proviso* foi violado (ASU, 180) e é necessário rectificar a injustiça.

Contudo, a questão relativa a como se aplicaria o princípio de rectificação das injustiças volta a colocar-se. Qual (is) da (s) acção (ões), individual (ais) e/ou colectiva (s) deve (m) ser rectificada (s) para poder ser restabelecida a justiça? Seguir a sombra histórica da restrição, ainda que fosse possível fazê-lo até ao ponto da

¹¹ “ (...) its bequest might be limited.”

¹² “Each owner’s title to his holding includes the historical shadow of the Lockean *proviso* on appropriation.”

¹³ Cf. Kymlicka (1995: 123-4)

apropriação inicial, poderia não ser esclarecedor da injustiça. Se todas as acções tiverem sido livres, voluntárias e não tiverem individualmente desrespeitado a restrição, como identificar a causa da injustiça resultante (por exemplo, a formação de um monopólio)? As possibilidades de rectificação deste tipo de injustiças não são suficientemente investigadas por Nozick, o que resulta nalguma incoerência interna da teoria, uma vez que mesmo quando os princípios são respeitados, o processo pode resultar injusto e o terceiro princípio, apenas pela sua enunciação, não nos permite identificar a forma de rectificar estas injustiças.

Uma das possibilidades de rectificação seria retirar o bem, que não poderia ter sido apropriado na sua totalidade, a todos o que o possuíam. Isto assemelha-se à nacionalização ou estatização de um determinado bem ou serviço, o que para Nozick seria um desrespeito pelo direito de propriedade dos indivíduos e implicaria um estado mais extenso do que o seu estado mínimo, semelhante a um estado socialista, um castigo exagerado para estas injustiças ou “pecados” (ASU, 231). Outra das possibilidades de rectificação seria regressar ao momento exactamente anterior ao monopólio do bem, impedindo que os indivíduos transferissem a sua propriedade do bem. No entanto, qualquer das hipóteses anteriores introduziria arbitrariedade, uma vez que a retirada do bem significaria uma violação dos direitos de propriedade dos indivíduos que o detinham, sendo indiferente e arbitrária a circunstância da desapropriação. Imediatamente antes de ser constituído o monopólio ou noutro qualquer momento esta anulação do direito conduziria a uma função não prevista, e indesejável, do estado mínimo. Por seu turno, a manutenção do resultado total das acções e transferências significaria a manutenção da injustiça e a percepção dela pelos indivíduos que não poderiam usar um bem que não deveria ter sido apropriado na sua totalidade, logo, a sua situação era pior em relação a uma situação anterior que não podendo ser definida ou estabelecida, também não poderia ser rectificada, restabelecendo-se a justiça.

De notar que Nozick não crê que tal situação seja comum, uma vez que o mercado acabaria por impedir a criação desse monopólio – “quanto mais alguém adquirir uma substância escassa que outros desejam, mais subirão os preços da restante, e mais difícil será adquiri-la toda.”¹⁴ (ASU, 179). O funcionamento do mercado livre e a sua *mão invisível* restabeleceriam a justiça. Interessante é notar que o autor nunca

¹⁴ “(...) the more someone acquires of a scarce substance that others want, the higher the price of the rest will go, and the more difficult it will become for him to acquire it all.”

coloca a possibilidade de limitar o mercado com leis *anti-trust*, por exemplo, não colocando a hipótese que o livre funcionamento do mercado, o capitalismo, pode limitar a liberdade dos indivíduos. Segundo Will Kymlicka (1995: 169), tal deve-se ao facto de Nozick utilizar uma definição moralizada de liberdade, como exercício de direitos, não reconhecendo que o livre-mercado pode ocasionar perdas de liberdade resultantes da impossibilidade de usar ou adquirir um determinado bem que não deveria ter sido alvo da apropriação total.

A intervenção do estado na vida das pessoas é limitada pelo exercício dos seus direitos de propriedade num mercado livre, pelo que se nenhum direito dos outros tiver sido objecto de violação, então não há qualquer razão legítima para a acção do estado. Contudo, a restrição de Nozick acaba por estabelecer, implicitamente, um resultado-final não desejado (por exemplo, o monopólio) que os indivíduos devem ter em conta de cada vez que se apropriem de algo ou transfiram os seus haveres. Ora, a sua aplicação, por exigir um conhecimento de toda a história das posses pode resultar numa intervenção constante na vida das pessoas, ou pelo menos na constante vigilância das aquisições e transferências de recursos, o que Nozick não admite. A acusação dirigida por Nozick a Rawls e a todas as teorias distributivas ou redistributivas num dos seus mais conhecidos argumentos, o caso de Wilt Chamberlain, cuja primeira afirmação é “a liberdade contraria os padrões”¹⁵ (ASU, 160) poderia ser-lhe também dirigida¹⁶, uma vez que a sombra histórica das posses conduz à presença constante do estado na avaliação da justiça das transacções e à rectificação.

Naquele argumento, o autor coloca a hipótese de uma distribuição de riqueza que é feita voluntariamente pelos indivíduos, eventuais membros de uma qualquer sociedade, que decidem transferir para Wilt Chamberlain parte dos seus rendimentos para o verem jogar basquetebol. Assim, partindo-se de uma distribuição D1 estabelecida de acordo com qualquer padrão de distribuição considerado justo, as acções dos indivíduos, transferências voluntárias, alteram-na, resultando numa distribuição D2. Esta contraria não só os princípios de resultado-final que determinaram D1, mas também a igualdade. Wilt Chamberlain acabará por se tornar milionário graças aos bilhetes pagos pelos seus admiradores, o que nenhuma teoria redistributiva admitiria, uma vez que o seu enriquecimento irá contrariar o padrão de distribuição que foi considerado inicialmente justo e que não pressupunha a fortuna do desportista. A acção

¹⁵ “How liberty upsets patterns”

¹⁶ Cf. Kymlicka (1995: 168)

livre dos indivíduos criará disrupções no padrão que conduzirão ou ao seu abandono ou à necessidade de uma intervenção, do estado, para restabelecer a justiça distributiva de acordo com o padrão defendido e com o resultado pretendido. Ora, segundo Nozick aquela intervenção acaba por violar os direitos dos indivíduos, sejam eles os fãs do desportista que deixariam de poder assistir aos seus jogos, seja o próprio Wilt Chamberlain que veria parte do rendimento que adquirira com o seu esforço e talento ser-lhe retirado pelo estado, em forma de impostos ou taxas. De forma intuitiva pretende que o leitor conclua da justiça da distribuição D2 e da injustiça do reforço da distribuição D1, logo, pelo abandono do padrão que conduz a uma intervenção constante e inaceitável na vida de cada um, ou melhor, nos seus direitos de propriedade.

Contudo, esta intervenção ocorrerá também na teoria da titularidade se se alterar o ponto de partida do argumento – os princípios de resultado-final escolhidos – substituindo-o pelo respeito pelo *proviso* de Nozick e pelos seus princípios de justiça. A distribuição D1 teria que ser o resultado da primeira apropriação, respeitando a restrição, pelo que qualquer distribuição que daí resultasse, por meios legítimos de transferência seria justa. Todavia, não havendo uma base de referência objectiva para comparar a situação actual dos indivíduos, e não sendo possível ou até irrelevante prever as consequências futuras das acções justas realizadas no presente, então não há forma de se saber se a restrição está a ser respeitada e se, por exemplo, não estará em curso a formação involuntária do monopólio de um determinado bem que inicialmente não pôde ser apropriado na sua totalidade. Associada aos princípios de justiça, a restrição pressupõe que determinadas acções, apropriações e transferências não poderão ser levadas a cabo, pois conduziriam ao agravamento da situação de alguns. De resto, os indivíduos não poderiam em todas as circunstâncias ser os avaliadores da adequação das suas acções à restrição de Nozick, uma vez que não teriam acesso a toda a informação necessária para verificar que não estariam a piorar a situação dos outros. Respeitar objectiva e efectivamente a restrição conduziria à necessidade de um estado mais extenso que o estado mínimo, um estado que não se limitaria a tentar rectificar as injustiças passadas, mas a impedi-las no presente e no futuro, o que o autor não consente.

O resultado-final não desejado, a posse injusta, nunca é admitido inicialmente ou sequer evitado *a priori*, é apenas rectificado *a posteriori*, pois só nesse momento os indivíduos tomam consciência da sua injustiça. O *proviso* é enfraquecido e enfraquece a teoria pois Nozick não admite a intervenção do estado para prevenir a sua violação, o

que tornaria desnecessária a aplicação do princípio de rectificação. A rectificação constituiria, assim, uma constante intervenção na vida dos indivíduos se partíssemos de uma distribuição D1 apenas com a enunciação dos princípios e da restrição tal como são dados por Nozick. Nenhum deles é replicado, em contínuo, pela acção livre e voluntária dos indivíduos o que conduziria, mais cedo ou mais tarde, à necessidade de rectificação das injustiças.

I.3. Mercado livre, transferências e liberdade

Ignorando aquelas objecções, Nozick defende um estado mínimo que terá como função proteger os direitos das pessoas, os direitos de propriedade, logo, protegê-las “contra a força, o roubo, a fraude” e fazer cumprir os contratos (ASU, ix). Avaliar a justiça das posses é a função do estado mínimo, fazendo cumprir os princípios de justiça. A alteração de qualquer distribuição inicial, regulada pelo princípio de justiça na apropriação e pelo *proviso*, para outra distribuição será justa se o processo for justo, se cada uma das transferências tiver sido justa e efectuada entre indivíduos que detinham o justo-título das posses transferidas, doadas, oferecidas ou até recusadas, passando ao estatuto de não possuídas.

Assim, esclarece que “o que surgir de uma situação justa por passos justos é justo. Os meios de troca especificados pelo princípio de justiça na transferência preservam a justiça.”¹⁷ (ASU, 151). A distribuição resultante, embora não padronizada, será inteligível, pelo que nenhuma sociedade a considerará inaceitável. Esta é a convicção de Hayek, tal como referida no livro de Nozick: os princípios de titularidade libertistas não poderão ser percebidos como injustos, pois a distribuição deles resultantes é inteligível e racional. Seria percebida como injusta se fosse o resultado de uma série de arbitrariedades ou acasos, mas tal não é o caso. Na verdade, a ordem retributiva funciona graças aos objectivos individuais que determinam as transferências, utilizando-se também aqui a explicação de mão invisível ou a “ordem espontânea” de Hayek, permitindo tornar inteligível aquilo que é produto de factores não intencionais e incognoscíveis na sua complexidade e totalidade. Hayek “mostra que o sistema de transferências da teoria retributiva não é um girar sem sentido. O sistema retributivo é defensável quando movido pelos objectivos dos indivíduos nas transferências

¹⁷ “Whatever arises from a just situation by just steps is itself just. The means of change specified by the principle of justice in transfer preserve justice.”

individuais. Não é necessário nenhum objectivo mais geral nem um padrão de distribuição”¹⁸ (ASU, 159). E ainda que os indivíduos possam não esclarecer ou mesmo conhecer todas as variáveis que os fizeram decidir numa determinada direcção, o importante é que a sua decisão foi aquela e tal é inteligível. Cada decisão constituirá, afinal, parte da sombra histórica das posses.

A inexistência de um objectivo ou padrão não significa que a teoria da titularidade é aleatória ou arbitrária, mas tão só que o seu sentido é determinado por cada uma das transacções de posses entre os indivíduos, sendo pouco provável presumir que estas são efectuadas sem qualquer propósito ou sentido. Numa sociedade livre, segundo Nozick, a distribuição final “é o produto de muitas decisões individuais que os diferentes indivíduos têm o direito de tomar”¹⁹ (ASU, 150). Apenas os princípios-processo são compatíveis com a liberdade, pois os resultados derivam de acções livres, logo, têm que ser aceites²⁰.

No entanto, o próprio Nozick coloca o problema de algumas decisões poderem não ser realmente voluntárias pelas limitações resultantes das decisões anteriores. De notar que qualquer alteração da situação distributiva deve ter em conta o *proviso*, pelo que antes da transferência e da decisão os indivíduos deverão tê-lo em conta. O problema é que a acção legítima dos outros, tinham o direito de agir daquela forma, pode limitar as oportunidades disponíveis aos outros indivíduos. Nozick apresenta um exemplo com o qual pretende esclarecer esta questão, concluindo que as escolhas dos indivíduos, se forem legítimas, são justas, pelo que a acção dos outros não é limitada injustamente, logo, a restrição não é violada.

O argumento parte da “analogia desconcertante”²¹ entre casamentos voluntários e contratação laboral, isto porque antecipa as críticas que poderão ser feitas por aqueles que considerem que um trabalhador que tenha que escolher entre morrer à fome e trabalhar nas condições estabelecidas pelo dono do capital não está verdadeiramente perante alternativas. Ora, dá o exemplo de 26 homens e 26 mulheres que pretendendo casar-se vão escolhendo o seu par, mas tendo em conta que há uma ordem de preferência, um grau de desejabilidade dos indivíduos que é partilhado por todos os

¹⁸ “(...) shows that the system of transfer of entitlement is not just spinning its gears aimlessly. The system of entitlement is defensible when constituted by the individual aims of individual transactions. No overarching aim is needed, no distributional pattern is required.”

¹⁹ “The total result is the product of many individual decisions which the different individuals involved are entitled to make.”

²⁰ Cf. Espada (1997: 226)

²¹ Carracedo (1990: 262): “desconcertante analogía”

elementos do sexo oposto. Nozick atribui-lhes nomes de A a Z, sendo que o A de cada sexo é o mais desejável e o Z o menos desejável. Os casais vão-se formando e, de forma racional e inteligível, os A's casam-se um com o outro, impedindo que os B's se casem com eles. No entanto, tal não significa limitação da liberdade, apenas que há determinadas opções que já não estão disponíveis pelo exercício legítimo de direitos de outros indivíduos. De facto, “as suas escolhas não se tornam não voluntárias apenas pelo facto de haver algo que prefeririam ter feito”²² (ASU, 263).

Segundo Nozick, o mesmo se passa nas relações entre os trabalhadores e os donos do capital. As decisões dos outros, trabalhadores e donos do capital, vão moldando a circunstância em que o indivíduo vai tomar a sua decisão, mas tal não limita de forma essencial a sua decisão livre, apenas o impede de escolher algumas alternativas que outros tiveram o direito de escolher, sem que a sua situação seja piorada. À partida o indivíduo já não poderia contar com o leque de escolhas que a acção anterior possuía, “a escolha de alguém entre diferentes graus de alternativas não apetecíveis não se torna não voluntária pelo facto dos outros voluntariamente terem escolhido e agido em conformidade com os seus direitos de uma forma que não lhe proporcionou uma alternativa mais apetecível”²³ (ASU, 264). A limitação das alternativas disponíveis não é sinónimo de ausência ou limitação de liberdade, como aliás acontece com todas os constrangimentos naturais que impedem os indivíduos de fazer algo que prefeririam, mas que não é possível concretizar (ASU, 262).

Todas as transferências, bem como qualquer apropriação, limitarão necessariamente as escolhas disponíveis para os indivíduos que decidam em seguida, o que não significará uma escolha ou decisão não voluntária ou uma violação da restrição. Apenas significa que os indivíduos têm o direito aos seus haveres e a fazer deles o que entenderem, constituindo o mercado e a sua “ordem espontânea” a circunstância em que terão que desenvolver e pôr em prática as suas decisões e projectos de vida. “A cada um o que escolha, de cada um como for escolhido”²⁴ (ASU, 160) será o lema que regulará as transferências numa sociedade e mercado livres. O mesmo raciocínio é utilizado na analogia dos casamentos com a contratação laboral. O trabalhador poderá não aceitar as condições estabelecidas pelo dono do capital, mas Nozick crê numa certa neutralidade

²² “ (...) their choices are not made nonvoluntary merely by the fact that there is something else they each would rather do.”

²³ “A person’s choice among differing degrees of unpalatable alternatives is not rendered nonvoluntary by the fact that others voluntarily chose and acted within their rights in a way that did not provide him with a more palatable alternative.”

²⁴ “From each as they choose, to each as they are chosen.”

moral do mercado, pelo que nega a necessidade de estabelecimento de bens sociais primários e não prevê que o trabalhador ainda que não morra à fome, possa a sua condição ser miserável por falta de alternativa. Exploração e bens sociais primários são conceitos que considera inadequados no âmbito da sua teoria da justiça. Ambos pressupõem direitos que poderão pôr em causa os direitos de propriedade de outros indivíduos, propriedade de si mesmo e de recursos externos.

Por outro lado, não admite que a acumulação de recursos ou de capital possa conduzir à perda efectiva de liberdade dos demais, neste caso, dos trabalhadores²⁵. Aliás, para Nozick apenas o livre mercado garante a liberdade efectiva dos indivíduos, uma vez que coloca a tónica nos seus interesses e objectivos individuais que somente poderão ser limitados pelos direitos de propriedade dos outros indivíduos. A propriedade é absoluta e constitui o único limite da acção dos indivíduos, sendo ilimitada. Os princípios de justiça das posses são, por isso, relativos à propriedade e não a qualquer outro direito natural como a liberdade: “ (...) o verdadeiro núcleo da teoria da justiça como titularidade não é a liberdade de iniciativa, mas a propriedade ilimitada e incondicionada defendida por Nozick”²⁶. A dimensão da propriedade é irrelevante para Nozick, constituindo a restrição o único limite à acumulação ilimitada. Contudo, o *proviso* é defendido na sua versão fraca, pelo que, como já foi referido, permite a apropriação total de praticamente qualquer bem.

A dimensão da propriedade não tem, assim, segundo Nozick, poder coercitivo, constituindo apenas a realização dos direitos legítimos de indivíduos que constroem a circunstância justa e legítima em que todos lidam com as suas vidas, apropriando-se e transferindo legitimamente as suas posses. A autodeterminação, que será acerrimamente defendida pelo autor no ataque às teorias distributivas no célebre argumento de Wilt Chamberlain, passará a segundo plano quando se trate de defender a propriedade privada²⁷.

I.4. Rectificação e história das posses: Presente e Futuro

O terceiro princípio apenas estabelece que deve ser rectificada qualquer posse que não tenha sido adquirida de acordo com o princípio de apropriação das posses ou

²⁵ Cf. Carracedo (1990: 262-3)

²⁶ “(...) el verdadero núcleo de la teoría de la justicia como titularidad no es la libertad de iniciativa, sino la propiedad ilimitada e incondicionada que plantea Nozick.” Carracedo (1990: 260)

²⁷ Cf. Savidan (1999: 380)

que não tenha sido transferida de acordo com o princípio de transferência das posses. A noção de justiça histórica ou processual adquire o seu verdadeiro significado e dimensão com este último princípio que, sendo perceptível como necessário, não se esclarece como poderá ser aplicado, uma vez que algumas injustiças poderão não ser rectificáveis: não se saber a quem ressarcir, a quem privar das suas posses, ou sequer se a injustiça ocorreu por se ter que recuar indeterminadamente no tempo, sendo que os registos do processo poder-se-ão ter perdido ou nem sequer existido.

Admitindo que o princípio de rectificação, pela importância que tem para a aplicação da sua teoria da justiça, deveria ser melhor esclarecido e problematizado, Nozick não leva esta tarefa avante (ASU, 153). Constata-se a dificuldade não só em determinar a justiça das posses, mas sobretudo em aplicar o princípio de rectificação, já que teriam que ser apuradas as circunstâncias iniciais de qualquer posse, bem como de todas as transferências efectuadas ao longo do tempo. O próprio Nozick tem noção de que esta é uma tarefa hercúlea, uma vez que nem sempre se saberia até onde recuar para poder rectificar a injustiça das posses²⁸ (ASU, 152). Tendo em conta os dois princípios anteriores e a restrição, a informação necessária para poder avaliar a existência da injustiça e a forma de a rectificar seria praticamente impossível de obter. Não só seria necessário recuar à apropriação inicial ou transferência que originou a injustiça, como estabelecer qual a situação da vítima antes da injustiça e intuir os possíveis cenários futuros que foram piorados pela injusta apropriação ou transferência das posses. Outro dos problemas é discernir a quem ressarcir da injustiça, uma vez que as vítimas podem ter sido indirectamente afectadas, por exemplo, quando foi cometida contra os seus antepassados. Por outro lado, a injustiça pode ter sido levada a cabo por outros que não aqueles que a rectificarão, por exemplo, os cidadãos que pagam as injustiças cometidas pelos seus antepassados, ou por um governo que agiu em seu nome e representação. Nozick responderá a algumas destas questões, embora mantenha uma certa indeterminação quanto à forma de rectificar as injustiças.

Histórica a teoria de Nozick apenas analisa o passado e o presente das posses, não admitindo que a utilização legítima de bens no presente poderá causar injustiças nas posses futuras e a exigência de aplicação do princípio de rectificação. Não havendo qualquer resultado final a perseguir ou a evitar, o futuro é irrelevante bem como as consequências que as acções passadas e presentes poderão ter. As gerações vindouras

²⁸ “How far back must one go in wiping clean the historical slate of injustices?”

não têm, para Nozick, qualquer direito. Apenas os indivíduos vivos têm direitos, direito à total propriedade de si mesmos e à posse de bens exteriores. Se os direitos de propriedade e a liberdade advêm da autopropriedade, tal impede a consideração dos indivíduos que não existindo ainda, não apresentam qualquer dignidade ou relevância moral para as decisões dos existentes.

No entanto, embora não tendo direitos ou garantias face às acções voluntárias e justas dos seus antepassados, poder-se-ia depreender que as gerações vindouras têm o dever de restituir aquilo que possuem graças à acção injusta e ilegítima dos seus antepassados. Aliás, se não fosse assim o princípio de rectificação nem sequer poderia ser enunciado, uma vez que parte das injustiças cometidas nas posses apenas serão detectadas no futuro, não sendo possível a rectificação directa pelos seus perpetradores.

Contudo, algumas das exigências que faz em relação à necessidade de rectificação carecem de esclarecimento. Uma delas é a seguinte: se há direito a rectificação pelas decisões dos antepassados porque não há direito a garantir as condições mínimas de vida dos sucessores? Se as gerações futuras não possuem quaisquer direitos, pelo simples facto de não existirem e não serem donas de si mesmas, então o que justifica os seus deveres de rectificação? Aqui é notória, uma vez mais, a importância dos direitos de propriedade para Nozick, uma vez que é neles que fundamenta toda a sua teoria. Não há propriamente um dever de rectificação das gerações vindouras, mas uma posse ilegítima por parte desses indivíduos. O que herdaram era ilegítimamente possuído pelos seus antepassados, pelo que nunca tiveram direito à posse. Daí denominar o princípio como rectificativo e não compensatório. Rectificar a injustiça é restabelecer o percurso justo da posse, desde a apropriação inicial até à distribuição resultante de todas as acções e transferências voluntárias e individuais, tendo em conta a restrição. Este princípio acaba por ser a única circunstância em que Nozick defende direitos positivos, o direito à restituição do haver ilegítimamente possuído por outro.

Numa tentativa de determinar a forma de rectificar as injustiças, Nozick presume que as vítimas, ou os seus descendentes, fazem parte do grupo dos mais desfavorecidos, uma vez que a injustiça cometida acabaria por piorar a sua condição. Pelo contrário, aqueles, ou os seus descendentes, que cometeram a injustiça incluem-se no grupo dos mais favorecidos, pelo que o princípio de rectificação poderia ser enunciado de forma similar ao princípio da diferença de Rawls: “organize-se a sociedade de forma a maximizar a posição de qualquer grupo que acabe por se tornar o menos abastado da

sociedade”²⁹ (ASU, 231). A questão poderá, no entanto, complexificar-se se for admitido que não serão os descendentes directos a pagar e a rectificar as injustiças, mas o estado. Nozick admite-o, mas apenas para aquelas injustiças que, sendo tão complexas, justifiquem um estado provisoriamente mais extenso que o estado mínimo.

Numa sociedade regida pelos princípios de titularidade, poder-se-ia supor que os mais desfavorecidos acabariam por exigir a avaliação da justiça da distribuição actual, da justiça das posses. Isto acarretaria a análise da história das posses desde a primeira apropriação e necessária comparação da situação de todos os indivíduos antes e após esse primeiro acto. Ora tal é implausível, pelo que Nozick poderia admitir que, na ausência de dados e de informação concreta para analisar, na generalidade seria uma das hipóteses de distribuição padronizada que acabaria por se concretizar, nem que fosse provisoriamente como ponto de partida. A desconfiança em relação ao passado e a necessidade de rectificar as injustiças poderiam conduzir a uma distribuição *rawlsiana*, a uma distribuição igualitária ou a uma distribuição e estado socialistas. Contudo, a sombra histórica das posses impedi-lo-ia de permitir qualquer das distribuições padronizadas, pois constituiria um ponto de partida injusto, desrespeitador da restrição e dos direitos naturais dos indivíduos. Admitindo que poderá ser necessário um estado mais extenso para rectificar as injustiças das posses, nega que possa ser tão extenso quanto um estado socialista (ASU, 231).

Relativamente aos efeitos e consequências das apropriações e transferências das posses no futuro, a resposta de Nozick é ilustradora, uma vez mais, da importância dos direitos de propriedade. Assim, aborda o problema da poluição (ASU, 79-81) e da conservação dos recursos naturais não reconhecendo qualquer direito às gerações vindouras. O problema da poluição é debatido como afectando no presente indivíduos que devem ser compensados por alguma perda de liberdade de acção. Deverá proceder-se ao balanço de custos e benefícios e, por razões de mercado, se os custos forem mais elevados a acção ou actividade poluidora não será levada a cabo. No entanto, se os benefícios forem mais significativos que os custos, então os indivíduos que lucrarem deverão compensar, e não rectificar, qualquer perda de autonomia ou liberdade dos outros indivíduos que vejam a sua situação piorar devido aos efeitos poluentes. Custear o isolamento acústico das casas que se encontrem nas imediações de um aeroporto é um dos exemplos dados pelo autor das compensações devidas aos

²⁹ “ (...) organize society so as to maximize the position of whatever group ends up least well-off in the society.”

indivíduos que sejam prejudicados pela acção dos outros. Da discussão dos problemas relacionados com a poluição Nozick passa aos relacionados com a conservação dos recursos naturais (ASU, 81*). Afirmando que o desbaratar dos recursos naturais é mais usual em propriedades que não são privadas, ou seja, em propriedades colectivas, e que as gerações vindouras ou as presentes desejam visitar florestas virgens ou banhar-se em rios não poluídos, conclui que há um interesse económico dos proprietários desses recursos em conservá-los. Por um lado, defende que a propriedade privada, porque depende de determinado indivíduo que terá interesse, em condições normais, de a rentabilizar será mais eficaz na conservação dos recursos naturais do que a propriedade conjunta ou comunitária. Por outro lado, não reconhecendo qualquer direito das gerações vindouras a esses recursos, apenas admite que a sua conservação poderá ter, no futuro, interesse económico para o proprietário. Os direitos de propriedade são, assim, os únicos considerados³⁰.

Direitos de propriedade, princípios de justiça na apropriação e na transferência e restrição constituiriam a garantia da justiça, uma vez que todos teriam direito às posses na distribuição final. No entanto, porque o mundo não é totalmente justo e há acções individuais e situações que não são reguladas e legitimadas pelos princípios de justiça na apropriação e transferência, o princípio de rectificação surge para eliminar as injustiças passadas e restabelecer o processo legítimo e justo de distribuição das posses. Esta é aliás uma das funções do estado mínimo que, dependendo da complexidade e abrangência da injustiça, poderá ver as suas funções provisoriamente alargadas. Contudo, Nozick não o esclarece em *Anarchy, State and Utopia* – “estes assuntos [relativos à aplicação do princípio de rectificação numa determinada sociedade] são muito complexos e será melhor deixá-los para uma análise profunda do princípio de rectificação”³¹ (ASU, 231) –, nem o fará em qualquer outro momento.

³⁰ Cf. Carracedo (1990: 263)

³¹ “These issues are very complex and are best left to a full treatment of the principle of rectification.”

Capítulo II: Rectificação e redistribuição: a crítica às teorias distributivas

Toda a teoria de Nozick se baseia na ideia primordial ou no direito básico e absoluto à propriedade, primeiramente de si mesmo. É a partir desta que enuncia quer a noção de liberdade, quer a noção de igualdade, esclarecendo o que distingue as teorias redistributivas da sua teoria da titularidade.

A propriedade de si próprio é o direito de cada um dispor de si mesmo, do seu corpo, dos seus talentos e capacidade naturais, de tudo o que constitui a sua individualidade. Desta decorre a propriedade absoluta de tudo aquilo que o indivíduo adquire de forma legítima, tendo em conta os princípios de justiça e a restrição lockeana. Proprietário de si mesmo, o indivíduo produz a riqueza graças ao seu corpo e dotes, pelo que o seu conjunto de posses (“set of holdings”) é parte de si. A defesa do estado mínimo baseia-se, aliás, no direito absoluto de propriedade e na ilegitimidade da acção do estado para compensar desequilíbrios ou desigualdades sociais relativas aos conjuntos de posses individuais. O estado mínimo é o garante do direito de propriedade, tendo como função exclusiva proteger este direito e os indivíduos da violência, fraude, roubo ou não cumprimento de contratos. Qualquer acção não prevista ou pressuposta pela função mencionada constituirá uma violação da liberdade dos indivíduos.

A redistribuição operada pelo estado social e tida como objectivo pelas teorias distributivas não é legítima, segundo Nozick. O conceito de justiça distributiva não é neutral, já que implica uma redistribuição de algo que é produzido por alguém, como se esse bem ou produto fosse comunitário ou passível de ser partilhado. Esta partilha é considerada necessária por aquelas teorias como meio de restabelecer uma determinada ideia padronizada de justiça relativa às posses e condições materiais dos indivíduos. A distribuição e redistribuição ocorrem, assim, para rectificar injustiças que surgem *a priori* decorrentes da simples existência contemporânea de indivíduos com diferentes talentos e dotes naturais, com diferentes contextos sociais, experiências culturais ou, se se preferir, diferentes circunstâncias. A desigualdade é, assim, o motivo que conduz à redistribuição como forma de a rectificar.

Ora, Nozick questiona “a legitimidade para alterar as instituições sociais de forma a alcançar uma maior igualdade ao nível das condições materiais”¹ (ASU, 232). Afirmar a este propósito que “não pode ser assumido que a igualdade tem de ser construída em qualquer teoria da justiça”² (ASU, 233), defendendo que a igualdade é “muitas vezes assumida e raramente discutida” (ASU, 232).

Presumindo a igualdade como objectivo a atingir, as teorias distributivas analisam o padrão de distribuição existente e estabelecem princípios que conduzam às distribuições almejadas, anulando as desigualdades, isto é, as injustiças. Nozick discorda desta concepção de injustiça, defendendo que a simples observação de um sistema de distribuição das posses não permite identificá-lo como justo ou injusto. Da mesma forma, a desigualdade não é necessariamente injusta, pelo que não se poderá pressupor a igualdade como sendo o contrário, constituindo-se como o objectivo de qualquer teoria da justiça. Segundo Nozick, a análise histórica de todos os processos de aquisição e transferência que conduziram à distribuição final é crucial para avaliar se esta é ou não justa. Apenas após esta avaliação e análise histórica se poderá concluir da necessidade de rectificação de alguma injustiça que tenha ocorrido ao longo do processo. Assim, Nozick ataca as teorias distributivas por se basearem apenas no resultado final esquecendo que ele é o produto de acções livres, voluntárias e legítimas dos indivíduos. Por outro lado, acusa-as de tratarem as posses como manás caídos do céu, não tendo em conta a relação entre a produção e a distribuição, entre os bens e os serviços e aqueles indivíduos que os produziram ou prestaram.

Constituindo a rectificação o último princípio da teoria da titularidade, será aplicável apenas nos casos em que os outros princípios tenham sido violados ao longo do processo de constituição de um conjunto de posses, tornando-o ilegítimo. Não se baseará em qualquer padrão final ou em qualquer ideia pré-estabelecida de igualdade, seja de condições materiais, seja de oportunidades. Terá em conta a história das posses, logo, a relação entre produção e distribuição, bem como os talentos, esforço e trabalho dos indivíduos que adquiriram legitimamente os bens. Fundar-se-á no direito inviolável de propriedade de si mesmo e das suas posses. Constituirá, por isso, uma clara oposição a todas as teorias distributivas, mas particularmente à teoria de Rawls, afirmando

¹ “The legitimacy of altering social institutions to achieve greater equality of material condition is, though often assumed, rarely argued for.”

² “It cannot merely be *assumed* that equality must be built into any theory of justice.”

Nozick que "os filósofos políticos têm que trabalhar dentro da teoria de Rawls, ou explicar por que razão não o fazem"³ (ASU, 183).

II.1. Cooperação social e distribuição

Nozick inicia a sua análise crítica à teoria da justiça de Rawls⁴, questionando os motivos que tornam problemática a cooperação social e conduzem à redistribuição. Se a cooperação social leva ao problema da justiça distributiva, então poderia ser desejável que esta cooperação não existisse e que cada um obtivesse a sua parte unicamente pelos seus meios e esforços. No entanto, Nozick afirma que os indivíduos acabariam por reivindicar alguma redistribuição, mesmo não havendo cooperação social, ilustrando-o através do argumento dos 10 Robinson Crusoes (ASU, 185). Cada um dos 10 náufragos vivendo na sua ilha, sem ter merecido ou empreendido qualquer esforço para ocupá-la, não teria direito aos bens e recursos naturais existentes nas outras ilhas. Contudo, havendo a possibilidade de transferência de bens e recursos para outras ilhas, bem como de informação relativa às condições de vida uns dos outros, aqueles que se deparassem com condições mais desfavoráveis tenderiam a reivindicar recursos das outras ilhas, alegando estarem numa situação desfavorecida de forma imerecida.

Rejeitando considerações acerca do mérito moral para a distribuição, Nozick defende que exigir a rectificação de situações ou condições naturais, sejam elas os recursos naturais de um determinado território, seja dos talentos individuais, não faz qualquer sentido numa teoria da justiça. Não resultando nenhum deles da cooperação social, nenhum direito à sua propriedade pode ser partilhado ou redistribuído. Reclamar justiça nestes casos constitui uma reivindicação sem sentido.

Esta ausência de sentido da reivindicação de justiça, no caso dos recursos naturais e dos talentos, pode ser lida como uma defesa da posição anti-igualitária de Nozick que coloca os 10 indivíduos, aparentemente em situações idênticas, em circunstâncias iniciais desiguais, não correspondendo a esta designação qualquer conotação pejorativa. Nenhum dos Robinson Crusoes mereceu a sua ilha, mas também nenhum prejudicou outro pelo facto de ter chegado àquela e não a outra. A arbitrariedade da chegada à respectiva ilha não retira ao náufrago o direito a usar e apropriar-se do que lá existe, uma vez que não interfere com o direito de propriedade

³ "Political philosophers now must either work within Rawls' theory or explain why not."

⁴ ASU, 183: "Distributive Justice", *Section II*

dos outros, nem os deixa numa situação pior do que se lá não tivesse chegado. As exigências de justiça não fazem sentido numa situação em que não haja cooperação social, pelo que apenas uma teoria poderia ser defendida: a teoria do justo-título em que o objectivo primordial seria assegurar que nenhuma posse ou direito de propriedade fossem violados (ASU, 185-6).

Nozick coloca, no entanto, um desafio à sua teoria da titularidade, questionando se no caso de haver cooperação social, como a que é preconizada pelas teorias distributivas, a justiça das posses estaria garantida. A resposta é afirmativa no caso dos produtos de cada um serem identificáveis e as trocas serem efectuadas num mercado livre. Neste caso não há qualquer problema de distribuição, sendo que “cada indivíduo é como uma empresa em miniatura”⁵ (ASU, 186). Se a produção for conjunta e não for possível discriminar os contributos de cada um a distribuição manter-se-á justa graças ao funcionamento do mercado livre em que as pessoas estabelecem trocas e transferem bens. Fornecedores de matérias-primas, empresários, trabalhadores individuais, grupos de trabalhadores farão os acordos livres e voluntários que conduzirão à distribuição legítima, logo, justa (ASU, 187). Num mercado livre e num sistema capitalista em que o respeito pela propriedade de si mesmo é primordial, a cooperação social não cria problemas de distribuição.

Por outro lado, critica Nozick, num sistema como o de Rawls em que a distribuição é padronizada, o problema criado pela distribuição e que culmina na necessidade da rectificação ou redistribuição também carece de sentido. Ao estabelecer o princípio da diferença⁶, Rawls afirma que um sistema de distribuição não igualitário pode ser justo se as desigualdades beneficiarem os menos favorecidos, cuja situação seria pior caso não se verificassem. Ora, para que possa aferir-se a aplicação do princípio da justiça de Rawls é necessário que todos os contributos sejam identificáveis e que as condições anteriores e posteriores à sua aplicação, bem como a avaliação dos seus custos e benefícios, também o sejam. Então, se é possível discriminar os incentivos, os ganhos, se o produto conjunto da cooperação social é divisível, as razões pelas quais Rawls afirma a existência de problemas de justiça distributiva são pouco claras e até misteriosas segundo Nozick (ASU, 189).

⁵ “ (...) each person is a miniature firm.”

⁶ “As desigualdades económicas e sociais devem ser distribuídas por forma a que, simultaneamente:

a) redundem nos maiores benefícios possíveis para os menos beneficiados, de uma forma que seja compatível com o princípio da poupança justa, e

b) sejam a consequência do exercício de cargos e funções abertos a todos em circunstância de igualdade equitativa de oportunidades.” Rawls (2001: 239)

Conclui assim, que a cooperação social não pode constituir o fundamento da redistribuição, nem colocando como pressupostos os da teoria da titularidade, nem os da teoria distributiva de Rawls.

II.2. Desigualdade e Liberdade

No entanto, os defensores da redistribuição utilizam outros argumentos para a defesa da justiça distributiva, como o da necessidade de rectificação das injustiças decorrentes das desigualdades entre os indivíduos, sejam elas ao nível das posses materiais, sejam ao nível das capacidades ou talentos naturais.

Nozick critica a presunção de Rawls segundo a qual “na ausência de qualquer razão moral suficientemente forte, deve existir igualdade”⁷ (ASU, 222), uma vez que na maioria das situações, não havendo razões moralmente significativas, o tratamento e as relações interpessoais são marcados pela desigualdade e diferenciação. Que os indivíduos sejam tratados de forma desigual não é, para Nozick, injusto em si mesmo, pelo que a concorrência e a consequente diferenciação não implicam a rectificação, como pretendem os teóricos da justiça distributiva. Se o filósofo atraiu a atenção da sua mulher graças aos seus atributos físicos e beleza, quem poderá exigir a rectificação desta situação? Com base em que direitos se poderia fazer esta reivindicação de justiça? De facto, a sua mulher tratou-o de forma desigual em relação aos outros pretendentes, o que resultou num tratamento preferencial que se relaciona directamente com as características de Nozick que ela valorizou e que não encontrou nos outros indivíduos (ASU, 237). A sua situação foi favorecida por algo arbitrário no qual não empreendeu, poder-se-ia supor, qualquer esforço adicional. Ainda assim, as reivindicações dos seus adversários não seriam tidas por ninguém como legítimas. Da mesma forma que não o seriam as de um proprietário de uma sala de cinema que assiste à preferência dos clientes por outra sala que não a sua (ASU, 223). Esta preferência pode resultar de um atributo do outro proprietário que será valorizado pelos clientes na prestação do serviço – simpatia, bom gosto, delicadeza, sensibilidade... – e, no entanto, num mercado livre estes factores não seriam eliminados pelo seu carácter arbitrário, mas, pelo contrário, seriam potenciados.

⁷ “ (...) in the absence of any such moral reasons of sufficient weight, there ought to be equality.”

Tal não é injusto, é apenas a constatação de que numa decisão livre as preferências e gostos individuais desempenham um papel primordial. Tentar centralizar ou controlar o processo afirmando que os concorrentes foram injustamente, porque desigualmente, tratados é retirar aos indivíduos o direito de decidirem e optarem por aquilo que melhor lhes convém, logo, a propriedade de si mesmos. Este tratamento desigual dos concorrentes é legítimo para Nozick e deve ser lido tendo em conta a defesa da igualdade moral dos sujeitos tal como é prescrita pelo imperativo kantiano. Embora não estabeleça diferentes níveis de moralidade no tratamento desigual, não distinguindo situações em que poderá ser moralmente significativa a desigualdade ou igualdade de tratamento, todos os indivíduos terão que ser tratados como fins em si mesmos, sendo este o único limite que coloca à livre actuação dos indivíduos.

As teorias distributivas propõem medidas que rectifiquem aquelas desigualdades criadas pelo livre funcionamento do mercado e pelas transacções livres e legítimas das posses entre os indivíduos. No entanto, Nozick afirma que o sentimento de injustiça criado pela desigualdade não passa disso mesmo, pelo que não deverá constituir o motivo para justificar aquelas medidas. Aquele sentimento de injustiça resulta de alguma inveja e também de perda de auto-estima, pois cada sociedade terá um conjunto de requisitos que valorizará, sendo que as pessoas que os não possuem serão as que perceberão a sua situação como injusta. O facto de alguém numa determinada situação “ser uma pessoa pobre, pode levá-la a perceber-se como uma pobre pessoa”⁸ (ASU, 242). Tentar remover aqueles atributos ou dimensões de forma centralizada, pelo estado por exemplo, levará à criação de outras listas de critérios que os indivíduos usarão para avaliar as opções que lhes são apresentadas num mercado livre. Desta forma, os mais favorecidos serão outros, mas manter-se-á a existência de desigualdades (ASU, 239-46).

De facto, qualquer aquisição ou transferência poderá conduzir ao aprofundamento das desigualdades, mas nem sempre será possível aferir essa consequência. As pessoas vão agindo num mercado livre e as suas acções e respectivas consequências poderão não ser previsíveis ou sequer perceptíveis como causadoras de desigualdades. Nozick criticará a este propósito a crença das teorias distributivas em que todos os factos e acções estão relacionados, pelo que seria possível detectar as causas e os efeitos na distribuição de cada uma das aquisições ou transferências. Todas

⁸ “Thus, *poor* people might come to think they are *poor people*.”

estas exigências acabam por ocorrer, ironiza, nas pessoas paranóicas em que tudo está ligado ou tem que estar, mas na verdade nas teorias da justiça distributiva tudo está totalmente e profundamente padronizado (ASU, 220-1), pois o seu padrão de distribuição é a base e o objectivo.

Contudo, a realidade e a liberdade não se acomodam ao padrão, ao invés disso perturbam-no. Ao doarem ou presentearém outros, os indivíduos vão perturbar e desequilibrar o padrão, logo, serão objecto de medidas proibitivas ou redistributivas. “Manter um padrão de distribuição é individualismo ao máximo!”⁹ (ASU, 167), afirma o autor. De facto, os indivíduos não têm em conta as desigualdades que poderão estar a aprofundar, mas tão só o seu direito às posses e a vontade de as darem a quem o entenderem. As doações ou heranças, desde que constituam transferências de bens de indivíduos que têm justo-título a eles, são legítimas pois resultam da acção livre e voluntária de alguém com direito às posses. Controlar ou limitar estas transferências centralmente, de forma a providenciar mais ou iguais oportunidades aos mais desfavorecidos, é ilegítimo, constituindo uma violação dos direitos de propriedade de alguns em benefício de outros, limitando a sua acção e/ou alienando parte das suas posses. As teorias defensoras de princípios de estado-final, acusa Nozick, não permitem decidir o que fazer com aquilo que se tem, não dão o direito de perseguir um fim que implique a melhoria da posição de outro, porquanto o indivíduo que pode ser ajudado ou favorecido é determinado centralmente por uma autoridade responsável pela manutenção do padrão de distribuição.

Os padrões de distribuição também são perturbados pelo livre funcionamento do mercado. Os indivíduos que pretendam transaccionar comercialmente as suas posses fá-lo-ão com aqueles que cumpram os requisitos ou critérios estabelecidos pelos interessados. O problema para os teóricos da justiça distributiva é que não são normalmente os mais desfavorecidos que participam nestas transacções, pois não conseguem prover as condições exigidas pelos proprietários (ASU, 236). Mas, o facto dos menos favorecidos não terem condições para adquirir os bens ou serviços não torna as transferências injustas, segundo Nozick. A concorrência não é em si mesma injusta, como afirma várias vezes ao longo da sua obra, uma vez que não piora a situação de ninguém. Apenas permite que os indivíduos num mercado livre possam avaliar e escolher entre várias opções de transacção com características diferentes. Essas

⁹ “Maintaining a distributional pattern is individualism with a vengeance!”

características serão avaliadas pelos indivíduos interessados nos bens ou serviços que valorizarão umas em detrimento de outras. No entanto, não há qualquer bloqueio ou impedimento a que optem por outras características, pelo que aqueles que não possuírem os atributos ou bens valorizados não poderão fazer exigências de justiça, já que tal implicaria retirá-los aos que os possuísem de forma a igualarem os concorrentes menos aptos.

Sublinha, a este propósito, que a vida não é uma corrida, como metaforizam as teorias redistributivas que colocam a igualdade de oportunidades como um objectivo igualitário mínimo (ASU, 235). Esta igualdade pressupõe a remoção de algumas daquelas características e da gestão de outras para que os indivíduos partam de uma situação inicial igualitária. Contudo, para Nozick, nem todos terão que partir do mesmo ponto, uma vez que também não desejarão atingir a mesma meta ou objectivo. O que existe são indivíduos com as suas vidas, os seus projectos de vida individuais e nada mais. Assim, defender a igualdade de oportunidades significa uma redistribuição necessária dos bens e posses que os indivíduos usariam para gerir as suas vidas, uma vez que seria necessário ou piorar a situação dos mais favorecidos ou melhorar a situação dos mais desfavorecidos (ASU, 235). Em qualquer das opções a realocação de recursos (bens ou talentos) constituiria uma inevitabilidade. Com efeito, a redistribuição de recursos é necessária à efectivação da igualdade de oportunidades que, para as teorias distributivas, significa o acesso a bens que são tomados como sociais e primários, presumindo-se que todos a eles têm acesso, ou deveriam ter. Ora, a existência destes bens implica direitos positivos que terão que corresponder a produtos ou serviços, como os cuidados médicos por exemplo. Contudo, aqueles bens ou serviços constituem propriedade de indivíduos que a ela têm legítimo direito de não interferência. Ao assumir-se que um bem ou serviço, por ser uma necessidade de alguém, passa a ser um direito, então haverá deveres de outros de prestação desses bens ou serviços que Nozick considera constituírem interferências ilegítimas nos projectos de vida dos indivíduos. Estabelecer o direito a bens sociais primários significa desconsiderar a origem dos bens e serviços, logo, desrespeitar os direitos dos indivíduos que os detêm e que deixam de os poder dar, vender, transaccionar da forma que livremente escolherem (ASU, 234-5).

II.3. Críticas à redistribuição: a cobrança de impostos

A forma como as desigualdades são tratadas pelas teorias distributivas é criticada por Nozick quer no ataque que faz à cobrança de impostos quer à utilização dos talentos e capacidades de alguns indivíduos para a melhoria das condições de vida de uma sociedade. Ambos constituem mecanismos de rectificação dos quais discorda.

Ao cobrarem-se impostos para providenciar os bens sociais que se consideram primários e diminuir as desigualdades, aumentando a percepção de justiça, obnubilam-se os processos de produção e respectivos direitos. Desta forma, aquando da distribuição, não se terá em consideração a individualidade daqueles que acabam por contribuir com parte do seu trabalho, do seu tempo, de si mesmos de forma coerciva. Ao redistribuírem-se as posses que os indivíduos através dos seus esforços, talentos, corpos, acções adquiriram legitimamente, desrespeita-se a sua autopropriedade, uma vez que há uma relação necessária entre a propriedade de si mesmo e a propriedade enquanto direito absoluto às coisas¹⁰.

Presumir o direito a bens sociais significa desrespeitar os direitos mais elementares de alguns indivíduos, o que é inadmissível para a sua teoria que, como qualquer teoria dos direitos, pressupõe limites aos sacrifícios que os indivíduos terão de fazer para benefício de outros¹¹. À presunção de igualdade das teorias da justiça distributiva Nozick contrapõe o seu “individualismo possessivo”¹². Os direitos de propriedade impedem, assim, a existência de direitos sociais¹³.

Por outro lado, há determinados bens que poderão ser considerados essenciais na circunstância presente, mas que apenas adquiriram este valor devido à acção de outros que neles investiram os seus talentos e capacidades. Estes bens não teriam qualquer valor numa situação inicial, quando não possuídos por aqueles indivíduos determinados, indivíduos com o engenho, perícia e capacidade para os tornarem valiosos e, até, indispensáveis. Ora, de acordo com Nozick, esta é uma das distinções essenciais entre os princípios históricos de distribuição e os princípios de resultado-final. Para os defensores da distribuição regida pelos princípios de resultado-final o objectivo é um

¹⁰ Savidan (1999: 375) contesta esta relação necessária que Nozick estabelece, defendendo que o autor não a sustenta ou demonstra convenientemente.

¹¹ Cf. Kymlicka (1995: 119)

¹² “individualisme possessif” Savidan (1999: 372)

¹³ Nozick (ASU, 238) afirma: “Os direitos particulares sobre as coisas ocupam o espaço dos direitos, não deixando lugar para os direitos gerais a estar numa determinada condição material”. / “The particular rights over things fill the space of rights, leaving no room for general rights to be in a certain material condition.”

determinado padrão distributivo que não tem em conta a relação entre a produção e a distribuição (ASU, 159). As teorias distributivas tratam os bens como se eles surgissem do nada ou de ninguém (ASU, 160), manás caídos do céu, que é primordial distribuir de acordo com um resultado que se considere justo, interessando a estrutura da distribuição – o padrão –, mas não a forma como ela se processou. O estado de providência, ou o estado de bem-estar social deriva, segundo Nozick, deste tipo de princípios (ASU, 164), em que duas distribuições estruturalmente semelhantes são tidas como igualmente justas, independentemente de quem possui o quê e de quem criou ou produziu o objecto da distribuição.

Preocupando-se apenas com o resultado-final da distribuição, as teorias distributivas não acautelam os interesses ou direitos dos mais favorecidos, acabando por apenas se preocupar com parte daquilo que denominam de sociedade – os mais desfavorecidos. Estes, os *sujeitos-receptáculos* (ASU, 168), são os que terão direito aos bens sociais, ou seja, a quem os mais favorecidos deverão pagar com parte do seu tempo, logo, de si mesmos, o acesso a determinados bens, infra-estruturas, instituições, serviços, etc. Os contribuintes, passam assim a constituir co-propriedade de todos os que recebem os benefícios, pelo que serão tratados como meios e não como fins, acusação que dirige a Rawls.

A justiça distributiva será por Nozick apelidada de “justiça receptiva”¹⁴ (ASU, 168), uma vez que a preocupação com a redistribuição será primordial em relação à produção. Ao redistribuir o produto do trabalho de alguns tendo em conta uma qualquer distribuição final, desrespeitam-se os direitos dos agentes produtivos que serão obrigados a contribuir com parte das suas posses e impedidos de escolher a quem as doar, caso essa doação não se adeque ao padrão de distribuição em causa.

Nozick acusa também Rawls e os teóricos da distribuição de discriminarem os gostos e projectos de vida dos mais favorecidos em benefício dos menos favorecidos. Pretendendo igualar as oportunidades iniciais, acabarão por condicionar as metas e objectivos dos indivíduos, estabelecendo limites às posses que os indivíduos poderão usar para os concretizar. Qualquer sistema fiscal que se baseie num resultado final em que a igualdade seja o ponto de partida acabará por cobrar mais aos indivíduos que possuírem mais bens materiais, ignorando as razões ou motivações que os conduziram a esse conjunto de posses. Indivíduos com gostos ou preferências que para serem

¹⁴ “recipient justice”

concretizados necessitem de determinados bens materiais poderão predispor-se a um trabalho extra que permita a compensação extra para a realização dos seus projectos. O problema, segundo Nozick, é que este trabalho extra será taxado impedindo ou limitando a concretização dos seus planos, constituindo uma interferência ilegítima na vida das pessoas (ASU, 170).

Ao centrar-se nas contribuições e posses materiais, a cobrança de impostos conduz ao constrangimento injusto daqueles projectos, enquanto os indivíduos com anseios não materialistas serão beneficiados nestes sistemas, uma vez que não terão como contribuir para os menos beneficiados, prosseguindo as suas vidas como bem entenderem sem qualquer intervenção ou vigilância do estado. Nozick coloca a questão às teorias redistributivas: “Porque se permite à pessoa com o desejo não material ou não consumista proceder sem obstáculos até à sua alternativa favorita, enquanto ao homem cujos prazeres ou desejos supõem coisas materiais e que deve trabalhar para adquirir rendimentos extra (...) se lhe restringe o que pode realizar?”¹⁵ (ASU, 170). Os não consumistas poderão até vir a usufruir dos bens e posses pagos pelos mais favorecidos, o que constitui mais um argumento de Nozick contra os sistemas de contribuições obrigatórias para o bem-estar social e respectiva igualdade de oportunidades.

Para o autor libertarista, a cobrança de impostos para além do estritamente necessário à manutenção de um estado mínimo é abusiva, constituindo algo semelhante a *trabalho forçado*¹⁶ (ASU, 169), pois o esforço empreendido pelos sujeitos é-lhes retirado pelo estado, passando a ser tomado como *produto social*. “Mas, não há uma entidade social com um bem que suporte algum sacrifício para o seu próprio bem. Apenas existem indivíduos, diferentes indivíduos, com as suas vidas. Usar um destes indivíduos para o benefício de outros significa usá-lo e beneficiar os outros. Nada mais.”¹⁷ (ASU, 32). Conclui: “Usar uma pessoa desta forma [pelo bem comum] não a respeita suficientemente nem tem em conta o facto de ela ser um indivíduo distinto e da sua vida ser a única que possui”¹⁸ (ASU, 33). Acrescenta ainda que todas as teorias

¹⁵ “Why is the person with the nonmaterial or nonconsumption desire allowed to proceed unimpeded to his most favored feasible alternative, whereas the man whose pleasures or desires involve material things and who must work for extra money (thereby serving whomever considers his activities valuable enough to pay him) is constrained in what he can realize?”

¹⁶ “Taxation of earnings from labor is on a par with forced labor.”

¹⁷ “But there is no social entity with a good that undergoes some sacrifice for its own good. There are only individual people, different individual people, with their own individual lives. Using one of these people for the benefit of others uses him and benefits the others.”

¹⁸ “To use a person in this way does not sufficiently respect and take account of the fact that he is a separate person, that his is the only life he has.”

distributivas ou defensoras do estado social acabam por não respeitar o imperativo categórico de Kant, uma vez que o bem social ou o bem comum surge como objectivo primordial e final. Rawls e todos os defensores do estado social, se pretenderem afirmar algo semelhante ao imperativo categórico, terão que o enunciar da seguinte forma: “Minimize o uso de determinadas maneiras das pessoas como meios”¹⁹ (ASU, 32). Ou seja, uma reformulação mitigada do imperativo categórico que possibilita a utilização de determinados indivíduos, das suas posses, dos seus talentos e capacidades para a concretização do bem-estar social.

II.4. Críticas à redistribuição: os talentos naturais como bens colectivos

A posição de Rawls relativa aos talentos naturais confirma a crítica de Nozick da utilização de certos indivíduos como meios, pois estabelece medidas redistributivas que se baseiam na tentativa de anular ou utilizar os talentos de alguns em prol da sociedade.

Para justificar a rectificação das desigualdades inerentes às diferentes capacidades e aptidões, Rawls pressupõe que os indivíduos recebem os seus talentos completamente desenvolvidos. Ora, tal não acontece na realidade, necessitando os indivíduos de colocar algum esforço e empenho no desenvolvimento destas suas características. Quantos indivíduos talentosos, por falta de empenho e esforço, não recolheram qualquer benefício ou vantagem dessas capacidades excepcionais? Por outro lado, ainda que o indivíduo nada tenha feito para melhorar ou aperfeiçoar um talento, uma capacidade ou característica, tal dá aos outros direito a reivindicar justiça por a sua posição ser menos favorecida? A resposta negativa de Nozick foi dada tanto no exemplo dos 10 Robinson Crusoes, como na defesa que fez da justeza da concorrência entre pretendentes à atenção da sua mulher ou da escolha de determinada sala de cinema pelos clientes.

No entanto, poder-se-ia objectar a Nozick que, nalguns casos, o desenvolvimento dos talentos e dotes naturais dos indivíduos pode ter sido potenciado pela cooperação social e por aquilo que permitiu, como a existência de estruturas e instituições sociais no domínio da educação ou da cultura, por exemplo, realizadas graças ao pagamento de impostos. Esta objecção evidencia uma das lacunas da teoria da

¹⁹ “Minimize the use in specified ways of persons as means.”

titularidade, pois parte sempre de situações ou circunstâncias que foram criadas e desenvolvidas em sistemas de distribuição não libertaristas. Kymlicka detecta esta falha a propósito do exemplo de Wilt Chamberlain, em que Nozick parte de uma distribuição D1 não regida pelos princípios libertários para provar que para a manter é necessária a constante intervenção do estado, violando a liberdade tal como é preconizada pelo libertarismo de Nozick²⁰.

Mas, ainda que aquelas características tenham sido reforçadas pela cooperação social, terão os outros direito a usufruir delas? Para Rawls a resposta seria afirmativa, uma vez que a cooperação social deverá beneficiar a posição dos menos favorecidos. Contudo, para Nozick a cooperação social, para além de ser um conceito nebuloso, ao ter como objectivo o benefício de uma das partes, poderá conduzir os mais favorecidos à recusa de contribuírem, uma vez que a sua posição será constantemente prejudicada sem que nenhum benefício daí seja retirado. Ao longo da sua argumentação Nozick vai apresentando esta conclusão como se de uma constatação se se tratasse, mas no final do capítulo 8 (ASU, 271-5) acaba por afirmar que os sistemas de protecção social, ao contrário do que pretendem, são mais proveitosos para a classe média e para os mais favorecidos do que propriamente para os menos favorecidos. Analisando algumas medidas da política norte-americana, denuncia o que considera um paradoxo da redistribuição, ou seja, que sirva mais e melhor os propósitos das classes mais abastadas do que os mais pobres. Acusa estes sistemas de permitirem que os mais favorecidos criem benefícios dirigidos à classe média o que se torna mais fácil e seguro do que criar benefícios direccionados aos mais pobres que lhes permitisse o acesso ao poder político. Com este argumento evidencia que a justiça distributiva falha não só na teoria, mas também na prática, uma vez que aos mais abastados lhes interessará a cooperação pacífica da maioria, ou seja, da classe média que se constitui como o garante destes sistemas. Ataca ainda os estados mais extensos que sustentam os sistemas redistributivos, mostrando como servem aqueles propósitos dos mais favorecidos: as desigualdades económicas têm feito crescer as desigualdades políticas, pois os indivíduos com maior poder económico têm-no usado para seu benefício próprio, interessando-lhes um estado que não seja mínimo, para enriquecerem à custa de outros (ASU, 271-2). A actualidade confirmará Nozick?

²⁰ Cf. Kymlicka (1995: 118)

A sua crítica à teoria de Rawls prosseguirá, defendendo que os talentos naturais, não obstante imerecidos, não devem constituir motivo de redistribuição para anular os seus efeitos, nem devem ser considerados arbitrários, como se deles resultassem apenas factos moralmente irrelevantes. Nozick contrapõe que “sendo ou não arbitrários, de um ponto de vista moral, as pessoas têm direito aos seus dotes naturais e ao que deles resulte”²¹ (ASU, 226). Por outro lado, do facto de serem resultantes da “lotaria natural”²² não decorre necessariamente a sua arbitrariedade moral, nem deve servir de justificação para a eliminação de diferenças que deles derivem. A vida, afirma Nozick, é o resultado moralmente relevante de um acaso (ASU, 226*). Atribuir aos talentos naturais e às posses que deles resultem um carácter arbitrário não é justificação suficiente para as medidas que anulam os seus efeitos distributivos, estabelecendo-se padrões de distribuição, defende Nozick.

Rawls considera que os talentos naturais influenciam de modo impróprio a distribuição, logo, a posição social dos indivíduos, a sua circunstância, interesses pessoais ou capacidades²³, pelo que estabelece princípios e medidas rectificativas, como o princípio da diferença²⁴. Segundo Nozick, uma vez mais, alguns indivíduos serão tratados como meios, extraindo-se deles o máximo de benefícios possíveis, para aqueles que não possuindo os mesmos talentos, estariam em posições sociais menos beneficiadas. Os talentos seriam, então, tratados como vantagens colectivas²⁵ (ASU, 228) cujo produto resultante deveria ser repartido e redistribuído pelos não talentosos, tal como o trabalho de alguns é tratado no caso da cobrança de impostos. Identificar os talentos como vantagens colectivas seria pressupor que a vida é um somatório constante em que as pessoas mais talentosas vão tendo cada vez mais, conduzindo os outros a perdas (ASU, 228), o que não se verifica. Por outro lado, a sua presença e o exercício dessas capacidades e talentos constituirão, por si só, um benefício comunitário pelo que não seria necessário redistribuir ou coagir os indivíduos a utilizar os seus talentos em prol da comunidade. Fazê-lo seria desrespeitar a propriedade de si mesmo, discriminando e tratando de forma ilegítima as suas pretensões.

Ainda que Rawls também defenda o princípio kantiano de igualdade moral entre as pessoas, o seu princípio da diferença conduz a um tratamento desigual dos

²¹ “Whether or not people’s natural assets are arbitrary from a moral point of view, they are entitled to them, and to what flows from them.”

²² Rawls (2001: 77)

²³ Cf. Rawls (2001: 213)

²⁴ Cf. *supra* ⁶

²⁵ “Collective assets”

indivíduos, sendo que os mais favorecidos acabam por não retirar qualquer vantagem da cooperação social a que são obrigados. Nozick conclui que seria mais vantajoso para aqueles uma cooperação intra-grupo, enquanto para os menos favorecidos seria melhor a cooperação geral (ASU, 193), evidenciando-se uma assimetria de ganhos entre os vários grupos sociais²⁶. Esta diferenciação dos indivíduos resulta na inclusão no padrão de distribuição de Rawls, que pretende fundar em bases não arbitrárias do ponto de vista moral, de factores arbitrários na formulação do princípio da diferença. Ao atribuir partes diferentes do produto social, Rawls diferencia as pessoas de acordo com os factores arbitrários “uma vez que a algumas pessoas com dotes naturais especiais se lhes oferecerão porções maiores como incentivo para os usar de determinadas formas”²⁷ (ASU, 219). A desigualdade é, assim, justificada pelos seus benefícios em relação a um sistema igualitário, em que os talentos teriam que ser anulados ou extraídos, perdendo-se os benefícios colectivos que deles se podem retirar num sistema como o de Rawls. A desigualdade é tomada pelo autor de *Uma Teoria da Justiça* como tendo necessariamente que ser justificada e garantir a justiça, enquanto da igualdade nada é dito como se a sua presunção fosse essencial a qualquer teoria da justiça, aponta Nozick.

II.5. Críticas à redistribuição: a posição original

Sendo a desigualdade e a tentativa da sua anulação o motivo da redistribuição, os princípios que estabelecem a acção dos indivíduos não poderiam ser os da titularidade, uma vez que estes se baseiam na liberdade e na autopropriedade, não tendo qualquer padrão distributivo como objectivo. A distribuição regulada pelos princípios do justo-título resultará das acções voluntárias de cada indivíduo, ao adquirir e transferir legitimamente as suas posses, não havendo a necessidade de qualquer interferência externa. O processo será justo se respeitar os princípios de aquisição e transferência e a rectificação acontecerá apenas quando se verifique alguma falha no processo. Estes princípios históricos bastariam para garantir a justiça da distribuição e o respeito pelos indivíduos à maneira kantiana.

Contudo, critica Nozick, na posição original Rawls impede a escolha dos princípios de titularidade por meio do véu de ignorância que garante o desconhecimento

²⁶ Cf. Vallespín Oña (1985: 191)

²⁷ “ (...) for some persons with special natural assets will be offered larger shares as an incentive to use these assets in certain ways.”

de qualquer particularidade, pelo que aqueles princípios ficariam, desde logo, postos de parte, não entrando em qualquer cálculo ou consideração. O véu de ignorância impede os indivíduos de se beneficiarem, mas também que qualquer princípio histórico possa ser seleccionado (ASU, 200-1). A coberto do véu de ignorância, a igualdade seria o critério da escolha, uma vez que se o produto a ser distribuído pudesse ser contabilizado, então os indivíduos optariam pelo princípio de igualdade; se o produto a ser distribuído não pudesse ser contabilizado, então o princípio escolhido seria o *maximin* (ASU, 200). A igualdade seria, assim, o ponto de partida e o objectivo a sua aproximação. Ora, presume-se desejável uma igualdade que, segundo Nozick, não encontra paralelo com a realidade em que apenas existem indivíduos com as suas vidas, propósitos e direitos individuais.

Ao analisar a posição original “Nozick, pela sua parte, opõe-se expressamente a tais compreensões “grupais” da realidade social, subscrevendo um individualismo atomista radical”²⁸. Os sujeitos representativos na posição original de Rawls são os adultos racionalmente capazes, excluindo-se todos os que não possam ser categorizados desta forma. Excluem-se também os talentos naturais, bem como todo o conhecimento da circunstância individual de cada uma das partes, pelo que apenas possuem as capacidades de que decorrem factos moralmente relevantes: a racionalidade e a capacidade de tomar decisões. Os motivos pelos quais estas características não são moralmente arbitrárias não são suficientemente esclarecidas, segundo Nozick, nem clarificadas as razões pelas quais são as moralmente significativas para a escolha de princípios de justiça. No entanto, com aquelas capacidades, os indivíduos apenas poderiam analisar e escolher princípios de estado-final, uma vez que não poderiam ter em conta os diferentes interesses, circunstâncias ou história das posses existentes. Os indivíduos na posição original não sabem que talentos possuem, mas também desconhecem em que é que esses atributos poderiam ser vantajosos na realidade, pois não conheceriam as relações entre produção e distribuição. Não saberiam que os seus talentos e dotes os poderiam colocar em vantagem na aquisição, transformação, produção e transferência de determinadas posses.

Sabendo apenas que há talentos e bens para possuir ou usufruir, as partes são constrangidas a escolher princípios que definam distribuições finais e não processos de aquisição e transferência das posses. Ignorando os mecanismos de produção, tenderão a

²⁸ “Nozick, por su parte, se opone expresamente a tales comprensiones “grupales” de la realidad social adscribiéndose a un individualismo atomista radical.” Vallespín Oña (1985: 191)

tratar as posses como manás caídos do céu, pelo que apenas cuidarão de as dividir, não estabelecendo quaisquer direitos dos produtores pelos bens. A este propósito Nozick questiona a legitimidade das partes na posição original para dividirem o que quer que seja: “Será que as pessoas na posição original alguma vez se perguntaram se tinham o direito de decidir como todas as coisas deveriam ser divididas?”²⁹ (ASU, 199*). O cálculo consistirá então apenas na comparação entre “distribuições de resultado-final alternativas”, excluindo-se a possibilidade de albergar a conjectura de uma concepção histórica das posses.

Rawls estabelece um processo que permite aos indivíduos a escolha de princípios que definam a distribuição final dos bens que lhes caberão para a realização dos seus projectos de vida, num sistema de cooperação social. Os mecanismos de produção, os direitos que daí decorrem e a sua relação com a distribuição são relegados para um segundo plano, centrando-se a sua teoria da justiça naquilo que cada um recebe. Rectificar significa, então, estabelecer uma igualdade inicial de oportunidades, por meio da cobrança de impostos que garanta os bens essenciais primários e garantir que a desigualdade existente beneficie os mais desfavorecidos, sejam eles os que detêm menos posses materiais ou os menos talentosos. As medidas para gerir a igualdade e a desigualdade por parte das teorias distributivas, apelando constantemente a um intervencionismo estatal conduzem, segundo Nozick, à limitação dos direitos dos indivíduos, propriedade e liberdade, e ao desrespeito pela sua individualidade.

Já o autor de *Anarchy, State and Utopia* estabelece princípios processuais que permitam aos indivíduos possuir legitimamente aquilo que necessitam ou pretendam para a concretização dos seus projectos de vida. Esta, aliás, é uma ideia que atravessará toda a sua obra – a da importância crucial da propriedade privada na concretização da individualidade. Isto não significa que os indivíduos tenham qualquer direito a bens ou posses que permitam a realização dos seus projectos de vida, mas que os seus direitos não podem ser violados, as suas capacidades e talentos não podem ser usados como meios e os seus direitos de propriedade deverão ser regulados pelos princípios de justiça da titularidade. Rectificar significará apenas compensar os indivíduos que ao longo do processo vejam os seus direitos de propriedade serem violados, não se respeitando ou o princípio de aquisição ou o de transferência das posses. Não há, assim, necessidade de existência de um estado mais extenso que o estado mínimo.

²⁹ “Do the people in the original position ever wonder whether they have the right to decide how everything is to be divided up?”

Capítulo III: Libertarismo de esquerda e a rectificação: a aplicabilidade da restrição igualitária

O libertarismo, quer de direita quer de esquerda, coloca como pressupostos a propriedade de si mesmo e a defesa da liberdade individual, baseando nestes toda a sua teoria da justiça. Proprietário de si mesmo e dos seus recursos ou capacidades internas, o indivíduo realizará o projecto de vida, que autónoma e livremente escolha, necessitando para isso de recursos materiais, exteriores a si mesmo. Esses recursos e a forma como o indivíduo pode usá-los acabarão por constituir o cerne da argumentação das teorias libertárias que da autopropriedade derivam os direitos de posse e/ou uso dos recursos exteriores. Sem estes recursos, a concretização dos projectos individuais e efectivação da própria liberdade poderão ser impossibilitados. De facto, se todos os recursos forem possuídos pelos outros, nada se poderá fazer sem o seu consentimento ou acordo (V 2E)¹, o que impossibilita em termos práticos a liberdade individual de acção. Assim, a apropriação e/ou uso dos recursos externos, por oposição aos talentos e capacidades individuais que constituem propriedade absoluta e incondicional dos indivíduos, dependerão da forma como são concebidos os direitos de posse.

Para os libertaristas, a sociedade não é algo a ter em conta, uma vez que aquilo que existe são indivíduos com as suas vidas para viver, como afirma Nozick. Contudo, para Peter Vallentyne ainda que a sociedade enquanto conceito geral e abstracto não seja essencial para uma teoria da justiça, defende que qualquer teoria da justiça deverá encarregar-se de esclarecer quais os deveres que os indivíduos têm em relação aos outros. Esta constituirá uma das grandes diferenças entre o libertarismo de direita de Nozick e o libertarismo de esquerda de Vallentyne.

Para Nozick nada é devido aos outros, à partida, sendo-o apenas quando haja alguma violação dos seus direitos libertários, isto é dos seus direitos de propriedade cuja única limitação é a sombra histórica do *proviso*, logo, a aplicação dos princípios da titularidade na apropriação e transferência. Caso ocorra alguma violação dos princípios os outros indivíduos têm o direito a serem compensados pela injustiça cometida. No caso dessa violação de direitos de propriedade não ser identificada na altura em que ocorre, a injustiça deverá ser rectificada logo que o seja, embora não haja indicações

¹ Cf. V 2E: 1. *Self-Ownership*

sobre a forma de ultrapassar as dificuldades inerentes à aplicação do princípio de rectificação.

Para Vallentyne o simples respeito pelos direitos libertários não será suficiente para uma teoria da justiça. Defendendo uma partilha igualitária dos recursos naturais, não lhe interessará estabelecer a forma de excluir os outros da apropriação, o que é necessário e suficiente para Nozick, mas estabelecer o modo de apropriação ou uso que respeite a igualdade material inicial, logo, uma espécie de redistribuição igualitária (V 2E). Esta pressuporá, desde logo, direitos de compensação pela apropriação, uma vez que os recursos não são infinitos, e direitos de propriedade condicionais que garantam o uso igualitário dos recursos exteriores. As exigências de igualdade inicial de Vallentyne compensarão e rectificarão alguma da desigualdade existente à partida entre os indivíduos, devido aos seus diferentes talentos e circunstâncias (genes, família, condições sociais e económicas do lugar de origem...).

Contudo, garantir a igualdade inicial constitui uma função do estado negada pelo libertarismo de direita, embora na versão de Vallentyne tal não pressuponha uma violação dos direitos libertários, como a cobrança de impostos aos mais ricos para melhorar as condições de vida dos mais desfavorecidos, mas tão só uma reinterpretação e aplicação mais alargada do *Proviso* de Locke. Considerando que os recursos naturais pertencem a todos de uma forma igualitária, Vallentyne defende que a sua divisão terá que ocorrer tendo em conta que aquele que não tiver acesso a eles, terá que ser compensado, estabelecendo a igualdade de oportunidades como um ponto de partida mas não como estado-final almejado. Por um lado, afasta-se de Nozick que ao limitar a restrição lockeana a um patamar tão reduzido não garante o acesso de todos a esses recursos. Por outro lado, afasta-se das teorias da justiça distributiva, não estabelecendo qualquer mecanismo de manutenção da igualdade inicial, pelo que a distribuição resultante será o produto das escolhas, vontades e interesses dos indivíduos livres e autónomos.

Partindo ambos da total propriedade de si mesmo, embora Nozick apenas uma vez refira este conceito (ASU, 172), derivam dela teorias da justiça históricas que postulam estados cuja acção é muito reduzida. Se na teoria de Nozick o estado mínimo ocupa-se exclusivamente da manutenção da segurança, garantindo o direito de não interferência e o respeito pelos contratos estabelecidos, evitando a fraude e o roubo, na

versão de Vallentyne o *estado de direito privado libertário*² (V 18, 10) é ainda menos extenso que aquele, pois apenas se ocupará daquilo que os indivíduos identifiquem como constituindo violações dos seus direitos, fazendo cumprir os deveres de rectificação das injustiças cometidas, deveres de compensação devida pela apropriação e uso dos recursos exteriores, e gestão do fundo resultante tendo como objectivo a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar. Nozick defende um estado que garanta a liberdade entendida como direito de não interferência. Vallentyne defende um estado que garanta a liberdade negativa, mas também a liberdade positiva, enquanto direito de efectivação da liberdade por meio do provimento das condições mínimas iniciais iguais para todos.

III.1. Propriedade de si mesmo e Liberdade

A propriedade de si mesmo é um dos conceitos fundamentais para qualquer teoria libertista. Ser proprietário de si mesmo significa que não há nada que outros possam fazer a alguém sem o seu consentimento. Para Vallentyne possuir-se totalmente significa algo idêntico a possuir um objecto externo sendo que o agente tem os seguintes direitos sobre si mesmo: controlo do uso, compensação, execução, transferência de direitos e imunidade à perda³ (V 2E). A total propriedade de si mesmo é moralmente fulcral na sua teoria da justiça uma vez que é nela que baseia a sua concepção alargada de liberdade: liberdade contra a interferência dos outros (liberdade negativa) e liberdade de acção (liberdade positiva). Fortes direitos morais de segurança e de liberdade compatibilizam-se graças à *total autopropriedade* que, por um lado, permite aos indivíduos escolher e agir mas, por outro, também os impede de violar os direitos de autopropriedade dos outros. A este propósito, Vallentyne esclarece: “Um total proprietário de si mesmo tem total liberdade para usar a sua pessoa. Isto não

² “Libertarian private-law state” (III. *General libertarian limits on the state*)

³ “Full ownership of an entity consists of a full set of the following ownership rights: (1) control rights over the use of the entity: both a liberty-right to use it and a claim-right that others not use it, (2) rights to compensation if someone uses the entity without one's permission, (3) enforcement rights (e.g., rights of prior restraint if someone is about to violate these rights), (4) rights to transfer these rights to others (by sale, rental, gift, or loan), and (5) immunities to the non-consensual loss of these rights. Full ownership is simply a logically strongest set of ownership rights over a thing.” (I. *Self-Ownership*)

significa que lhe seja permitido usar a sua pessoa de todas as formas que queira. Obviamente não lhe é permitido usar o seu punho para te esmurrar o nariz”⁴ (V 14, 7).

Para além desta restrição à liberdade individual, nenhuma outra é permitida pelo libertarismo em geral, acabando Vallentyne por concluir que na verdade esta é uma teoria da justiça que ao nível social é tendencialmente de esquerda. Segundo o libertarismo é ilegítima qualquer legislação que coarcte a liberdade individual ao nível dos relacionamentos amorosos, consumo de drogas, práticas religiosas (V 2E) ... uma vez que o limite será apenas o respeito pelos direitos libertários dos outros. Contudo, a propriedade de si mesmo não garante por si só a liberdade de acção, pois aquela é compatível com vários esquemas distributivos, incluindo a total propriedade dos recursos materiais pelos outros, deixando o indivíduo numa situação em que a sua liberdade de acção não existe devido ao respeito que deve pelos direitos de propriedade dos outros⁵. Assim, a propriedade de si mesmo tem que ser acompanhada por uma teoria que esclareça as formas de apropriação, uso e transferência dos recursos materiais.

III.2. Restrição e apropriação

Vallentyne ao estabelecer os critérios de apropriação dos recursos exteriores não possuídos identifica-os, como forma de simplificar a argumentação, como recursos naturais, mas neles estão incluídos também os artefactos abandonados“ (artefactos sobre os quais ninguém reclama propriedade; por exemplo, as posses de um monge que renuncia a qualquer direito sobre haveres mundanos) ”⁶ (V 15, 3).

⁴ “A full self-owner has a full liberty right to use her person. This does not mean that she is permitted to do anything that she wants with her person. Clearly, using her fist to punch you in the nose is not permitted.” (3. *Full Self-Ownership*)

⁵ Tal como Will Kymlicka (1995: pp. 122-3) já havia criticado Nozick a propósito da necessidade de um regime de total propriedade privada decorrente da total autopropriedade, Vallentyne afirma (V 14, 16): “A total propriedade de si mesmo é compatível com variadas posições quanto aos direitos morais de propriedade que os indivíduos possuem, ou podem adquirir, relativos aos recursos externos. Uma teoria libertária completa precisa de especificar os direitos de liberdade e de segurança que os indivíduos possuem para além dos de autopropriedade.” / “Full self-ownership is compatible with many different positions on what moral property rights individuals have, or can acquire, in external things. A full libertarian theory needs to specify what liberty rights and security rights individuals have beyond those of full self-ownership.” (4. *Freedom: Liberty and Security*)

⁶ “ (...) the core issue concerns how natural resources and abandoned artifacts (artifacts over which no one claims ownership; e.g., the estate of a monk who renounces all rights to earthly possessions) can come to be privately owned. For brevity, in what follows, natural resources should be understood as including any abandoned artifacts.” (1. *Justice and Libertarianism*)

Estes recursos serão aquilo de que os indivíduos necessitam na sua vida quotidiana para concretizar os seus projectos de vida livre e autonomamente. Apologista de um libertarismo de esquerda *lockeano*, afirma que a necessidade de recursos materiais não dá contudo aos indivíduos o direito de reclamarem qualquer bem sem limitação ou restrição, como defendem os libertaristas radicais de direita para quem os recursos não apropriados constituirão a posse de quem primeiro os avistar, usar ou reclamar como seus. Esta perspectiva é afastada por Vallentyne uma vez que não permitiria a liberdade de acção de alguns, possibilitando a apropriação dos recursos por uma minoria. Proprietários apenas de si próprios, a maioria dos indivíduos ver-se-ia condicionada e impedida de agir, ainda que nenhum direito libertário (propriedade de si mesmo e propriedade de bens externos) fosse violado. Não podendo apropriar-se ou usar os recursos externos não poderiam concretizar as suas escolhas e planos, pelo que apenas estaria garantida uma liberdade moral não substantiva. Por outro lado, não sendo os recursos criados ou produzidos pelo homem, não há nenhuma justificação moral para que o primeiro a avistar ou a reclamar como seu um recurso natural, tenha a ele direito e possa não só usufruir dos seus benefícios como até, se assim o entender, dizimar o recurso (V 14, 18-9)⁷. Para os libertaristas de direita radicais não há qualquer protecção quanto à forma como podem ser possuídos e nenhuma compensação é estabelecida pelo impedimento de uso desses recursos pelos que não puderam adquiri-los.

A proposta de restrição na apropriação de Nozick também será alvo de críticas por parte de Vallentyne, uma vez que o patamar de compensação devida aos outros é demasiado baixo. Defendendo que a apropriação dos recursos naturais pode ocorrer quando se deixe *tanto e tão bom* quanto o que foi apropriado, Nozick esclarece que o critério de avaliação daquilo que é deixado aos outros é a comparação das suas vidas antes e após a apropriação, verificando-se se houve algum prejuízo para esses indivíduos que não se apropriaram. Obviamente que esta é uma base de comparação muito restrita, pois os indivíduos poderão nem ter percebido, por razões não imputáveis a si mesmos, qual o benefício que aquele (s) recurso (s) natural (ais) poderia (m) ter nas suas vidas. Se alguém se apropria de algo antes que outros conheçam a sua existência ou o seu valor real, o prejuízo não será nenhum, pelo que a apropriação é legítima. No caso de compensação, o valor seria irrisório por comparação com os benefícios que os proprietários dos recursos já teriam e continuariam a recolher ao longo do tempo, pelo

⁷Cf. 5. *Natural Resources: Liberty Rights to Use and Moral Powers to appropriate*

que Vallentyne considera o *proviso* tal como é proposto por Nozick como uma condição necessária para a apropriação inicial, mas não suficiente (V 6, 20)⁸. Segundo Vallentyne, o libertarista de direita não apresenta razões pelas quais os direitos de propriedade sobre os recursos naturais não poderiam ser taxados, ficando os proprietários com o valor que a eles acrescentaram por meio das suas capacidades, engenho e talento, mas compensando os outros pela impossibilidade de deles se apropriarem ou usarem, pagando-lhes o valor de mercado que fosse apurado. A questão é que, como já referido no subcapítulo I.1., Nozick pretendeu estabelecer as condições de apropriação dos recursos naturais de forma a excluir os outros e não tomando-os como propriedade conjunta.

Vallentyne, no entanto, concorda com Nozick na rejeição das teorias que consideram os recursos naturais como propriedade conjunta, uma vez que não permitem a apropriação ou uso de quaisquer recursos sem a autorização e consentimento do colectivo. Esta perspectiva é rejeitada por ambos, por um lado pelo individualismo que defendem e por outro pela limitação da liberdade que aquele tipo de propriedade acarreta. A propriedade conjunta dos recursos externos não garante aos indivíduos direitos de propriedade privada e de segurança em relação à interferência dos outros, o colectivo, no curso das suas vidas.

Subscrevendo uma posição unilateralista da aquisição e uso dos recursos naturais, Vallentyne pretende estabelecer as condições que permitam aos indivíduos usar e apropriar-se desses recursos, inicialmente, sem necessitarem do consentimento dos outros. Tal como Nozick, impõe um princípio restritivo à apropriação inicial: o *proviso* lockeano reinterpretado à luz de uma partilha igualitária dos recursos naturais. Todavia, ao contrário daquele considera que não é apenas a aquisição inicial que deve ser objecto da restrição, mas também o uso. A maioria das teorias libertárias considera que os recursos naturais são inicialmente não possuídos, pelo que os indivíduos podem usá-los sem outra restrição que não seja o respeito pela autopropriedade de cada um. Vallentyne, contudo, ao questionar os direitos de apropriação dos recursos naturais pelas gerações vindouras, depara-se com o dilema do uso ilimitado de recursos que poderia conduzir à sua extinção. Por outro lado, o uso legítimo de recursos naturais por alguns poderia conduzir à circunstância de alguém se encontrar rodeado por outros que usando a terra, por exemplo, não possibilitavam a sua passagem ou saída da pequena

⁸ Cf. 5.2 *Justice in Acquisition: Appropriation Subject to the Lockean Proviso*

parcela de terra a que estava confinado, a não ser que desrespeitasse os direitos de autopropriedade dos que o rodeavam (V 15, 5-6)⁹. O uso dos recursos naturais, segundo Vallentyne, pode condicionar de uma forma substantiva a liberdade de acção dos indivíduos, pelo que um *proviso* será necessário também para estabelecer o seu uso permissível (V 15, 5)¹⁰.

Ora, para os libertaristas de esquerda os recursos são inicialmente não possuídos, mas apenas no sentido em que não é necessária a aprovação de alguém para o seu uso ou apropriação, uma vez que pertencem a todos de uma forma igualitária. Assim, para os usar ou deles se apropriarem os indivíduos terão que compensar os outros que fiquem sem parte do que lhes caberia naquela partilha igualitária do valor dos recursos naturais. A partilha do valor é feita calculando-se as oportunidades de bem-estar proporcionadas pelo uso e apropriação dos recursos naturais, mas neste cálculo entrarão também os outros recursos externos, bem como os recursos internos (por exemplo, os talentos). Igualitarista liberal, Vallentyne não defende um igualitarismo absoluto na divisão dos recursos naturais, por considerar que esta igualdade inicial seria injusta para aqueles que pelas suas características internas e/ou condições socioeconómicas se encontram numa situação inicial favorecida em relação aos restantes. Um indivíduo talentoso não precisará de usar ou apropriar-se da mesma quantidade de recursos externos que outro indivíduo sem aquelas capacidades, embora ninguém tenha qualquer direito a usar os recursos internos dos outros como se fossem parte dos recursos que inicialmente a todos pertencem. Assim, considera que teriam que ser avaliadas as oportunidades iniciais “para usar os recursos naturais”, “para usar os recursos externos (naturais e artefactos)” e “para usar todos os recursos (naturais, artefactos e internos)”¹¹ (V 15, 11).

As oportunidades iniciais para usar os recursos naturais constituirão o critério da restrição igualitária que estabelece, pressupondo um direito igual de todos ao seu uso. No entanto, ao longo da sua argumentação, e embora o *proviso* igualitário seja apresentado como referindo-se ao uso e apropriação, percebe-se que a apropriação é condicional bem como os direitos de propriedade, pois apresenta-o como uma restrição

⁹ Cf. 1. *Justice and Libertarianism*

¹⁰ Cf. 1. *Justice and Libertarianism*

¹¹ “One focuses solely on the initial opportunities to use *natural* resources. A second focuses, more inclusively, on the initial opportunities to use *external* (natural and artifactual) resources (i.e., all resources other than the internal resources of one’s person). The third focuses, still more inclusively, on the initial opportunities to use *all* (natural, artifactual, and internal) resources.” (3. *Our Core Case*)

que vai sendo realizada ao longo da história, combinando-o com as limitações que coloca às transferências.

A restrição igualitária estabelecerá, então, o seguinte: “Um agente tem a liberdade moral presuntiva para usar, e um poder moral para apropriar, um recurso não possuído se e só se tal não afecta de forma negativa ninguém, deixando-o com menos do que uma oportunidade inicial (na vida) igualmente valiosa para usar os recursos naturais/ externos/ todos”¹² (V 15, 13). Ora, tendo em conta que os recursos são finitos, a restrição igualitária pressupõe um dever de compensação que, na prática, será da maioria dos apropriadores. Contudo, e *a priori* ninguém tem esse dever a não ser que ultrapasse os critérios do *proviso* e se aproprie ou use mais do que a sua parte de recursos. Não há um dever de compensar ou redistribuir parte dos rendimentos ou do valor que se acrescente e se adquira dos recursos que cabem a cada indivíduo, ao contrário do que é defendido pelas teorias redistributivas, pois tal constituiria uma violação dos direitos de propriedade dos indivíduos que legitimamente usam aquilo que não afecta a igualdade de oportunidades inicial de usar os recursos naturais. O importante para Vallentyne é que as oportunidades iniciais de bem-estar sejam garantidas pela divisão dos recursos. Isto não significa a garantia de bem-estar, apenas que todos deverão ter as oportunidades iniciais para, no decurso das suas vidas e consoante as suas escolhas, usar e possuir os recursos necessários para concretizarem o que seja que entendam por vida boa.

Neste ponto Vallentyne e Nozick aproximam-se, ao afirmarem que não existe um direito a uma vida boa e por isso não existe um dever de alguém, o estado, de a proporcionar ou promover, mas tão só o direito a uma certa limitação dos direitos de

¹² “**Egalitarian Proviso:** An agent has a presumptive moral liberty to use, and a moral power to appropriate, an unowned resource if and only if this adversely affects no one who is left with less than an equally valuable initial (lifetime) opportunities to use natural/external/all resources.” (3. *Our Core Case*)

Em “Libertarianism and the State” (V 18, 18) Vallentyne apresenta a restrição, tendo em conta a formulação que dele faz Otsuka afirmando: “a igualdade de oportunidades (de bem-estar) do libertarismo de esquerda interpreta o *Proviso* Lockeano como exigindo (de forma geral) que nenhum indivíduo fique pior do que estaria numa situação em que ninguém se tivesse apropriado de mais do que a parte compatível com a existência de oportunidades igualmente valiosas de bem-estar.” / “Finally, equal opportunity (for wellbeing) left-libertarianism interprets the Lockean Proviso as requiring (roughly) that no one be worse off than she would be if no one appropriated more than is compatible with everyone having an equally valuable opportunity for wellbeing.” (V. *Redistribution*)

Em “Left-Libertarianism as a Promising Form of Liberal Egalitarianism” (V 11, 17) apresenta-o como: “exigindo que se deixe o suficiente aos outros de forma a que tenham uma oportunidade de bem-estar que seja pelo menos tão boa quanto a oportunidade [inicial] de bem-estar que se obteve no uso e apropriação de recursos naturais.” / “... requiring that one leave enough for others to have an opportunity for wellbeing that is at least as good as the opportunity for wellbeing that one obtained in using or appropriating natural resources.” (4. *Natural Resources: Liberty Rights to Use and Moral Powers to Appropriate*)

apropriação e uso dos recursos necessários à sua concretização. Os *provisos* diferem, no entanto, quanto aos limites e compensações que aquelas acções estabelecem, acabando por conduzir a estados com funções reduzidas, característicos das teorias libertaristas, mas no caso de Vallentyne com responsabilidades na criação de estruturas ou bens sociais que efectivem a igualdade inicial de oportunidades – como por exemplo, escolas ou hospitais públicos – e que colmatem as falhas do mercado no provimento destas condições. Aquilo que os indivíduos ao longo da sua vida façam ou escolham depende apenas deles, sendo que se, por motivos que lhes sejam imputáveis, desperdiçarem a sua parte dos recursos, não terão qualquer direito a ajuda ou assistência, logo, não havendo qualquer necessidade de compensação ou rectificação, por não existir qualquer injustiça. Tal como em Nozick a restrição imposta à apropriação inicial e uso constituirá a base de toda a teoria da justiça de Peter Vallentyne.

Assim, voltando à restrição igualitária, Vallentyne afirma a necessidade de uma partilha dos recursos naturais que não será estritamente igualitária, uma vez que tem os outros recursos em conta. Os talentos ou a capacidade intelectual dos indivíduos, bem como a situação social e económica das famílias ou comunidades em que existem deverão ser tomados em consideração. No entanto, a forma como tal poderá ser feito em termos práticos não é estabelecido, pelo que será necessário um *equilíbrio reflexivo* para apurar as necessidades de cada um, uma análise das situações concretas com a sustentação dos juízos abstractos e do *proviso*. Para além desta dificuldade existirá outra, relacionada com a forma como se poderá chegar a um valor dos recursos naturais disponíveis para que depois possam ser divididos pelos indivíduos em partes igualmente valiosas. A este problema Vallentyne responde da seguinte forma: “Defenderia que se recorresse ao valor de mercado (baseado na procura e oferta) dos direitos sobre os recursos naturais (no seu estado bruto). Há alguma indefinição neste conceito, mas um leilão adequado podia constituir um bom exemplo de como o determinar, assim como o preço de equilíbrio num mercado livre”¹³ (LM, 26). Este valor, contudo, seria já o produto de um mercado em funcionamento ou, pelo menos, necessitaria dele para se efectivar, pelo que fica por esclarecer como se poderia proceder a uma apropriação inicial justa, ou seja, de acordo com a restrição igualitária.

¹³ 4. Peter Vallentyne’s reply to Eric Mack (January 17, 2013): “I would defend an appeal to the competitive value (based on demand and supply) of the rights held over (unimproved) natural resources. There is some indeterminacy in this notion, but a suitable auction would be one example, as would be the market-clearing price in a suitable free market.”

III.3. A restrição igualitária: um princípio continuado

Constituindo-se como uma teoria histórica o libertarismo de esquerda defendido por Vallentyne apela também a uma sombra histórica do *proviso*, embora em moldes diversos dos de Nozick. Defende que a restrição igualitária é um *requisito continuado*¹⁴ (V 14, 19) que não cessa com a primeira apropriação ou com o uso unilateral dos recursos naturais. Discordando de Nozick quanto ao carácter processual da teoria da justiça, Vallentyne defende que o facto da apropriação ou uso de um recurso natural ter sido justo inicialmente não garante a justiça da sua posse ou utilização contínuas. A alteração das circunstâncias, por exemplo do número de indivíduos, pode conduzir à necessidade de redistribuição das partes que couberam a cada um no passado, e a compensações ou rectificações. Nozick postulava que apenas haveria direito a rectificações e redistribuições se a restrição na apropriação não fosse cumprida, constituindo-se monopólios, se o princípio da transferência de posses não fosse respeitado ou em caso de catástrofes naturais em que os recursos naturais necessários à sobrevivência fossem quase extintos sem qualquer responsabilidade daqueles que perderam a sua posse ou uso. Os direitos de propriedade eram absolutos derivando da autopropriedade, pelo que qualquer alienação de propriedade privada constituiria uma violação dos direitos naturais dos indivíduos.

Vallentyne pelo contrário defende que os direitos de propriedade não derivam da autopropriedade e que, por isso, não são absolutos. O respeito pela autopropriedade é compatível com vários tipos de propriedade, e até mesmo com a inexistência de propriedade privada, podendo os indivíduos apenas usar os recursos naturais e não apropriar-se deles. A propriedade de si mesmo só seria posta em causa se os recursos fossem integralmente produzidos pelos indivíduos, não necessitando de recorrer a nada que não fosse parte de alguém. Ora tal não acontece com os recursos naturais, que não tendo sido produzidos por ninguém não terão que ser objecto de apropriação, mas sendo-o não terá que ser uma apropriação absoluta e incondicional. Vallentyne afirma, num dos seus últimos trabalhos, que não há propriamente necessidade de uma restrição na apropriação, mas antes que a posse dos recursos naturais, qualquer que tenha sido o

¹⁴ “on-going requirement” (5. *Natural Resources: Liberty Rights to Use and Moral Powers to Appropriate*)

processo que a ela conduziu, é condicional à satisfação contínua do *proviso*¹⁵ (V 15, 8). Assim, em qualquer momento a posse dos recursos pode ser alterada sem que tal signifique a violação da autopropriedade.

Por uma questão de *sorte* alguns recursos naturais poderão ver o seu valor aumentado, sem que a interferência ou engenho dos seus possuidores tenha existido. O valor não foi acrescentado por alguém, tornando injusta a distribuição inicial, pelo que uma redistribuição será necessária. Tal poderia acontecer com um recurso natural cujas propriedades curativas de doenças que afectam milhares de pessoas fossem descobertas por um qualquer investigador de um laboratório farmacêutico. Os detentores deste recurso natural poderiam enriquecer graças à descoberta, sem que a sua intervenção tivesse existido, ou seja, por mera *sorte*¹⁶, mas piorando a situação de outros que não teriam acesso ao medicamento sintetizado com o recurso natural em causa. Vallentyne não esclarece como se poderia resolver esta situação especificamente, mas tendo em conta a sua teoria pode supor-se que a sua proposta seria a compensação por parte dos possuidores do recurso natural para que todos pudessem aceder ou usar o medicamento. O valor acrescentado pelo investigador deveria ser tomado como um recurso natural a integrar uma redistribuição das partes, ou simplesmente a integrar o fundo comum resultante das compensações devidas pelo uso e /ou apropriação excessivos dos recursos naturais para a promoção da igualdade de oportunidades de bem-estar¹⁷.

Contudo, se o investigador ou a empresa farmacêutica fossem possuidores de uma parte do recurso, poderia não existir qualquer compensação, pois o benefício foi criado pelas suas capacidades, talentos, engenho, investimento pessoal, embora a sua tributação não pusesse em risco qualquer direito natural relativo à autopropriedade. Ao analisar os efeitos da proposta *Georgista*¹⁸ de taxação do benefício total da apropriação

¹⁵ “Strictly speaking, we deny that a proviso on appropriation (acquisition of ownership of previous unowned things) is needed. Instead, all ownership of natural resources (even that acquired by transfer) is conditional on continued satisfaction of a proviso. For simplicity, however, we shall formulate the proviso on ownership as a proviso on appropriation.” (*I. Justice and Libertarianism*)

¹⁶ Vallentyne nalguns dos seus artigos aborda a questão da sorte e da forma como esta pode alterar as condições iniciais de igualdade de oportunidades de bem-estar. Assim, distingue a sua proposta das propostas igualitaristas relativas à pura sorte (“brute luck egalitarianism”), enquanto apenas considerem a sorte como resultado não esperado. No entanto, considera que se a sorte alterar as condições iniciais de igualdade de oportunidades de bem-estar, ela pode ser anulada. Cf. V 16; V 36 e V 44.

¹⁷ Esta última opção seria a mais provável na teoria de Vallentyne, uma vez que a situação poderia ser interpretada como resultando de uma falha do funcionamento do mercado livre. Cf. *infra* IV.4.

¹⁸ Esta é outra abordagem do libertarismo de esquerda defendida por Henry George e recentemente por Hillel Steiner em que o *proviso* é interpretado da seguinte forma (V 2E, 9): “exige que se deixe uma parte igualmente valiosa de recursos naturais para os outros.” / “requiring that one leave an equally valuable share of natural resources for others.” Cf. V 47 e V 3 onde Vallentyne apresenta as várias teorias libertárias e aquilo que as distingue, incluindo as respectivas versões da restrição.

dos recursos naturais, Vallentyne conclui que não põe em causa a autopropriedade, uma vez que aplica as taxas aos benefícios resultantes da aplicação dos talentos naturais aos recursos naturais, tratando-os como bens sociais, mas os produtos conseguidos pelo trabalho são posse do produtor após os pagamentos estabelecidos (V 47, 12-3)¹⁹. Mais uma vez, assinala que qualquer concepção relativa à força da posse dos recursos naturais é compatível com a total autopropriedade.

Por outro lado, se o investigador e/ou a empresa farmacêutica fossem os únicos proprietários do recurso, da fórmula ou se a sua circunstância pudesse conduzir a monopólio ou monopsonio (por serem os únicos a conseguir sintetizar o medicamento a partir do recurso natural), então Vallentyne defenderia a necessidade de compensação ou tributação do ganho, pois a situação inicial alterara-se e com ela a justiça da partilha inicial de recursos. A justiça da distribuição é histórica, segundo Vallentyne, não apenas porque analisa o passado das aquisições e transferências, mas também porque tem em conta o presente e o futuro das posses. Ao ter em conta o futuro das posses e as alterações das circunstâncias iniciais, terá que assumir limitações à propriedade que não será absoluta, mas condicional, em todos os momentos de alteração das posses.

Tal como o uso e a apropriação inicial, também os direitos decorrentes das transferências estarão sujeitos à restrição, serão condicionais e não absolutos, pelo que os indivíduos não poderão trocar, oferecer, doar ou deixar como herança tudo aquilo que lhes pertença. Isto não implica, segundo Vallentyne, constrangimentos à liberdade e autopropriedade, mas tão só ao carácter das posses dos recursos externos.

Para clarificar a sua posição, que afirma continuar a ser libertarista na sua essência, utiliza o exemplo de Wilt Chamberlain dado por Nozick, desconstruindo-o e demonstrando como a liberdade não é posta em causa pelo facto dos direitos de transferência não serem absolutos, permitindo a tributação ou cobrança de impostos. Nozick utilizou-o para mostrar como as teorias da justiça não processuais desrespeitavam a liberdade dos indivíduos, pela imposição de um padrão de distribuição que limitava as transferências voluntárias de bens que legitimamente lhes pertenciam (dinheiro) para Wilt Chamberlain. Partindo de uma qualquer distribuição inicial, as trocas e transferências voluntárias iriam originar outra distribuição considerada injusta pelas teorias distributivas, mas que Nozick considerava ser apenas o reflexo das acções livres e legítimas dos indivíduos. O problema deste argumento segundo Vallentyne é

¹⁹ Vallentyne admite, contudo, que taxar o benefício total pode desmotivar o produtor.

precisamente a distribuição inicial. Negando a pertinência de um padrão distributivo final, por violar a liberdade individual, Vallentyne aponta a desigualdade que as transferências de dinheiro dos espectadores para Wilt Chamberlain provocam, alterando as condições iniciais de igualdade de oportunidades de bem-estar. Assim, antes das transferências ocorrerem seria necessário estabelecer o valor (de recursos externos) que caberia a Wilt Chamberlain na partilha inicial, tendo que ser incluído o seu talento para jogar basquetebol, logo, para ganhar dinheiro e bens para além dos recursos que lhe são inicialmente atribuídos. A limitação das transferências poderia ser contratualizada inicialmente sem que tal significasse um desrespeito pelos direitos libertários do jogador: “A transferência seria consensual e como tal totalmente válida”²⁰ (V 6, 14). O desrespeito pela liberdade não ocorre, então, se as limitações forem iniciais e não decorrentes da imposição de um resultado final desejado.

A forma como este talento seria contabilizado ou as transferências limitadas de acordo com a sua teoria não é esclarecido por Vallentyne que apenas aponta que o argumento de Nozick não poderia ser usado para estabelecer que as transferências terão que ser absolutas e não podem ser sujeitas a qualquer taxa ou redistribuição das posses (V 28, 8-10)²¹.

Vallentyne apresenta ainda o exemplo de alguém que detendo um terreno atravessado por um caminho público, não pode transferir a total propriedade desse terreno pois os seus direitos de posse são já limitados inicialmente. A posse não é absoluta pelo que a aquisição decorrente da transferência também não o poderia ser. Há várias formas de se possuir um objecto, sendo que nem todas permitem que os direitos que se detêm possam ser totalmente transferidos (V 6, 22-3)²².

Por outro lado, qualquer limitação inicial imposta à aquisição de recursos não possuídos terá que ser uma condição a verificar-se ao longo da história da posse, seja a restrição nozickiana seja a restrição igualitária. Analisando o princípio da justiça nas transferências de Nozick, Vallentyne conclui que este seria desnecessário, pois o *proviso* já teria limitado a propriedade adquirida inicialmente, pelo que a transferência de direitos absolutos sobre as posses não seria possível. No entanto, Nozick embora estabeleça a sombra histórica do *proviso*, considera que os direitos transferidos são

²⁰ “The transfer is consensual and thus fully valid.” (4. *Procedural Theories of Justice*)

²¹ 3. *Libertarianism and Justice*

²² 5.3 *Justice in Transfer: Full Transfer Rights*

absolutos o que é incongruente e dificulta a aplicabilidade da restrição, criando dificuldades também ao nível da rectificação das injustiças.

Desta forma, Vallentyne desconstrói a relação necessária pressuposta pelos libertaristas de direita entre a total propriedade de si mesmo e a total posse dos recursos naturais que conferiria ao proprietário o direito à transferência desses direitos de propriedade absolutos. Contudo, não nega que nos casos em que de facto os indivíduos possuam de forma total um recurso, a propriedade possa ser transferida com os mesmos direitos e carácter, quando tal ocorra em trocas de mercado em que o valor dos direitos transferidos seja equivalente ao que é pago. O funcionamento do mercado livre é privilegiado e Vallentyne considera que as trocas e transferências ocorridas neste contexto são justas e legítimas.

III.4. Restrição e transferências: Presente e Futuro

Outras limitações às transferências surgem quando se trata de doações, ofertas ou heranças, em que não existe uma troca igualitária de valores. Nestes casos, julga ser necessário limitar os direitos de aquisição da parte que receberia os recursos transferidos. As ofertas e doações também serão diferenciadas consoante se tratem de ofertas entre indivíduos da mesma geração ou indivíduos de gerações diferentes. A restrição sendo um princípio continuado, terá que ser aplicada não apenas às transferências presentes mas também às futuras, gerindo-se os recursos com preocupações em relação às gerações vindouras, preocupação inexistente na teoria de Nozick²³.

Assim, ao abordar a problemática da justiça intergeracional no seio das teorias libertárias, Vallentyne afirma a necessidade de aplicação da restrição igualitária nas transferências: “Um agente tem o dever moral de adquirir por transferência direitos sobre um recurso possuído se e só se tal não afecta de forma negativa ninguém, deixando-o com menos do que uma oportunidade inicial (na vida) igualmente valiosa para usar os recursos naturais/ externos/ todos” (V 15, 27)²⁴.

Quanto às ofertas ou doações entre vivos, Vallentyne admite que o libertarismo de esquerda baseado na igualdade inicial de oportunidades é *indeterminado*,

²³ Cf. supra I.4.

²⁴ “**Egalitarian Proviso on Transfers:** An agent has the moral power to acquire by transfer rights over an owned resource if and only if this adversely affects no one who is left with less than an equally valuable initial (lifetime) opportunity to use natural/external/all resources.” (7. *Gifts and Bequests*)

dependendo do tipo de recursos que estiverem a ser transferidos e das oportunidades iniciais que influenciem. Deste modo, admite que se os recursos naturais forem os únicos a ser tidos em conta não há qualquer restrição, uma vez que alguém transferiu apenas a sua parte dos recursos para outro, sendo que a justiça inicial não é violada. Contudo, tal não acontece se forem tidos em conta os outros recursos, uma vez que dão aos indivíduos que os recebem mais oportunidades para usarem os outros bens, acabando por usar mais do que a sua parte justa dos recursos, impedindo outros de o fazer. Uma vez que aquilo que é objecto de repartição igualitária são os recursos naturais, tudo o que afecte o seu uso não é considerado injusto, pois já foram igualizadas as oportunidades iniciais. O que pode causar alguma distorção na igualização inicial são, então, ofertas que alterem as oportunidades de uso dos outros recursos, o que poderia conduzir a que usassem mais do que a parte justa, pelo que estas transferências deverão estar sujeitas a algum mecanismo de compensação, como por exemplo a tributação (V 15, 27-9)²⁵.

Em relação às ofertas entre gerações, que também não respeitam o critério das trocas de mercado isentas de qualquer restrição, Vallentyne coloca limitações baseadas nos direitos das gerações vindouras e respectivos deveres das gerações presentes. Este é um ponto crucial na diferenciação entre a sua proposta e a proposta libertarista de Nozick. Para Nozick o que é moralmente significativo é o indivíduo, a sua vida e as suas escolhas. Assim, apenas terão direitos os indivíduos capazes de fazerem escolhas. Para Vallentyne o indivíduo mantém-se no cerne da teoria, mas para além das suas escolhas, coloca como moralmente relevantes os seus interesses, pelo que atribui direitos não só às gerações presentes, mas também às gerações futuras. A sua “concepção híbrida” de direitos protege tanto as escolhas como os interesses, ainda que as escolhas sejam prioritárias em relação aos interesses (V 15, 7-9; V 18, 7-17)²⁶. Denomina-a de “teoria da prioridade das escolhas”²⁷ (V 15, 8), permitindo que quando não haja manifestação da vontade ou decisão dos indivíduos, os outros possam agir interferindo no curso das suas vidas sem que tal signifique uma violação dos direitos. Contudo, tal também não significa a existência de um dever de interferência, mas apenas o direito a interesses e a que estes sejam tomados em conta nas acções individuais, não os suprimindo ou violando.

²⁵ 7. *Gifts and Bequests*

²⁶ V 15: 2. *Necessary Conditions for Having Rights*; V 18: IV. *General libertarian limits on the state* e V. *Enforcement Rights*.

²⁷ “choice-prioritizing theory” (2. *Necessary Conditions for Having Rights*)

Assim, assumindo que as gerações vindouras poderão vir a ter interesses baseia neles os deveres das gerações actuais pelo menos em não desrespeitar ou eliminar esses interesses. Nozick não lhes atribui qualquer direito pela sua incapacidade de escolha, logo, pela sua inexistência²⁸. No entanto, a justiça intergeracional acaba por constituir um problema que o libertarismo, quer de direita quer de esquerda, aborda com alguma dificuldade apesar de se assumir como uma teoria histórica por excelência.

Vallentyne começa por simplificar a argumentação, estabelecendo alguns pressupostos que, segundo ele, permitirão que se foque apenas no essencial: as gerações são limitadas e idênticas em número de indivíduos, fixa um número de gerações não contemporâneas, elimina as ofertas, doações e heranças e estabelece que os indivíduos existem sem procriação eliminando as responsabilidades de outros na sua existência (V 15, 9-10)²⁹. Reduz ainda a aplicação da restrição igualitária aos recursos naturais. Assim, de acordo com a restrição igualitária os indivíduos não poderão gastar mais do que a sua parte *per capita* do valor de oportunidades iniciais de usar os recursos naturais, sendo que se o fizerem em relação apenas a um recurso terão que compensar no uso reduzido de um outro recurso natural. O importante será não exceder a parte *per capita* de recursos que cabe a cada um, pois tal condiciona e limita a igualdade inicial de oportunidades de uso e apropriação dos recursos naturais pelos outros. Deixar não menos que igual valor de oportunidades iniciais de uso dos recursos naturais é o dever das gerações presentes em relação às futuras, não havendo qualquer dever em investir para que os vindouros vivam em condições melhores que os seus antecessores³⁰. Qualquer medida ou política com vista a sacrificar uma geração para benefício de outra que lhe sucede, visando realidades e circunstâncias a longo prazo, parecem aos libertaristas medidas sem sentido que colocam em causa a autopropriedade, condicionando as escolhas e decisões, bem como os projectos de vida dos indivíduos. Nozick afirmava peremptoriamente que “Usar uma pessoa desta forma [pelo bem

²⁸ Da afirmação “Os indivíduos são invioláveis” (ASU, 31) Nozick deduz uma concepção de direitos absolutos, conduzindo àquilo que Vallentyne apelida de uma concepção de direitos protectores das escolhas. Nada poderá ser feito aos indivíduos sem o seu consentimento, mesmo que pudesse ser no seu interesse, e este carácter absoluto da propriedade de si mesmos aplicar-se-á a tudo o que possuem, sejam recursos internos ou recursos externos.

²⁹ 3. *Our Core Case*

³⁰ Vallentyne afirma (V 15, 15): “É de assinalar que a restrição igualitária não deixa espaço a um princípio de poupança justa como o sugerido por Rawls (1971, secção 44) e outros. (...) Nem o libertarismo em geral, nem a facção igualitária do libertarismo de esquerda defende qualquer dever em investir para que outros fiquem melhores do que o próprio”. / “It’s worth noting that the Egalitarian Proviso leaves no room for a ‘just savings principle’ of the sort suggested by Rawls (1971: section 44) and others. (...)Neither libertarianism in general, nor the egalitarian component of left-libertarianism, supports any duty to invest so as to make others better off than oneself.” (3. *Our Core Case*)

comum] não a respeita suficientemente nem tem em conta o facto de ela ser um indivíduo distinto e da sua vida ser a única que possui”³¹ (ASU, 33) a propósito da utilização dos indivíduos para um qualquer bem comum, mas a aplicação desta mesma afirmação às políticas que usam o futuro melhor como fundamento de restrições no presente poderia também fazer-se, aqui com a concordância de Vallentyne. Poderia também aplicar-se aos recursos naturais e à sua degradação ou mesmo extinção, que é legítima segundo Vallentyne desde que proporcione uma vida melhor aos indivíduos existentes e que estes não gastem mais do que sua parte *per capita* de recursos naturais, sendo que se ultrapassarem o uso legítimo e permissível, terão que compensar as gerações vindouras. O *proviso* igualitário não trata os recursos naturais como apenas constituindo propriedade privada, pelo que o seu proprietário teria plenos direitos de uso e destruição, mas também não os encara como fétiches (V 15, 17)³². Cada indivíduo apenas terá que assegurar que deixa o valor da oportunidade inicial de usar e apropriar-se dos recursos naturais que lhe foi atribuído, nada mais do que isso é seu dever face às gerações vindouras. No entanto, se as gerações forem, como são na realidade, constituídas por um número diferente de indivíduos e se existirem, o que acontece, gerações sobrepostas, o cálculo do valor dos recursos naturais que cada um poderá usar ou adquirir terá que ser revisto e o valor alterado. Tal só é possível graças à admissão da legitimidade do carácter condicional das posses individuais, quando tal favoreça e promova a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar. O facto de novos indivíduos existirem permite que a aquisição ou uso anteriores a eles possam ser anulados, compensados ou rectificados, uma vez que passam a ser encarados como injustos.

A interferência nas posses será, então, constante, pois não há forma de calcular o número exacto de indivíduos de cada geração, nem o número de gerações existentes num determinado momento. Esta indeterminação coloca a rectificação e a compensação como mecanismos que garantem a igualização das situações iniciais, mas ao longo da vida dos indivíduos. Contudo, Vallentyne, prevendo esta objecção, esclarece que a procriação supõe deveres dos progenitores em relação aos seus descendentes, não

³¹ “To use a person in this way does not sufficiently respect and take account of the fact that he is a separate person, that his is the only life he has.”

³² “It [the Egalitarian Proviso] does not fetishize natural resources.” (3. *Our core case*)

permitindo assim que essa igualização seja um processo continuado³³ (V 15,22). Desta forma, admite que o facto de alguém procriar não deve alterar o direito inicial de outro indivíduo que decidindo não o fazer, ainda assim veria a sua parte inicial de oportunidades de usar e apropriar-se dos recursos naturais ser modificada. Procriar faz parte do projecto de vida individual, logo, das escolhas de cada um, não devendo ninguém ser prejudicado pela opção dos outros ou pela sua de não procriarem. Sublinha Vallentyne: “[Contudo,] quando um indivíduo intencionalmente procria é responsável pela existência do ser gerado e, por isso, fica encarregue de lhe providenciar uma parte igual à que cabe aos outros indivíduos.”³⁴ (V 15, 23) Apenas quando tal não seja possível é que os outros indivíduos terão que o fazer, mas os mecanismos não são esclarecidos por Vallentyne³⁵.

Finalmente, Vallentyne aborda dois tipos de transferências que considera problemáticas: as ofertas intergeracionais e as heranças. Quanto às primeiras, considera que apenas podem ser limitadas ou compensadas aquelas que causarem alterações significativas à igualdade *inicial* de oportunidades.

Relativamente às heranças Vallentyne denuncia aquilo que considera uma incongruência do libertarismo de direita, uma vez que não admitindo a existência de direitos dos vindouros estabelecem o direito de herança dos falecidos (V 15,¹²). Contudo, Nozick defenderia o direito de alguém deixar uma herança ou legado por ser a sua decisão em relação à sua propriedade, constituindo uma transferência legítima. Os seus direitos derivaram da autopropriedade que não pode ser violada em circunstância alguma, pelo que a decisão em relação ao futuro das posses foi tomada num presente que não sendo tido em conta, impede a liberdade de acção dos indivíduos, por exemplo, de organizarem e orientarem o seu projecto de vida tendo em conta o futuro dos seus filhos. Nozick alegaria que o facto de o indivíduo não poder decidir no presente o futuro das suas posses seria uma intolerável interferência na sua liberdade e propriedade de si mesmo. O momento da morte do indivíduo não faria com que as suas posses passassem a não possuídas, apagando-se a sua sombra histórica. Aliás, se tal acontecesse então os princípios de justiça apenas se aplicariam no decurso da vida dos proprietários.

³³ Vallentyne esclarece: “O direito a uma parte igual não é, afinal, o direito a uma parte igual continuada. É o direito a uma parte igual *inicial*.” / “The right to an equal share is not, after all, a right to an *on-going* equal share. It is a right to an equal *initial* share.” (6. *Procreation*)

³⁴ “Where an individual intentionally procreates, however, she is responsible for the existence of procreated being and is thus accountable for providing the same share to her as the share of other individuals.” (6. *Procreation*)

³⁵ Pode assumir-se que esta igualização das oportunidades iniciais será feita através do uso do fundo social comum, que será esclarecido e analisado no Capítulo IV.

A posição de Vallentyne em relação às heranças é de que os indivíduos não têm direito a deixar herança, pois os mortos não têm direitos e o facto de os terem tido no passado não lhe parece relevante. Mas, assinala que os indivíduos poderão deixar aos seus descendentes determinadas posses se, por exemplo, doarem em vida a propriedade dos bens mas com usufruto enquanto viverem, não podendo vender ou destruir a posse depois desta *quasi*-transferência (V 15, 25)³⁶. Ou seja, não reconhecendo o direito de herança, admite que na prática o legado pode ser deixado e transferido por este meio, desde que não ponha em causa a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar. Tudo aquilo que alguém possuir no momento do seu falecimento e não tiver sido transferido por este mecanismo, será considerado como recurso natural (V 15, 25)³⁷, não se pressupondo qualquer direito dos seus descendentes àquelas posses.

Por fim, não admite a possibilidade de doações entre gerações não contemporâneas, uma vez que estas consistiriam em transferências entre seres existentes e seres cuja existência não poderia ser garantida.

III.5. Restrição e rectificação: Passado

A aplicação da restrição igualitária à apropriação, uso e transferência dos recursos coloca inúmeros obstáculos à possibilidade de rectificação de injustiças. Tal como em Nozick, o facto de se colocarem restrições iniciais não acompanhadas de princípios ou mecanismos de rectificação que esclareçam a forma como as posses poderão ser restituídas ou voltem a não ser possuídas, dificulta a compreensão da historicidade das teorias libertárias.

Para se aplicar a restrição seria necessário especificar de forma mais detalhada o momento ou a situação que marca o início da história das posses, o que não acontece nem na proposta de Nozick, nem na de Vallentyne. Nozick coloca o estado de natureza, ou seja, o estado em que todos os recursos naturais eram não possuídos, como a base de comparação que permite aferir se o *proviso* estaria ou não a ser cumprido, o que como já foi referido (Cf. *supra* I.1.) dificulta o apuramento da justiça das posses.

Por seu turno Vallentyne não especifica um momento, indicando apenas que a restrição se cumpre enquanto não for desrespeitada a igualdade inicial de oportunidades

³⁶ 7. *Gifts and Bequests*

³⁷ Cf. “ (...) any resources that agents own at the time of their death are abandoned assets and become part of the pool of natural resources (in the extended sense).” (7. *Gifts and Bequests*)

de bem-estar. Assim, pressupõe que existe um momento inicial em que essas oportunidades são avaliadas e igualizadas, mas não é claro qual é esse momento, uma vez que a existência individual é antecedita e precedida da existência de outros indivíduos cujo momento inicial de partilha igualitária das posses já ocorreu ou ocorrerá. Ainda que aborde a justiça intergeracional, não esclarece qual a situação em que a partilha igualitária dos recursos naturais se dá. O cálculo deverá ter em conta o número de indivíduos, mas o número de gerações contemporâneas conduzirá a alguma indeterminação que aliada às dificuldades já identificadas no cálculo da parte de recursos naturais que caberá a cada um constituirá uma das maiores fragilidades desta proposta.

Todavia, a sua proposta acaba por ser mais detalhada e pragmática do que a de Nozick, pois admite que o conjunto de posses e recursos está sujeito a alterações e mudanças ao longo dos tempos. À medida que os indivíduos vão alterando ou melhorando, bem como destruindo ou dizimando os recursos, o cálculo poderá ser revisto, mas ocorrerá num mundo em que existem inúmeros indivíduos de gerações diversas. Assim, alguns deles poderão ter gasto a justa parte dos recursos que lhes foi “atribuída” inicialmente, pelo que ao recalculer as oportunidades iniciais encontrar-se-iam numa de duas situações: ou teriam que compensar por terem gasto mais do que o novo cálculo lhes atribui, ou veriam a sua parte de recursos aumentada. No primeiro caso, o valor a restituir seria o da diferença entre o que gastaram/usaram a mais e aquilo que seria a sua parte. Vallentyne esclarece que esse valor teria que ser, de qualquer forma, deixado para as gerações vindouras, uma vez que a restrição igualitária estabelece esse dever, alterando-se apenas o momento em que a compensação seria feita (V 15, 19-20)³⁸.

No entanto, se se tiver em conta que actualmente as gerações contemporâneas são cada vez mais, graças ao aumento da esperança média de vida, seriam vários os momentos em que teria que existir essa igualização de oportunidades, o que acarretaria uma constante alteração do conjunto de posses de cada indivíduo e uma constante intervenção nos seus projectos de vida que poderia ser encarada como ilegítima tendo em conta as expectativas iniciais com que os indivíduos os delineariam. Contudo, Vallentyne é claro que essa igualização deve ser feita apenas quando for

³⁸ 5. *Overlapping Generations*

circunstancialmente possível e eficaz³⁹, não sendo necessário que as gerações tenham todas o mesmo valor total de recursos disponíveis inicialmente. Rectificar por injustiças ocorridas durante a vida dos indivíduos não parece, então, apresentar dificuldades na perspectiva de Vallentyne, uma vez que o cálculo de recursos e da parte que deverão deixar para os outros é feita durante a sua vida. Se um indivíduo usar mais do que a sua parte, deverá uma compensação aos outros. Contudo, esse uso excessivo deve ser avaliado tendo em conta o que é deixado pelo mesmo indivíduo, pois poderá, por si só, compensá-lo, como por exemplo, deixando “tecnologia, conhecimento ou melhorias nos recursos naturais”⁴⁰ (V 15, 31).

Por outro lado, defende que os progenitores deverão suportar, se lhes for possível, a parte de recursos naturais que permitam aos indivíduos existir com igualdade inicial de oportunidades de uso e apropriação desses recursos. Mas, simultaneamente, indica deveres das gerações anteriores em deixar uma parte igualmente valiosa de oportunidades iniciais de uso e apropriação aos vindouros, ou seja, mesmo aqueles que não tenham procriado acabam por ter que compensar o uso que fizeram dos recursos naturais, contribuindo para um fundo comum que proporcionará a igualdade inicial de oportunidades àqueles a quem os progenitores não o conseguiram fazer. As limitações que coloca às transferências, sobretudo doações e heranças também acabam por simplificar o processo de rectificação de injustiças, pois não atribui aos descendentes qualquer direito especial sobre as posses dos seus antepassados a menos que tenha ocorrido uma *quasi*-herança ou uma doação intergeracional que não coloque em causa a igualdade inicial de oportunidades.

Porém, se a injustiça tiver ocorrido no passado, não estando a vítima viva, não se esclarece como poderá ser feita a rectificação. Ainda assim, tendo em conta a sua teoria poder-se-ia assumir que a rectificação poderia ser feita se houvesse toda a informação disponível, sendo a compensação devida direccionada para o fundo comum e não para qualquer descendente, que, como defende, não tendo qualquer direito à herança, também não terá à “restituição” de bens por ocasião da rectificação. Quanto à rectificação exigida por posses ou bens que tenham sido, por exemplo, roubados de uma comunidade, inviabilizando ou dificultando o processo de crescimento e

³⁹ Cf. V 44, 46: “The extent to which such compensation should be provided is a contingent matter and is determined by how efficiently they promote equality of initial opportunities for advantage.” (*Conclusion*)

⁴⁰ “Second, even those whose are using more than their fair share of natural resources may leave adequate compensation for the members of future generations. The value of resources that they add to the world for all to use—technology, knowledge, and improvements to natural resources (e.g., trees or fish) in the commons, for example—may compensate for their excess degradation or depletion.” (8. *Conclusion*)

desenvolvimento daqueles indivíduos, Vallentyne também nada esclarece. Aliás, admite que a história da humanidade é rica em injustiças e que por isso a distribuição e os direitos de posse actuais não terão resultado de processos justos, eventualmente na sua maioria. Todavia, sugere que, tendo em conta o desconhecimento do passado e da especificidade de cada uma das situações que poderão ter originado as injustiças, se estabeleça um prazo em que se poderá reivindicar a rectificação da injustiça. Vallentyne sugere os 100 anos como um prazo rectificativo, mas admite não haver na teoria libertária qualquer fundamento teórico para sustentar esta proposta (V 2E, 13)⁴¹.

Ao não estabelecerem um princípio rectificativo ou mecanismos de rectificação que se baseiem nos seus pressupostos, autopropriedade, *proviso* e liberdade, os libertaristas, Nozick e Vallentyne, minam as suas teorias pois não esclarecem como se poderá fazer a transição para um sistema libertário, com as rectificações e compensações que teriam que ocorrer no sistema distributivo de posses. Vallentyne acusa Nozick a este propósito de apenas “ esboçar um quadro, mas o trabalho duro consiste em articular e defender um conjunto específico de direitos”⁴² (V 6, 26), o que na sua proposta libertarista de esquerda também não faz. No caso de uma teoria em que a justiça das posses depende daquilo que aconteceu no passado, a sua dificuldade em abordar a justiça rectificativa poderá constituir o seu calcanhar de Aquiles.

⁴¹ 5.2 *Historical Principles and the Real World*

⁴² “Nozick sketches a framework, but the hard work is in articulating and defending a specific set of rights.” (5.4 *Justice in Prevention and Rectification*)

Capítulo IV: Igualdade e Rectificação

IV.1. Igualdade inicial de oportunidades de bem-estar: o cálculo

Tal como o libertarismo de direita de Nozick, também o libertarismo de esquerda defendido por Vallentyne tem como principais preocupações os direitos de propriedade primeiro de si mesmo e depois dos recursos externos. Garantida a autopropriedade como direito natural de todos os indivíduos, o libertarismo, sendo uma teoria histórica, ocupa-se dos direitos de propriedade dos recursos externos. Assim, ao contrário dos teóricos distributivos que assumem a cooperação social e a divisão dos seus frutos como prioritários, os autores libertários consideram que antes de qualquer divisão ou redistribuição é necessário estabelecer as condições da apropriação original, ou seja, os critérios de uso e apropriação dos recursos não possuídos. Segundo eles, às teorias distributivas falta estabelecerem a história das posses, pois ao tomarem a distribuição actual e ao aplicarem-lhe um determinado padrão distributivo, alterando-as, estão por um lado a presumir como legítimos os direitos de propriedade de alguns e por outro a desrespeitar os direitos legítimos de propriedade de outros. Não tendo em conta o passado, acusa Vallentyne, aquelas teorias, como a de Rawls, acabam por não ter em conta que poderão apenas estar a prolongar injustiças cometidas na aquisição original (V 32, 212-4).

Os teóricos distributivos assumem ainda que há um direito dos indivíduos a determinadas condições, ou pelo menos, a determinados resultados distributivos independentemente da história das posses e de quem tem legítimo direito a elas. Ora, tal pode conduzir à percepção, já denunciada por Nozick, de injustiça, pois os mais favorecidos verão parte das suas posses serem redistribuídas para se garantir esse resultado ou padrão final de distribuição. Vallentyne contrapõe a este igualitarismo de resultados o seu igualitarismo de oportunidades iniciais de bem-estar, afirmando que não são as distribuições finais, mas as condições iniciais de apropriação e uso que poderão originar a injustiça.

Se estas condições iniciais forem justas, o que delas resultar, respeitando-se a restrição igualitária, será justo, independentemente das desigualdades que sejam criadas devido às opções, decisões dos indivíduos num mercado livre. A cooperação social

parece não constituir, assim, para Vallentyne um problema, uma vez que se presume que essa cooperação e a distribuição de benefícios dela resultante será consequência da liberdade de acção dos indivíduos e de acordos estabelecidos entre eles.

Desta forma as desigualdades distributivas não serão, tal como para Nozick, motivo para qualquer acção redistributiva. Contudo, para Vallentyne, ao contrário de Nozick, as desigualdades iniciais deverão ser objecto de intervenção no sentido de as rectificar ou compensar. A restrição igualitária é o mecanismo que permite fazê-lo, embora outras medidas sejam propostas pelo libertarista de esquerda, para promover a igualdade inicial de oportunidades. Os recursos não possuídos são considerados como tendo que ser partilhados de forma igualitária por todos. Como já referido, tal não significa uma propriedade conjunta, mas que a cada um caiba uma parte justa de recursos a usar e/ou apropriar. A justiça da parte deriva do cálculo dos recursos naturais disponíveis para os indivíduos existentes, tendo em conta as oportunidades iniciais de bem-estar graças ao seu uso e apropriação, pelo que todos os recursos (incluindo os internos) terão que ser considerados nesse cálculo e partilha. “Ao contrário da concepção de partes iguais, aqueles cujos dotes internos iniciais proporcionem oportunidades efectivas de bem-estar menos favorecidas têm direito a uma parte maior dos recursos naturais”¹ (V 11, 17), defende Vallentyne. Aquilo que os indivíduos possuam inicialmente pelo processo de transferências *quasi*-heranças também terá que ser contabilizado no cálculo inicial.

Quanto às diferenças que resultam de características naturais, não dependentes da acção humana, Vallentyne também considera que são relevantes para a partilha inicial dos recursos. Contrariamente a Nozick² considera que o facto de alguém ter disponíveis menos ou piores recursos naturais cria o dever de compensação daqueles que, por condições naturais, tenham acesso a mais e melhores. Assim, dá o exemplo de duas ilhas com recursos naturais distintos, sendo que uma claramente favorece as oportunidades iniciais do seu habitante em relação ao outro ilhéu. Existe ainda um recurso natural – peixe – que não estando ligado a nenhuma delas, pode servir de compensação para a situação menos favorável da segunda ilha. O habitante da ilha mais rica em recursos naturais não terá qualquer direito a reivindicar parte do peixe, uma vez que aquilo que é significativo é o conjunto total de recursos naturais e a sua partilha

¹ “Unlike the equal share view, those whose initial internal endowments provide less favorable effective opportunities for wellbeing are entitled to larger shares of natural resources.” (4. *Natural Resources: Liberty Rights to Use and Moral Powers to Appropriate*)

² Cf. supra II.1.: o exemplo dos 10 náufragos utilizado por Nozick.

igualitária. As diferenças serem naturais é irrelevante e terá que ser contabilizada a totalidade de recursos existentes (V 15, 16)³, pelo que a compensação pelas situações naturalmente desiguais ocorrerá inicialmente para igualizar as oportunidades iniciais. Para que tal aconteça a totalidade dos recursos naturais não deve ser contabilizada como estando adstrita a um determinado território, mas deve ser tomada como global, pelo que a partilha deverá ser feita tendo em conta o número total de indivíduos existentes no mundo. Tal como a ilha mais rica, poder-se-ia deduzir que nenhum país tem direito aos seus recursos naturais sem compensar os outros pela sua posição naturalmente beneficiada. Vallentyne defende a arbitrariedade das fronteiras nacionais, embora lhes reconheça alguma utilidade em termos administrativos, pelo que os recursos externos e o fundo de compensações gerado (*fundo social*) deverão ser globais, tal como as medidas de igualização das oportunidades iniciais (V 47, 17)⁴.

Esta arbitrariedade das fronteiras nacionais na contabilização dos recursos naturais é um ponto de vista interessante se tivermos em conta as desigualdades de desenvolvimento e crescimento existentes entre os países, bem como a forma injusta como o seu uso e apropriação foram sendo feitos ao longo da história. No entanto, mantém-se o problema de como rectificar, no momento actual ou no futuro, as injustiças decorrentes das efectivas desigualdades iniciais de oportunidades dos indivíduos, cujo uso e apropriação de recursos depende também do local onde tiveram a *sorte*, ou o *azar*, de nascer e/ou viver e daquilo que aconteceu ao longo da história dos seus países e do tipo de relações estabelecidas com outros países. Se as fronteiras forem consideradas arbitrárias do ponto de vista da posse dos recursos, não há lugar a rectificação quando esta for exigida por um país a outro. Não são as comunidades que detêm direitos de posse dos recursos, mas os indivíduos. Assim, a rectificação de injustiças passadas deparar-se-ia com outra dificuldade: se a história de determinadas posses tiver sido até agora comunitária e injusta qual o mecanismo para repor a justiça das posses, atribuindo-as aos indivíduos? A esta questão Vallentyne respondeu⁵ que apenas se poderá exigir compensação a alguém, a um indivíduo, e não a um povo ou etnia, pelo que só há direitos e deveres de rectificação se os indivíduos forem contemporâneos. Admitiu, contudo, que a sua resposta carecia de mais reflexão, podendo ser-lhe retribuída a acusação que faz a Nozick: “A discussão de Nozick destes assuntos

³ 3. *Our Core Case*

⁴ 6.1. *The Significance of National Boundaries*

⁵ A resposta de Vallentyne à questão foi dada nos II Encontros de Ética e Filosofia Política promovidos pela Universidade do Minho no dia 20 de Março de 2013.

[prevenção e rectificação de injustiças] é muito esquemática e deixa uma grande variedade de questões importantes por resolver”⁶ (V 6, 25).

A forma como o cálculo de recursos naturais se concretiza, qual o momento em que as oportunidades iniciais são avaliadas ou como se contabilizam, por exemplo, os recursos internos e a forma como influenciam as oportunidades de bem-estar são algumas das questões a que Vallentyne considera crucial dar uma resposta, embora mantenha a discussão e o debate abertos^{7,8}. São questões essenciais para uma teoria rectificativa, uma vez que a sua resolução permitirá determinar a legitimidade do uso e apropriação por cada indivíduo nos vários momentos da história das posses.

IV.2. Desigualdade e Rectificação

Assumindo o seu libertarismo de esquerda como uma “forma promissora de igualitarismo liberal” (V 11), Vallentyne defende que a igualdade inicial de oportunidades de uso e apropriação dos recursos naturais garante a efectiva liberdade dos indivíduos, não pondo em causa a total propriedade de si mesmos e igualando as oportunidades iniciais de bem-estar. Liberdade e autopropriedade são conciliadas à igualdade, permitindo acrescentar aos direitos libertários o direito a uma parte dos recursos que possibilite aos indivíduos a concretização de uma vida boa. Vallentyne introduz a necessidade da igualdade inicial afirmando que as teorias libertárias de direita podem conduzir à apropriação total dos recursos naturais por parte de alguns, impedindo que os outros possam de forma efectiva exercer a sua liberdade de acção, pois o termo de comparação exigido pelas suas restrições, no caso de existirem, são tão baixos que os mais capacitados (por visão empreendedora, inteligência...) acabariam por ser os únicos beneficiários de algo que nem sequer foi produto do seu esforço ou trabalho, não permitindo aos outros almejar uma existência significativa.

⁶ “Nozick’s discussion of these issues is very schematic and leaves a wide range of important issues unresolved.” (5.4 *Justice in Prevention and Rectification*)

⁷ No artigo “Brute Luck, Option Luck, And Equality Of Initial Opportunities” (V 44), Vallentyne coloca as questões relativas ao momento inicial de avaliação das oportunidades e à forma como deverão ser analisadas. Para ambas apresenta várias propostas de resolução, mantendo-as sujeitas a reflexão.

⁸ Cf. “Liberty Matters: John Locke on Property” (LM): Nesta discussão a questão relativa à forma como se poderia contabilizar e dividir igualitariamente os recursos naturais é colocada a Vallentyne, quer por Eric Mack quer por Jan Narveson. As respostas de Vallentyne, contudo, mantêm o problema em aberto, sendo atingidas por novas objecções que confirmam a dificuldade em estabelecer as condições iniciais de igualdade de oportunidades de bem-estar de forma efectiva.

Assim, considera que não sendo produzidos por ninguém, os recursos naturais deverão ser inicialmente partilhados, tendo em conta as condições iniciais de cada indivíduo e visando uma igualdade inicial de oportunidades de bem-estar. Sendo inicial, afirma Vallentyne, esta igualdade e a interferência necessária para a estabelecer escapam às críticas feitas por Nozick relativas às teorias distributivas que visam um padrão de distribuição de estado-final (V 28, 9)⁹. Vallentyne concorda que a redistribuição não deve ser aplicada aos resultados, uma vez que estes são o culminar de uma série de escolhas e decisões livres dos indivíduos num mercado livre. Contudo, defende que deve ser feita inicialmente para que todos possam de forma justa ter as mesmas oportunidades de bem-estar. Após a partilha inicial justa de recursos, não haverá qualquer intervenção no sentido de igualar as condições materiais dos indivíduos, pois a distribuição resulta, bem como a qualidade da vida de cada um, das decisões individuais. Assim, afastando-se das teorias redistributivas de Rawls ou Dworkin, mas também das teorias estritamente igualitárias, Vallentyne responde que estabelecer a igualdade de recursos em cada momento da vida dos indivíduos não é justo, constituindo uma violação dos direitos e decisões daqueles que acertadamente investiram ou usaram a parte de recursos iniciais que lhes coube, para contrabalançar as decisões menos favoráveis dos outros (V40, 3). Esta actividade redistributiva constante não é legítima e não tem em conta nem a responsabilidade individual pelos resultados nem a história das posses, logo, não tem em conta os direitos dos indivíduos quanto à forma como decidem conduzir as suas vidas nem os seus direitos de posse de recursos externos.

Há, no entanto, casos em que a redistribuição das posses será necessária, ao longo da vida dos indivíduos, para restabelecer a igualdade inicial de oportunidades. Vallentyne apresenta o caso do cálculo e distribuição feitos inicialmente relativos a duas crianças, sendo que ao longo da vida se descobre que uma delas tem uma predisposição genética para uma doença que não foi prevista, pelo que não foi contabilizada, partindo de uma situação desfavorecida em relação à outra. Neste caso, “a descoberta da disposição genética requer alguma compensação adicional para a pessoa em questão”¹⁰ (V 44, 33). Não é esclarecida a forma como essa compensação é feita, mas poderá supor-se que será através da utilização de recursos do fundo social, uma vez que

⁹ 3. *Libertarianism and Justice*

¹⁰ “Hence, the discovery of the genetic disposition requires some additional compensation for the person in question.”

ninguém foi directamente responsável por esse desfavorecimento inicial. Assim, a redistribuição será legítima e justa quando for o meio para restabelecer a igualdade inicial de oportunidades e não um qualquer padrão de distribuição final.

Vallentyne acrescenta ainda que qualquer redistribuição apenas será legítima se consistir na transferência de posses de alguém que não tem direitos libertários àqueles recursos para outros que os tenham (V 18, 17)¹¹. Tal significa que o desrespeito pela restrição igualitária terá que ser compensado ou rectificado por mecanismos redistributivos. Ora, tendo em conta que os recursos naturais são finitos, a redistribuição acabará por ser um mecanismo que ocorrerá aquando da apropriação ou do uso exclusivo de algum recurso, uma vez que excluem o uso e apropriação dos outros. Nos casos em que haja o uso exclusivo e a apropriação “os direitos adquiridos são condicionais ao pagamento do valor competitivo por esses direitos (i.e. o preço de equilíbrio entre a oferta e a procura desses direitos num leilão ou mercado hipotético)”¹² (V 18, 18). Aqueles que apenas usarem os recursos de forma não exclusiva não terão que pagar qualquer valor, logo, não haverá qualquer mecanismo de compensação a aplicar. O pagamento do valor competitivo dos recursos cinge-se aos casos em que se deixe menos para os outros do que aquilo que se usou ou se possuiu inicialmente pondo em causa a igualdade de oportunidades de bem-estar, isto é, praticamente em todos os casos de apropriação ou uso exclusivo. Desta forma, ainda que o cálculo implique uma distribuição partilhada, esta poderá significar apenas o uso não exclusivo dos recursos, pela sua finitude e pela incapacidade de estabelecer o número de indivíduos existentes, premissas em constante alteração.

IV.3. Tributação e cobrança de impostos

O pagamento do valor competitivo dos recursos poderá ter a forma de impostos ou taxas cuja obrigação se mantém ao longo da história das posses, pelo que, quando se transferem os direitos também se transferem os deveres de pagamento do valor competitivo. Após o pagamento do valor competitivo a propriedade fica imune a qualquer medida redistributiva ou compensatória, considerando-se que o seu proprietário já cumpriu o dever de promoção da igualdade inicial de oportunidades que

¹¹ V. *Redistribution*

¹² “ (...) the rights acquired are conditional on the payment of competitive rent for the rights acquired (i.e., the supply and demand equilibrium price for those rights in some suitable hypothetical auction or market).” (V. *Redistribution*)

adquiriu com a posse de mais do que a sua parte justa de recursos. A cobrança de impostos e a tributação são justas, segundo Vallentyne, quando se baseiem na promoção da igualdade inicial de oportunidades, aplicando-se apenas a actos injustos que não respeitem a restrição igualitária.

Taxar os recursos externos, ao contrário do defendido por Nozick em que a total propriedade inicial dos recursos era derivada da total propriedade de si mesmo, não põe em causa os direitos libertários de autopropriedade e liberdade. Para Vallentyne “a posse (...) é um conjunto de direitos e não é tudo ou nada. A quase-total propriedade de algo é compatível com a justa tributação pela mera posse ou exercício desses direitos, enquanto os direitos de posse não incluem uma imunidade àquela tributação. Além disso, a total propriedade de si mesmo não exclui outros tipos de tributação”¹³ (V 2, 18).

A imunidade à perda das posses (externas) pode ser condicionada pelo pagamento de impostos (V 2, 17)¹⁴, sem que tal constitua uma injustiça, mas antes constituindo uma condição para a justiça daquilo que se possui, uma vez que só após o pagamento do valor competitivo é que os indivíduos poderão ter o direito à posse sem qualquer dever associado (V 2, 10)¹⁵. Todavia, a justiça das taxas também depende da forma como são usadas, sendo que apenas as que forem direccionadas para a igualização das oportunidades iniciais de bem-estar serão legítimas.

IV.4. Fundo Social: promoção da igualdade inicial de oportunidades de bem-estar

O fundo social gerado pelas compensações devidas pela apropriação e uso exclusivo deverá ser utilizado para promover a igualdade inicial de oportunidades. Será este fundo o principal mecanismo de redistribuição e de rectificação das injustiças, uma vez que sendo o somatório do valor competitivo dos recursos, deverá ser destinado a melhorar as condições iniciais daqueles que apenas usaram os recursos sem

¹³“Ownership, however, is a bundle of rights and is not all or nothing. Near-full ownership of a thing is compatible with just taxation for mere possession or exercise of those rights, as long as the ownership rights do not include an immunity to such taxation. Moreover, full moral self-ownership does not preclude other kinds of taxation.” (*Conclusion*)

¹⁴ *Property-rights arguments against taxation*

¹⁵ Vallentyne desconstrói o argumento de Wilt Chamberlain (*Property-rights arguments against taxation*) que Nozick utiliza para demonstrar a injustiça de qualquer pagamento de impostos, por considerar que da total autopropriedade não é necessário derivar a total propriedade dos recursos externos, sendo aquele direito libertário compatível com vários tipos de posse. Este argumento e as críticas que lhe faz Vallentyne foram também referidos em III.3.

exclusividade, ou daqueles que são inicialmente desfavorecidos geneticamente ou situacionalmente (V 47, 14)¹⁶. O objectivo do fundo e a sua finalidade é a igualdade inicial e não qualquer concepção de bem-estar final, pelo que importa promover acções e/ou instituições que efectivem as oportunidades iniciais de bem-estar para todos, atribuindo-se este fundo aos mais desfavorecidos na situação inicial. Aqueles que inicialmente tenham mais oportunidades de uma vida boa não terão direito a parte deste fundo, bem como aqueles que tendo usado a sua parte justa dos recursos não o tenham feito de forma proveitosa e se encontrem numa situação desfavorecida. Como Nozick, também Vallentyne considera que se a situação desfavorável dos indivíduos for atribuível às suas más decisões e acções, então não há qualquer direito à assistência e a realocação de recursos para melhorar a sua situação não deve ter lugar. Aliás, o direito à assistência, bem como o dever não são iniciais, mas condicionais à efectiva promoção da igualdade de oportunidades se for razoável e possível, sem desrespeitar qualquer direito libertário dos indivíduos. Na opinião de Vallentyne “o libertarismo de esquerda (...) é promissor pois reconhece algumas exigências de igualdade (uma certa partilha dos benefícios providos pelos recursos naturais), mas também reconhece alguns limites (autopropriedade) aos meios de promoção da igualdade.”¹⁷ (V 51,3) Assim, o dever de assistência pode cingir-se ao pagamento do valor competitivo dos recursos e o direito a usar parte do fundo social gerado. Não há qualquer dever ou direito a serviços pessoais, uma vez que tal constituiria uma violação da autopropriedade embora, como nota Vallentyne, possa ser desejável que tal aconteça. Ser moralmente desejável que se auxilie alguém cuja situação miserável não é da sua responsabilidade, sendo pouco custosa a ajuda, não significa que tal constitua uma obrigação ou dever de assistência (V 47, 6; V 14, 9)¹⁸.

Por outro lado, o direito à assistência ou ao uso de parte do fundo social também é condicional, dependendo de se essa acção *efectivamente* promove a igualdade de oportunidades de bem-estar. Acrescenta Vallentyne: “os apropriadores têm o dever de promover uma igualdade de oportunidades a longo-prazo”¹⁹ (V 18, 21), significando que deverão ter em conta que o valor pago seja usado de forma eficiente naquele

¹⁶ 5. *The ownership of natural resources: spending the social fund*

¹⁷ “Le libéralisme de gauche, en revanche, est prometteur parce qu’il reconnaît certaines exigences de l’égalité (une forme de partage des avantages fournis par les ressources naturelles), mais il reconnaît aussi des limites (imposées par la pleine propriété de soi) quant aux moyens de promouvoir l’égalité.” (2. *Les Théories de la Justice*)

¹⁸ V 47, 3. *Full Self-Ownership*; V 14, 3. *Full Self-Ownership*

¹⁹ “(...) that appropriators have a duty to promote long-term equality of opportunity.” (VI. *Overcoming Market Failure*)

objectivo. Tal pode conduzir a que os mais desfavorecidos não recebam o valor ou compensação a curto-prazo, mas que o valor possa ser investido para promover a igualdade de oportunidades a longo-prazo (V 18, 21)²⁰, por exemplo, na criação de infra-estruturas que permitam o acesso à educação ou à saúde. Ainda que a igualdade inicial de oportunidades não seja imediatamente reposta, ela pode ser concretizada num prazo mais alargado, acabando os indivíduos por serem compensados pela sua situação inicial desfavorável.

Para Vallentyne a eficiência é essencial nas acções e medidas destinadas à promoção da igualdade inicial de oportunidades. Da defesa da eficiência e da discussão da forma como pode ser calculada ou apurada resultam vários argumentos e artigos que concluem da necessidade moral de um *igualitarismo paretiano*. Assim, se a desigualdade ou a partilha desigual for mais vantajosa para todos, deve ser preferida a uma distribuição puramente igualitária (V 17, 6-7)²¹. A restrição igualitária acaba por dar o mote à prioridade do *optimum* de Pareto em relação à igualdade. Os mais desfavorecidos não serão sempre prioritários nas medidas compensatórias, mas sê-lo-ão todos aqueles que se encontrarem abaixo da média de bem-estar por razões inimputáveis. Todavia, ainda que os que se encontrem abaixo da média constituam a prioridade, se as medidas implementadas não beneficiarem eficientemente os mais desfavorecidos desse grupo, podem ser aplicadas aos que sejam mais favorecidos, mas ainda abaixo da média (V 50, 1). Segundo o igualitarismo liberal defendido por Vallentyne “liberdade, igualdade e eficiência são aspectos moralmente relevantes”²² (V 51, 2).

Outra das formas de usar o fundo social que respeita a promoção da igualdade de oportunidades a longo-prazo é nas falhas do mercado, colmatando-as. Vallentyne não concebe o mercado livre como apenas o exercício da liberdade individual, não estando sujeito a qualquer medida rectificativa. Admite que há situações em que o mercado não permite o fornecimento de determinados bens e serviços. Estas falhas são sobretudo de três tipos: *competição imperfeita*, *externalidades* e *bens irrenunciáveis* (V 2, 9)²³ e conduzem a situações em que os indivíduos não têm acesso aos bens e serviços em condições de igualdade inicial de oportunidade. Assim, o fundo social poderá ser usado

²⁰ VI. *Overcoming Market Failure*

²¹ 2) *What example(s) from your work (or the work of others) illustrates the role that normative ethics ought to play in moral philosophy?*

²² “ (...) la liberté, l’égalité, et l’efficacité sont chacune une considération morale pertinente.” (2. *Les Théories de la Justice*)

²³ *Just taxation and ownership*

para colmatar estas falhas e as compensações devidas poderão ter em conta aquelas situações, promovendo medidas e acções que as neutralizem ou minimizem.

Segundo Vallentyne estas acções e medidas poderão ser realizadas pelos indivíduos, mas também pelo estado. Admite que se o mercado livre nem sempre é eficiente na correcção daquelas falhas, o estado também poderá não o ser, o que não invalida a possibilidade de lhe atribuir a função de rectificação da igualdade inicial de oportunidades. Tal como os apropriadores, o estado também terá que fomentar a igualdade de oportunidades a longo-prazo, sendo a gestão do fundo social uma das suas funções. A criação de infra-estruturas que igualem as oportunidades iniciais ou a aplicação das medidas compensatórias poderão ser mais eficientemente realizadas pelo estado do que pelos próprios indivíduos. Estes percepcionarão o estado como um mecanismo de rentabilização dos recursos naturais pelo investimento dos pagamentos relativos ao valor competitivo dos recursos apropriados, bem como o garante de que os pagamentos devidos são efectivamente realizados (V 18, 22)²⁴. Defende, então, um estado libertário com uma actividade significativa justa, podendo “redistribuir recursos aos mais pobres e investir em infra-estruturas que superem as falhas do mercado”²⁵ (V 18, 1).

Um *estado de direito privado* justo é aquele que “(1) proíbe (e impõe) apenas actividades (a) que violam os direitos libertários de alguém, (b) em que a vítima tem o direito libertário de impor esses direitos, e (c) em que o estado tem a liberdade libertária de impor (por exemplo, porque a vítima consentiu nessa imposição em seu nome); e (2) respeita os direitos libertários de todos (incluindo quaisquer obrigações derivativas contratuais que possa ter)”²⁶ (V 18, 10-11). Esta concepção de estado, que Vallentyne considera menos extenso que o estado mínimo de Nozick, garante que os direitos libertários são respeitados, uma vez que permite aos indivíduos fazerem valer os seus direitos, sendo que o estado apenas actua se alguém assim o exigir para, em seu nome, fazer cumprir as suas exigências de rectificação ou compensação por injustiças cometidas. O estado apenas proíbe as violações dos direitos libertários dos indivíduos e

²⁴ VI. *Overcoming Market Failure*

²⁵ “ [Moreover, certain versions of left-libertarianism— unlike right-libertarianism— can justly] redistribute resources to the poor and invest in infrastructure to overcome market failures.”

²⁶ “(1) it prohibits (and enforces) only activities (a) that violate someone’s libertarian rights, (b) for which the victim has a libertarian right to enforce those rights, and (c) for which the state has a libertarian liberty to enforce (e.g., because the victim has consented to enforcement on her behalf); and (2) it respects the libertarian rights of all (including any derivative contractual obligations that it may owe).” (III. *General libertarian limits on the State*)

a sua acção terá sempre que ser ou consentida ou requerida por alguém cujos direitos estejam em causa (V 18, 11-12)²⁷.

Tal como Nozick, Vallentyne considera que há actividades dos estados actuais que são ilegítimas, como providenciar protecção paternalista, bens impessoais ou serviços pessoais, pois desrespeitam o direito à autopropriedade (V 28, 17)²⁸. Considera, no entanto, que Nozick não fundamenta devidamente as razões por que o estado não deve encarregar-se de ajudar os mais desfavorecidos ou em promover o bem-estar de todos superando as falhas do mercado. Não havendo qualquer desrespeito pela autopropriedade a tributação poderá permitir garantir as condições necessárias para que a ajuda aos involuntariamente desafortunados e o bem-estar de todos (ou a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar) sejam efectivos. Segundo Vallentyne “um estado libertário de *direito privado* pode também incluir tributação significativa com o propósito de promover a igualdade de oportunidades e para financiar certos bens e serviços que o mercado não consegue prover”²⁹ (V 18, 12). Estado e indivíduos deverão, então, investir os pagamentos devidos pela apropriação dos recursos naturais e outras compensações em medidas e mecanismos que promovam de forma eficaz a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar. Conclui: “Isto não nos diz nada, é claro, sobre qual o nível de investimento requerido no mundo real. Pode ser pequeno ou pode ser grande. Esta é uma questão empírica (dados os requisitos da igualdade de oportunidades libertarista de esquerda)”³⁰ (V 18, 22).

O estado pode ser financiado pelo próprio fundo social, mas também pelas compensações devidas por todos aqueles que cometam actos criminosos. No entanto, também admite a possibilidade de um imposto para o seu financiamento se tal for eficiente na promoção da igualdade inicial de oportunidades. Este será o critério ou a restrição que acompanha toda a teoria da justiça defendida por Peter Vallentyne: a de proporcionar da forma mais efectiva possível (ou eficaz) a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar.

²⁷ III. *General libertarian limits on the State*

²⁸ 5. *The argument for the illegitimacy of the more than the night-watchman state.*

²⁹ “ [Following that, I will argue that, according to a certain form of left-libertarianism,] a libertarian private-law state can also involve significant taxation for the purpose of promoting equality of opportunity and for financing of certain goods and services that the market fails to provide.” (III. *General libertarian limits on the State*)

³⁰ “This tells us nothing, of course, about what the required level of investment is in the real world. It might be small or it might be great. That is an empirical question (given the requirements of equal opportunity left-libertarianism).” (VI. *Overcoming Market Failure*)

Esta restrição permite que os direitos de propriedade sejam condicionais sem que o direito natural à autopropriedade seja desrespeitado, permitindo que todos os indivíduos possam aceder a bens ou serviços considerados primários ou essenciais. Ao exigir a compensação pela apropriação, impede que os mais desfavorecidos mantenham a sua posição original e garante condições – pelo investimento dos fundos em acções que promovam a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar – para que possam projectar uma vida boa, independentemente daquilo que considerem sê-lo³¹. Por outro lado, o carácter condicional das posses também permite que estas sejam usadas sem o consentimento dos seus possuidores desde que tal não prejudique ninguém e, de facto, beneficie alguém (V 28, 21)³². Os mais desfavorecidos inicialmente não são, assim, encarados como o resultado de uma história das posses em que a rectificação seria violadora dos direitos de propriedade, mas indivíduos cuja situação involuntária deve ser compensada pela redistribuição dos recursos naturais ou dos benefícios que advenham do seu uso exclusivo e apropriação. Esta restrição configura, assim, uma perspectiva assistencialista (V 47, 16)³³ da justiça, como admite Vallentyne, em que com os mais favorecidos nada se gasta, enquanto se igualizam as oportunidades iniciais dos mais desfavorecidos no sentido de uma igualdade de oportunidades a longo-prazo, isto é, tendo em conta que as medidas e acções mais eficazes serão aquelas em que o investimento possa rentabilizar a igualdade inicial no presente e futuro. Desta forma, as desigualdades iniciais poderão ser rectificadas e a justiça efectivada, ainda que em moldes libertários, estando a liberdade individual e a autopropriedade garantidas enquanto direitos naturais e constituindo o limite de qualquer acção ou medida.

³¹ No artigo “Le libéralisme de gauche et la justice” (V 51: 5. *La répartition du fonds social*) Vallentyne questiona o significado de bem-estar, concluindo que se refere à possibilidade dos indivíduos realizarem o seu projecto de vida. Nada mais acrescenta, mas na verdade todas as considerações subjectivas que poderão surgir dificultam a compreensão deste conceito, o que o autor reconhece.

³² 6. *Conclusion*

³³ 5. *The ownership of natural resources: spending the social fund*

Conclusão

Ao longo deste trabalho, vários problemas e indecisões foram surgindo, devido ao carácter indeterminado de algumas das propostas libertaristas de Robert Nozick e de Peter Vallentyne. O objectivo inicial era tratar a rectificação no contexto do libertarismo entendida como o restabelecimento de injustiças ocorridas no passado. Contudo, ainda que a rectificação tenha sido o conceito orientador desta tese, as dificuldades destes autores em estabelecer medidas rectificativas conduziu à tentativa de compreender se seriam ou não derivadas de falhas estruturais nas suas teses ou meras dificuldades circunstanciais que casuisticamente poderiam ser superadas. Ao longo da tese os conceitos de compensação e rectificação, embora não tenham sido confundidos, foram analisados tendo em conta que os autores não apresentam teorias de compensação e de rectificação separadamente. O tratamento feito de ambas as abordagens acaba por replicá-las na leitura conjunta dos dois conceitos.

Resta, então, fazer uma síntese crítica, tentando que a unidade da investigação se torne mais clara, mas também compreender os caminhos e dificuldades das suas propostas e da sua pertinência actual na reflexão e discussão político-filosófica.

Em ambos os casos as dificuldades na abordagem da rectificação prendem-se com o individualismo defendido e com o carácter histórico dos direitos de posse dos recursos materiais, sendo que nenhum dos autores formula princípios rectificativos que respondam às situações em que as injustiças ocorram. No entanto, ao longo da análise das duas propostas libertárias, a tentativa de perceber se a rectificação seria possível ou estaria prevista, apesar de não haver a indicação explícita a medidas ou teorias rectificativas, revelou que o seu carácter histórico é o fundamento daquela indeterminação. Ainda que pretendam identificar o momento inicial em que a história das posses se inicia – com a definição da apropriação inicial e da restrição – não esclarecem como se poderá efectivamente realizar o historial das injustiças que possam ter ocorrido. Preocupando-se com o estabelecimento de uma teoria de direitos que garanta a liberdade de não interferência, no caso de Nozick, acompanhada pela liberdade de acção, no caso de Vallentyne, ambos acabam por não a coordenar convenientemente com a perspectiva histórica que defendem. Nozick não reconhece direitos aos vindouros, mas pressupõe um dever de rectificarem as injustiças passadas.

Vallentyne não reconhece direitos aos mortos em relação ao futuro, mas estabelece-lhes deveres, embora não esclareça como poderá no futuro ser rectificadora uma injustiça passada. A relação entre os vários momentos da história das posses não é compatibilizada com uma teoria de direitos que clarifique e justifique devidamente as relações intergeracionais.

Outra dificuldade é a condição que colocam para que a rectificação possa ocorrer: a consideração da responsabilidade individual. Exigir rectificação significa exigí-lo a alguém, pelo que as responsabilidades colectivas, embora admitam que possam ter existido no passado, não são abordadas nas suas teorias. Por outro lado, nem sempre a responsabilidade por determinada injustiça é possível de determinar, pois pode ter ocorrido pela conjugação de várias decisões individuais e factores externos no contexto de um mercado livre, por exemplo. Por fim, para que alguém exija a rectificação de uma injustiça é essencial que não tenha responsabilidade naquilo que aconteceu e, por exemplo, na sua situação economicamente desfavorecida. Mas como apurar a responsabilidade dos indivíduos na sua situação actual? Esta é uma questão demasiado complexa e talvez sem resposta, pois implicaria não só o conhecimento e compreensão do indivíduo em causa, das suas motivações, capacidades e acções e dos vários cenários possíveis. Ora, exigir a avaliação da responsabilidade do indivíduo exigiria uma análise às suas acções no sentido de indicar com precisão se as acções e decisões foram livres, mas também apurar se não foram objecto de uma manipulação velada por parte de outros indivíduos ou instituições, possibilitada por algum desconhecimento em relação a determinadas linguagens, jurídica ou contratual por exemplo. Tão elevada exigência da responsabilidade¹ dos indivíduos nas suas acções não reclama um conhecimento excessivo e inalcançável das motivações e decisões dos implicados?

Ambos admitem a lacuna no tratamento adequado da rectificação nas suas teorias, mas prosseguem a defesa dos seus pressupostos libertaristas não admitindo que são a causa daquelas dificuldades.

Estabelecendo a autopropriedade como fundamento das suas teorias, identificam a necessidade de esclarecer a forma como os indivíduos podem adquirir algo exterior,

¹ Vallentyne compreende a importância da reflexão acerca da responsabilidade no contexto da sua teoria política. Em “Responsibility and False Beliefs” (Vallentyne: 2011) e em “Brute Luck and Responsibility” (Vallentyne: 2008) analisa as várias circunstâncias em que a responsabilidade pelos resultados das acções pode ou não ser exigida aos indivíduos. Em nenhum dos artigos a reflexão é exaustiva, acabando o autor por admitir que deverá ser continuada no sentido de se alargarem e fortalecerem as posições do libertarismo de esquerda.

sem pôr em causa a propriedade de si mesmos ou dos outros. Da consciência de que a autopropriedade não garante a liberdade, necessitando os indivíduos de recursos materiais para concretizarem os seus projectos de vida, deduzem teorias relativas aos direitos de propriedade e à forma legítima dos indivíduos se apropriarem e transferirem os seus conjuntos de posses.

Contudo, porque os recursos materiais são limitados, nem todos os indivíduos poderão ser proprietários, pelo que estabelecem restrições à maneira de Locke – *Proviso* – que indicam as condições das apropriações originais, especificando aquilo de que cada um se pode apropriar ou usar de forma exclusiva, bem como o que deve deixar para os outros se apropriarem e/ou usarem, de modo a que a sua liberdade não seja perdida (Cf. supra Capítulos I e III). As restrições, porque o libertarismo é histórico, são aplicadas não só na aquisição original, mas também em todas as aquisições e transferências posteriores acabando por constituir, juntamente com a autopropriedade, o limite à livre acção dos indivíduos.

Embora definam as suas restrições, as condições em que se aplicam e a forma como são mantidas ao longo da história das posses, especificando que não põem em causa os direitos libertários individuais, estas constituem a primeira dificuldade com que qualquer medida rectificativa ou tentativa de a estabelecer se depara. Diferentes, ambas estabelecem que a justiça das posses terá que ser avaliada por comparação com uma situação inicial em que os recursos naturais são calculados e é estabelecido o seu valor para aferir daquilo que cada um pode ou não apropriar-se. Ora, o valor dos recursos naturais constituirá outro obstáculo à rectificação.

No caso de Nozick esse valor corresponde ao que o recurso valeria no estado de natureza, pelo que é irrisório tendo em conta que a sua apropriação dificilmente causaria prejuízo a alguém. Ainda assim, salvaguarda o caso dos recursos essenciais à sobrevivência, admitindo que poderá limitar-se a posse da totalidade desses recursos². Todavia, percebe que a sua base de referência é tão baixa que será alvo de objecções, pelo que apresenta vários argumentos em que pretende demonstrar que os não-proprietários não perdem liberdade, podendo até usufruir de uma situação mais vantajosa que aqueles que possuem os recursos. Estes argumentos servem um propósito, defender que não há qualquer direito a compensação pela aquisição quando respeite a

² Cf. supra I.1.: Nozick admite a suspensão provisória dos direitos de propriedade quando esteja iminente uma catástrofe humanitária.

restrição: deixar *tanto e tão bom* quanto o que foi apropriado, ou seja, não piorar a circunstância de alguém pela apropriação.

Por um lado, o prejuízo dos que não se apropriaram só aconteceria se estes já tivessem percebido os benefícios que a aquisição dos recursos poderia proporcionar, o que significaria que teriam eles reivindicado os respectivos direitos de propriedade. Assim, os primeiros apropriadores serão aqueles que compreenderam ou souberam extrair aqueles benefícios, não prejudicando, de facto e de forma imediata, os não-proprietários. O patamar da base de referência de comparação permite uma aquisição inicial praticamente ilimitada. Por outro lado, argumenta Nozick, sendo os apropriadores aqueles indivíduos cujo talento identificou o potencial dos recursos, as melhorias, transformações e inovações que realizassem iriam melhorar as condições de vida de todos, sendo eles os únicos que correriam os riscos da perda e desvalorização da propriedade, bem como os que custeariam os investimentos e prejuízos. Os não-proprietários não veriam, assim, a sua situação piorada pela acção apropriadora. Nozick termina a argumentação com o exemplo das patentes, estabelecendo uma relação entre descoberta e propriedade (*finders-keepers*). Mas esta relação pode ser problematizada.

Vandana Shiva³, activista social indiana, denuncia alguns casos de produtos que os agricultores indianos usam há séculos e que pelas suas qualidades, por exemplo em termos nutricionais, medicinais ou gastronómicos, são patenteados por empresas privadas. Ora, este poderia ser, assim, um caso de propriedade colectiva que ao ser adquirida por alguém viola o *proviso* de Nozick, já que impede que os agricultores continuem a efectuar a produção e transformação ilimitada dos bens entretanto patenteados. Neste caso, a sombra histórica da restrição poderia solucionar o conflito, limitando aquilo a que Vandana Shiva apelida de *biopirataria de patentes*.

Contudo, se a situação dos agricultores não fosse materialmente piorada, Nozick não veria qualquer problema em que essas plantas ou os seus usos fossem patenteados. Poderia não existir uma degradação da situação dos agricultores, cuja situação seria melhorada pela maior procura dos seus produtos, ainda que as potencialidades dos bens não tenham sido descobertas pelas empresas privadas, mas pelos indivíduos no seu quotidiano, fazendo parte da sua cultura. Mas, a possibilidade da sua situação piorar pela exploração excessiva daqueles recursos ou pela necessidade de mão-de-obra

³ Toda a informação sobre a sua actividade e a organização que fundou (*SeedFreedom*) está disponível em <http://www.vandanashiva.org/>.

especializada inexistente também existiria. A única forma de aferir a justiça destas aquisições seria equacionar todos os cenários possíveis e futuros e compará-los para verificar a aplicação da restrição, o que é irrealizável como foi esclarecido no subcapítulo I.1.

A restrição de Vallentyne embora partindo dos mesmos pressupostos, é oposta à de Nozick. Defendendo a autopropriedade como direito absoluto e inviolável e reconhecendo que os recursos são finitos, preocupa-se com a preservação da liberdade efectiva dos não-proprietários. Partindo do pressuposto que a liberdade só se efectiva se houver posse (apropriação ou uso) dos recursos, determina uma restrição igualitária em que a apropriação ou uso exclusivo serão acompanhados do dever de compensação aos não-proprietários. Esta compensação não põe em causa a autopropriedade dos apropriadores, uma vez que os recursos naturais não foram por si produzidos, pelo que devem ser objecto de uma partilha igualitária que proporcione a todos a igual oportunidade inicial de perseguirem os seus projectos de vida (bem-estar).

O âmbito das suas restrições posiciona-os em lados opostos do libertarismo, apresentando concepções distintas relativamente ao que deve ser o objecto de uma teoria da justiça. A Nozick interessa assegurar os direitos de não interferência, a liberdade negativa dos indivíduos, não só nas suas vidas mas sobretudo naquilo que as efectiva, a sua propriedade ou o seu conjunto de posses. A Vallentyne interessa assegurar não só a liberdade negativa, a não interferência, mas também efectivar a acção livre dos indivíduos por meio do acesso de todos aos recursos naturais disponíveis. Assim, as suas restrições evidenciarão o âmbito de qualquer compensação ou rectificação. Nozick considera necessário rectificar apenas se a restrição for violada. Vallentyne considera necessário compensar (os não-proprietários e/ou os que não usam os recursos de forma exclusiva) para que a restrição seja efectivada.

Estas restrições, porque o libertarismo em geral se assume como uma teoria histórica, terão que ser cumpridas ao longo da história das posses (Cf. supra I.2. e III.3.). Assim, Nozick afirma que a justiça é processual, pelo que a justiça das aquisições iniciais é mantida ao longo da história graças à acção de um mercado livre cujas únicas limitações serão a autopropriedade, a restrição e os princípios de titularidade. A acção voluntária dos indivíduos no mercado, desde que respeite os direitos libertários, conduz a uma distribuição final justa. Mantendo-se a *sombra histórica* da restrição, qualquer transferência das posses será legítima, pelo que a interferência de alguém ou do estado no conjunto de posses dos indivíduos é

injustificável. Quando o indivíduo se apropria legitimamente de algo fá-lo de forma absoluta. Este tipo de propriedade é o único admitido por Nozick, pois deduz-se da autopropriedade. Se a autopropriedade é absoluta, tudo o que o indivíduo adquira ou produza passa a fazer parte de si, do seu projecto de vida, da sua circunstância constituindo algo a que tem direito absoluto e ilimitado. Como já foi referido, esta dedução da propriedade absoluta dos recursos da propriedade de si mesmo não é suficientemente esclarecida, mas é dela que Nozick retira a ilegitimidade das acções redistributivas dos estados, quer sejam a promoção ou distribuição de bens primários, quer seja a cobrança de impostos para o bem comum (argumento de Wilt Chamberlain).

No entanto, a *sombra histórica* da restrição e o carácter absoluto dos direitos de propriedade conduzem a uma situação em que poderia ser adquirida a totalidade de um recurso, ou de todos, não ficando disponível nada mais para que outros pudessem adquirir e, no entanto, a sua situação não seria piorada com a derradeira aquisição. De facto, quem nasça numa situação em que não tem qualquer acesso aos recursos, não vê a sua situação piorar pela apropriação da última parcela de terra, por exemplo. Embora Nozick responda a esta objecção com o recurso à *mão invisível* do mercado que acabaria por impedir a apropriação total dos recursos, não apresenta qualquer princípio que previna a acumulação ilimitada de recursos ou que indique a forma de a rectificar, pois não reconhece a possibilidade de o mercado limitar ilegitimamente a liberdade individual. Se o reconhecesse teria que assumir o carácter não absoluto das posses ou teria até que impossibilitar a aquisição de qualquer recurso.

Para além da confiança no mercado como garante da liberdade de acção dos indivíduos e como mecanismo auto-regulatório das falhas que possam surgir, convicção partilhada com Hayek, Nozick acrescenta a analogia dos casamentos com o mercado laboral, para demonstrar que a liberdade só se realiza num mercado-livre, em que as alternativas existentes são o resultado das transferências livres entre os indivíduos (Cf. supra I.3.). A pertinência e adequação da argumentação e do exemplo podem ser postos em causa uma vez que a analogia não tem em conta aspectos essenciais da contratação laboral e das causas que poderão conduzir à escassez de oferta de emprego e à exploração da mão-de-obra. Por ser demasiado linear o exemplo não cobre as circunstâncias e especificidades das relações contratuais entre donos do capital e trabalhadores. O problema coloca-se aquando do excesso de mão-de-obra disponível para determinada função, o que leva a que o dono do capital imponha as suas condições nesta transferência. Não há uma troca livre, mas uma imposição em que uma das partes

não tem alternativa. Comer um pão duro seria sempre melhor que não comer pão nenhum... seria esta a resposta de Nozick?

Vallentyne não responderia desta forma, uma vez que a sua confiança no mercado não é ilimitada, admitindo falhas que deverão ser rectificadas. Embora considere que os indivíduos devem poder transferir e adquirir posses num mercado livre, a restrição constitui-se como um *princípio continuado* (Cf. supra III.3.) que tem em conta a alteração das circunstâncias quando perturbem a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar, como por exemplo o aumento do número de indivíduos contemporâneos. Havendo mais indivíduos, as condições da partilha inicial de recursos foram alteradas, pelo que será necessário garantir aos mais novos uma parte de recursos semelhante à dos outros. Para além de considerações que se prendem com a justiça intergeracional, esta posição pressupõe que a posse pode não ser absoluta, admitindo que a apropriação e uso exclusivo dos recursos podem ser condicionais, quer à alteração das circunstâncias futuras, quer à compensação dos não-proprietários ou ao pagamento de taxas e impostos previamente acordados (Cf. supra III.3.: desconstrução do argumento de Wilt Chamberlain). Ainda assim, a autopropriedade não é desrespeitada uma vez que os recursos não são parte do indivíduo, nem foram produzidos ou criados exclusivamente pelo seu esforço e recursos internos. Os recursos externos ou materiais não têm, então, que ser objecto de uma apropriação total, pelo que conclui que vários modelos de propriedade são compatíveis com a autopropriedade sem a porem em causa.

Na proposta de Vallentyne a propriedade é condicional à promoção da igualdade inicial de oportunidades de bem-estar (restrição igualitária), pelo que qualquer apropriação, uso ou transferência terá que ter em conta que os recursos disponíveis têm que a garantir a todos os indivíduos. Ora, Vallentyne antecipa-se à objecção de que o carácter condicional da propriedade à alteração das circunstâncias acabaria por conduzir a uma contínua intervenção na vida dos indivíduos com a alteração e redistribuição dos seus conjuntos de posses, afirmando que a posse deveria ser condicional à constante satisfação do *proviso*. Desta forma, poderia nem sequer ser possível a apropriação total, mas apenas o uso dos recursos. Desde que as limitações às posses fossem inicialmente estabelecidas (por exemplo a tributação ou compensação devida aos não-proprietários) e as oportunidades iniciais de uso dos recursos igualadas, a justiça das transferências e aquisições posteriores dependeria da manutenção daquelas condições ao longo da história das posses. A rectificação de injustiças consistiria, assim, no restabelecimento daquelas condições sempre que fosse necessário ou possível, ainda que tal significasse a

redistribuição. A alteração das posses é inicialmente pressuposta como podendo ocorrer, não sendo por isso ilegítima.

No entanto, Vallentyne esclarece que a igualização não tem que ocorrer ao longo da vida dos indivíduos, como se o seu conjunto de posses tivesse que constantemente ser analisado e igualado aos dos outros. A igualdade é inicial e não um objectivo ou uma distribuição final pretendida. As decisões e opções individuais podem alterar a circunstância inicial dos indivíduos, sendo eles os responsáveis pelo desperdício ou incremento do seu conjunto de posses, pelo que não haverá lugar a redistribuição ou rectificação. Se os indivíduos prejudicarem outros, por usarem mais do que a sua parte de recursos, a compensação é devida, pelo que em vida a rectificação das injustiças não apresenta qualquer problema: um indivíduo tem o dever de rectificar e compensar outro que prejudicou. Por outro lado, os indivíduos que decidam procriar, alterando as circunstâncias, terão que prover a parte justa dos recursos aos seres gerados, não se modificando as condições daqueles que decidiram não o fazer. Apenas quando tal não seja possível é que Vallentyne admite que os outros indivíduos deverão fazê-lo, defendendo deveres em relação às gerações vindouras (III.4.). Ao apresentar uma concepção híbrida de direitos em que as escolhas e os interesses dos indivíduos são tidos como moralmente relevantes, sendo as escolhas prioritárias, admite que as gerações vindouras possam ter interesses, logo, direitos e consequentemente que os seus antepassados tenham deveres em relação a elas. Ora, os interesses são os de usarem uma parte igualmente valiosa dos recursos à daqueles que lhes são contemporâneos, ou seja, a igualdade inicial de oportunidades de bem-estar. Contudo, tal não significa apenas que as gerações anteriores têm o dever de deixar recursos para os vindouros, mas também que as transferências intergeracionais são limitadas pela restrição igualitária.

As transferências são limitadas pelos efeitos que poderão ter na igualdade inicial de oportunidades. Assim, as heranças não são tidas como direitos dos falecidos nem das gerações vindouras, embora possam ocorrer *quasi*-transferências. Estes recursos são contabilizados no cálculo inicial das oportunidades de bem-estar, pelo que poderão ser redistribuídos, sujeitos a tributação ou compensação. Todas as transferências que não perturbem a igualdade inicial de oportunidades ou que sejam efectuadas num contexto de mercado livre, em que os indivíduos trocam bens e serviços pelo seu valor competitivo, são justas.

Os deveres são limitados à promoção da igualdade inicial de oportunidades, não sendo exigido que os indivíduos deixem condições melhores sacrificando os seus

projectos individuais. Aliás, Vallentyne não considera que a justiça intergeracional pressuponha que todas as gerações tenham acesso ao mesmo valor total de recursos. Tal seria impossível, uma vez que os recursos disponíveis dependem da acção livre dos indivíduos, das trocas efectuadas num mercado livre e de factores não dependentes da acção humana (factores naturais, acidentes...).

A justiça intergeracional é um conceito que Nozick aflora, em notas de rodapé, mas que não considera pertinente ou necessário debater numa teoria libertária. De facto, se aquilo que é moralmente relevante são as escolhas individuais, os únicos seres com direitos são os existentes, pelo que mortos e vindouros não terão direitos. No entanto, tal não acontece, pois Nozick reconhece direitos aos mortos e deveres aos vindouros. Os mortos têm o direito de deixar heranças e os vindouros o dever de rectificar injustiças passadas. Esta é uma perspectiva histórica em que passado e presente são moralmente relevantes, não o sendo o futuro, como assinalou Vallentyne⁴. Ainda assim, se os direitos de propriedade são derivados da autopropriedade não há razão para que após a morte dos indivíduos o seu conjunto de posses não passe a não possuído. Nozick não o admite por considerar que tal seria limitar a liberdade de acção dos indivíduos que decidiram deixar o seu legado a alguém. No entanto, se os indivíduos têm o direito de estabelecer acordos ou tomar decisões que inviabilizem ou, objectivamente, comprometam as gerações vindouras, poderá alguém não perceber a injustiça das decisões? É o caso do esgotamento dos recursos naturais, da poluição ou do estabelecimento de acordos e contratos que terão que ser pagos pelos sucessores, impedindo-os de decidir ou escolher outras alternativas. Nozick percebe a injustiça como podendo ocorrer do passado para o presente, mas não a prevê, inviabilizando a sua rectificação.

Vallentyne, pelo contrário, prevê que tal possa acontecer e estabelece os deveres intergeracionais e as limitações das transferências para tentar impedi-lo. Embora manifeste um optimismo nas relações intergeracionais, pressupondo que mesmo quando as gerações anteriores usem em demasia um recurso, alguma melhoria tecnológica, por exemplo, será legada às seguintes, ao impor a restrição como um princípio continuado a aplicar-se no futuro pretende impedir que as oportunidades iniciais de bem-estar sejam comprometidas. Contudo, não estabelece o nível de bem-estar que tem que ser

⁴ V 28, 5: “É digno de nota que uma teoria possa ser histórica (i.e. sensível ao passado) sem ser puramente histórica (i.e. tornando irrelevantes as consequências futuras).”/ “It’s worth noting, however, that a theory can be historical (i.e., sensitive to the past) without being purely historical (i.e., making the future consequences irrelevant).” (3. *Libertarianism and Justice*)

assegurado aos vindouros. Os acordos e relações contratuais podem não comprometer a igualdade inicial de oportunidades, mas o nível de bem-estar. Poderá o dever de assegurar os interesses das gerações posteriores, servir como limite àquelas acções dos indivíduos? Esta reflexão terá que ter em conta também as funções do estado e a forma como poderá intervir para impedir as injustiças intergeracionais. Quando se questionam as relações contratuais estabelecidas por gerações anteriores, presumem-se as relações estabelecidas, por exemplo, entre os estados e outras instituições (empresas, bancos ou organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional). Ora, os libertaristas consideram apenas as relações estabelecidas entre indivíduos, pelo que aquelas injustiças não ocorreriam, uma vez que se suporiam ilegítimas se um dos elementos da relação não escolhesse ou não tivesse interesse naquela relação contratual. No entanto, se o libertarismo assumir um ponto de partida não regulado pelos seus princípios, em que os estados têm funções mais alargadas e em que aqueles acordos são estabelecidos, como poderá ocorrer a transição de um mundo não libertário para o libertário? A rectificação seria necessária, mas a forma como poderia ser feita não é objecto de reflexão, embora Vallentyne assuma que seria crucial apresentar uma teoria rectificativa para o estabelecimento do libertarismo de esquerda. Afirma que a especificidade das injustiças e o desconhecimento acerca do passado tornariam esta tarefa irrealizável, e por isso sugere que o prazo de análise seja de 100 anos. Mas, o problema de como rectificar, a quem compensar, quem operaria a rectificação, mantém-se e o autor assume-o (Cf. V 47, “6.4 Dealing with the Imperfect World”).

Todavia, se a análise for relativa à rectificação das injustiças passadas num sistema político libertário, a indeterminação mantém-se, pois o carácter histórico da teoria determina a compreensão da sequência de actos e factos que conduziram à situação injusta. Vallentyne não determina o momento em que a história das posses se inicia, a forma como o cálculo dos recursos naturais, das oportunidades iniciais e do nível de bem-estar é efectuado, apesar de estabelecer a necessidade de recalcular e de compensar sempre que a restrição é violada ou posta em causa. A possibilidade de rectificação mantém-se indefinida. Contudo, ao contrário de Nozick que relança a teoria libertária para o centro da discussão da filosofia política, sem retomar a análise de

algumas das fragilidades que encontra no seu sistema teórico⁵, Vallentyne admite-as e ao longo dos seus artigos e livros continua a abordá-las com vista à sua resolução, ou pelo menos, à procura de um *equilíbrio reflexivo* nas várias abordagens que faz daquelas indeterminações.

De salientar que embora reconhecendo que não apresentam uma teoria rectificativa, ambos são contrários à redistribuição constante como forma de estabelecer a justiça. No entanto, admitem que pode ser necessário alterar a distribuição final, mas tomando esta medida como provisória, negando princípios de estado-final. Defendendo que as distribuições finais não são o objecto das suas teorias, pois reflectem as acções e escolhas individuais ao longo das trocas e aquisições efectuadas num mercado livre, consideram a cooperação social e as desigualdades distributivas como não constituindo um motivo legítimo para a acção redistributiva do estado, ao contrário do que é defendido pelas teorias de justiça distributivas (II.1. e IV.1.). Alterar a distribuição final, apenas tendo em conta princípios de estado-final constitui para ambos uma violação da autopropriedade. Desta posição, decorrerão propostas relativas ao estado e às suas funções que correspondem àquilo que consideram ser essencial para a justiça. As funções dos estados que propõem terão em conta as suas posições relativamente à intervenção legítima destes nas vidas dos indivíduos. Interessante é notar que ambos definem estados com funções restritas, posicionando-se de forma contrária relativamente ao conceito de igualdade e à sua importância na promoção da justiça. A acção e intervenção do estado dependerá, então, do que consideram legítimo alterar-se, compensar-se ou rectificar-se tendo em conta a justiça das posses (Capítulos II e IV).

Para Nozick a igualdade é um conceito nebuloso e não neutral utilizado pelas teorias distributivas para legitimar a sua intervenção constante na vida dos indivíduos tendo em vista uma determinada distribuição final. Presumida, mas não defendida, a igualdade constitui a justificação para a rectificação constante da distribuição que resulta da acção livre e do funcionamento do mercado livre, o que considera ilegítimo. A rectificação ou compensação permanentes das teorias distributivas desrespeitam a autopropriedade, tratando os bens como sociais ou colectivos, ignorando as relações

⁵ Nozick dedicou-se a diversas áreas da reflexão filosófica, sendo que a filosofia política não lhe mereceu, depois de *Anarchy, State and Utopia*, uma grande atenção. Jeffrey Paul (1983: p. 13-4) admite que tal não se deveu à incapacidade de Nozick, professor universitário e *filósofo profissional*, em responder às objecções ou fundamentar melhor os seus pressupostos, mas ao seu objectivo de relançar o libertarismo para a discussão filosófico-política dominada por *Uma Teoria da Justiça*, publicada três anos antes. Se este foi o objectivo de Nozick, pode concluir-se que foi atingido constituindo ainda hoje o libertarismo, quer de direita quer de esquerda, parte essencial da discussão e reflexão da filosofia política.

entre produção e distribuição, logo, desvalorizando o esforço individual despendido e o trabalho dos indivíduos. A rectificação baseada num resultado final é, assim, considerada injusta. Apenas será justo que a rectificação ou a compensação decorram de situações em que os direitos libertários foram violados ou postos em causa. Nestes casos, Nozick admite como possível que se apliquem princípios de estado-final, mas apenas quando a rectificação seja dificultada por lacunas quanto à informação histórica relativa às violações dos princípios da titularidade e o curso dos eventos daí decorrentes seja indecifrável.

Ora, com esta cedência aos princípios de estado-final, causada pela rectificação, torna-se clara a dimensão não prevista por Nozick da importância do terceiro princípio para a coerência interna da sua teoria. O estado mínimo, cujas funções estariam limitadas a ser o vigilante da segurança dos indivíduos, do respeito dos seus direitos e garantir que a propriedade privada era adquirida e transferida de forma legítima, vê alargada, ainda que provisoriamente, a sua intervenção quando se trate de rectificar⁶.

Para além da rectificação não há nenhuma outra situação em que as funções do estado mínimo devam ser alargadas, apresentando Nozick vários argumentos em que pretende demonstrar que a desigualdade distributiva é apenas o reflexo da efectivação da liberdade individual (II.2.).

Não sendo a desigualdade intrinsecamente injusta qualquer acção do estado para nivelar ou igualar as posições dos indivíduos constitui uma injustiça, pois ao alterar o conjunto de posses, redistribuindo, estará a violar a autopropriedade. Esclarecedor é o facto de Nozick apenas utilizar a noção de autopropriedade uma vez ao longo da sua obra, aquando da crítica à cobrança de impostos que identifica como uma violação daquele direito (II.3.). Os indivíduos e as suas posses são, pela tributação, tratados como meios para atingir um bem social ou comum, noção que não deve ser o fundamento de uma teoria da justiça. Segundo Nozick, o bem comum pressupõe um desrespeito pela individualidade que se concretiza quer na redistribuição quer na presunção da necessidade de prover bens primários com o objectivo de melhorar a situação dos mais desfavorecidos, não se tendo em conta que os bens são-no de alguém que tem legítimo direito a eles. O desrespeito pela autopropriedade ocorre também na defesa de que os talentos individuais devem ser realizados, fomentados e desenvolvidos com o objectivo de melhorar as circunstâncias da sociedade ou comunidade (II.4.) tratando Rawls, na

⁶ Cf. supra I. 4.: Nozick admite que o princípio de rectificação, em determinadas circunstâncias, poderá ser similar ao princípio da diferença de Rawls.

opinião de Nozick, os indivíduos como meios para atingir uma determinada distribuição final. Rawls fá-lo não só por meio da constante intervenção que é legitimada pelo princípio da diferença, mas também *a priori* na escolha dos princípios de justiça em que os indivíduos são desprovidos de tudo aquilo que constitui a sua individualidade (Cf. supra II.5.), conduzindo-os à valorização de uma noção de igualdade como presumivelmente desejável, sendo que na impossibilidade de a concretizar, as desigualdades devem beneficiar os mais desfavorecidos.

Ao longo da sua argumentação, quer na crítica à teoria de Rawls, quer à noção de igualdade defendida pelas teorias distributivas, Nozick retira ao estado qualquer função assistencialista. O estado não tem o dever de providenciar assistência aos mais desfavorecidos, nem tem o dever de colmatar as falhas do mercado. Aliás, esta última função não existe pois não se supõe que o mercado tenha falhas que não possam ser superadas ou atenuadas pelo seu livre funcionamento (Cf.: o tratamento da concorrência abordado em II.2.). Nozick recusa a noção de bens sociais primários, não admitindo que a impossibilidade de acesso dos indivíduos a bens essenciais possa ocorrer num sistema capitalista. Por outro lado, não parece admitir que o funcionamento do mercado livre pressupõe regulamentos que preservam, por exemplo, a livre-concorrência, como as leis *anti-trust*. Esta crítica é-lhe dirigida por João Carlos Espada (1997: 224-9) que defende a compatibilidade da teoria de Nozick com princípios procedurais que excluam determinados *resultados-finais residuais*. Assim, defende que, subvertendo a liberdade, aqueles resultados finais residuais podem ser excluídos, estabelecendo-se princípios que a efectivem. Daqui deduz a possibilidade de se estabelecer o “direito a não ser privado de determinados bens básicos mínimos”⁷ que conduziria à limitação ou impossibilidade do exercício da liberdade.

O problema para Nozick, ainda que o princípio fosse aceite, seria a redistribuição que seria necessário empreender para prover os indivíduos desses bens. Nozick coloca a questão e dá a resposta: “ «Não deve a justiça ser harmonizada/conciliada com a compaixão?» Não pelas armas do estado. Quando os privados decidem transferir recursos para ajudar outros, isto cabe na concepção da justiça como titularidade”⁸ (ASU, 230⁴⁸). Ajudar os mais necessitados é uma decisão individual que se pode presumir como desejável, mas não constitui qualquer dever. A única excepção

⁷ Espada (1997: p. 229)

⁸ “«But isn’t justice to be tempered with compassion? » Not by the guns of the state. When private persons choose to transfer resources to help others, this fits within the entitlement conception of justice.”

que Nozick admite é a possibilidade de alguma assistência àqueles que vejam a sua situação piorada por algo que não foi da sua responsabilidade. Mas, ainda assim, não esclarece como poderia essa ajuda ser providenciada, bem como quem a providenciaria. No exemplo da catástrofe natural que dizima a quase totalidade de um recurso natural essencial sugere a suspensão provisória dos direitos de propriedade daqueles que mantiveram a posse do recurso, mas não especifica as condições em que tal ocorreria. Ora, se os indivíduos, neste caso, deverão ter alguma ajuda pois a sua situação não foi por eles provocada, nem por ninguém, então por que razão não admite Nozick que os habitantes de um país pobre em recursos naturais, que vivam em condições miseráveis, poderão também ser ajudados e auxiliados? Na verdade, Nozick não afasta a possibilidade dessa ajuda se concretizar, mas não a concebe como constituindo um direito, pois tal implicaria um dever de alguém usar as suas posses de forma não voluntária. O estado não pode obrigar os indivíduos a contribuírem para ajudar os mais necessitados e não tem esse dever ou função de assistência. Como esclarece João Cardoso Rosas, Nozick defendia que “ (...) qualquer esquema solidário ou distributivo implicava interferir na propriedade e liberdade dos mais ricos, o que significava tratá-los instrumentalmente e isso era indefensável de um ponto de vista moral”, pelo que “(...) a caridade substituíra com vantagem a solidariedade” (Rosas, 2012).

Vallentyne não concorda com as funções atribuídas ao estado por Nozick, aliando à defesa dos direitos libertários de autopropriedade e liberdade alguma igualdade material inicial que considera necessária e justa. Esta sua posição atribui ao estado as funções de assistência aos mais desfavorecidos e de superação das falhas do mercado, possibilitando a redistribuição mas apenas quando esteja em causa a promoção da efectiva igualdade inicial de oportunidades de bem-estar, sem pôr em causa a autopropriedade dos indivíduos. Não tendo sido os recursos naturais produzidos por ninguém e reconhecendo as desigualdades iniciais decorrentes das características dos indivíduos (talentos, capacidades, saúde...) e das suas circunstâncias (familiar, económica, social, educacional...), Vallentyne defende a necessidade da igualização inicial das oportunidades de bem-estar. Com esta igualização inicial, os indivíduos podem considerar-se responsáveis por aquilo que consigam ao longo das suas vidas, bem como pela concretização ou não dos seus projectos de vida. Nozick e Vallentyne atribuem aos indivíduos a responsabilidade pela sua situação actual, uma vez que decorre das opções e escolhas livres e voluntárias realizadas num mercado livre. Quando a situação actual não for da responsabilidade dos indivíduos, mas de alguém

que violou ou os direitos libertários, os princípios de justiça ou a restrição, então terão que ser compensados e a injustiça rectificada. O problema seria como aferir a responsabilidade dos indivíduos quando, pela restrição de Nozick, seria possível que apenas alguns se apropriassem dos recursos, não piorando a situação dos outros, pois não detinham os talentos, recursos internos para os usarem. Nesta circunstância, em que a restrição coloca a base de referência num patamar baixo, alguns indivíduos ficam privados de recursos cujo benefício apenas percebem, por exemplo, mais tarde, pelo que a sua situação desfavorecida não lhes pode ser imputada.

Ora, Vallentyne ao defender a igualdade inicial considera afastar esta objecção que pode ser feita a Nozick, mantendo os direitos libertários e a autopropriedade intactos. Partindo de uma situação inicial de igualdade de oportunidades de bem-estar, os indivíduos podem ser responsabilizados pela sua situação actual e pela forma como usaram a parte dos recursos que lhes foi atribuída. Vallentyne considera também escapar às críticas de Nozick aos sistemas igualitários uma vez que não pressupõe um estado-final a alcançar, mas tão só colmatar a desigualdade inicial. A forma como o faz não implica a redistribuição, embora ela possa ocorrer em determinadas circunstâncias (Cf. supra IV.2.), mas uma partilha de recursos que tenha em conta as vantagens e desvantagens iniciais dos indivíduos, por exemplo nos recursos internos que possuem e que os colocam em patamares iniciais desiguais. O cálculo necessário à partilha inicial de recursos parece demasiado exigente, uma vez que há características que apenas poderão ser conhecidas no futuro, o que Vallentyne admite poder ser um dos motivos da redistribuição para restabelecer a igualdade inicial, mas também porque exige que se defina o que se entende por bem-estar e por oportunidades.

O libertarista de esquerda tem dedicado alguma da sua reflexão a estas exigências⁹, defendendo que é possível o seu esclarecimento e fundamentação. No entanto, a sua proposta de igualização inicial coloca a exigência de um conhecimento alargado dos indivíduos, dos seus recursos internos, e das circunstâncias externas e respectivas consequências para o seu bem-estar. Vallentyne poderia optar por uma proposta menos exigente, em que os critérios de comparação entre as situações individuais e as oportunidades de bem-estar se baseassem em recursos mensuráveis. Mas a forma como tal poderia ser concretizado é problemática em si mesma. Poderia

⁹ Os artigos de Peter Vallentyne disponíveis em linha demonstram a variedade de temas e problemas a que se dedica, mas também a forma como vai tentando aprofundar e fundamentar as suas propostas: http://klinechair.missouri.edu/articles_links.pdf.

basear-se nos recursos materiais ou nas oportunidades inerentes ao meio em que os indivíduos são gerados (familiar, social), mas faltaria determinar a forma como os indivíduos reagem e se desenvolvem nesse contexto. Poderia basear-se também nos recursos internos, tendo em conta determinadas características, mas a forma como elas serão ou não desenvolvidas e fomentadas também dependerá de factores e decisões individuais que não poderão ser totalmente discernidos, fazendo parte da individualidade, em tudo o que essa noção tem de complexo e indiscernível. A complexidade que a noção de igualdade inicial acarreta poderia, então, conduzir áquilo que Nozick apelida de *exigências paranóicas* em que tudo parece estar ligado (Cf. supra II.2.) aquando da sua crítica às teorias distributivas. No entanto, Nozick acaba por ceder também à noção de igualdade ao permitir que o princípio de rectificação se iguale ao princípio da diferença de Rawls, admitindo que a transição para um estado libertário seja feita a partir de acções que tornem as desigualdades justas ao atenuarem os efeitos e consequências da distribuição. Ainda que a vida não seja uma corrida em que todos têm que partir da mesma posição, como sublinha Nozick, poder-se-á admitir que há algumas etapas ou passagens a que todos deverão ter acesso, até para que se possa exigir a todos a mesma responsabilidade pela sua situação actual. Poderia Vallentyne optar por esta via e determinar, por exemplo, os recursos materiais a que todos, independentemente dos seus recursos internos, teriam que poder aceder? Essa acaba por ser a sua proposta quando sugere a gestão do fundo social tendo em vista a igualdade de oportunidades a longo-prazo, investindo-se em infra-estruturas, ou a sua utilização na correcção das falhas de mercado. No entanto, tal não lhe parece suficiente pelo que a sua proposta de igualdade inicial pressupõe que as desigualdades internas possam ser, de facto, calculadas e compensadas. A determinação das características internas a ter em conta, aquelas que seriam moralmente relevantes para a igualização das condições iniciais, conduziriam à necessidade de esclarecer o que entende por Pessoa no contexto do seu libertarismo. A sua proposta terá, então, que coordenar uma reflexão filosófica mais abrangente, o que tem tentado fazer.

Retomando a argumentação de Vallentyne, após o cálculo inicial dos recursos, que defende dever ser feito globalmente e não local ou comunitariamente, aos indivíduos seria atribuída uma parte de recursos que, devido à sua finitude, poderiam conduzir a uma compensação pela apropriação ou uso exclusivo, para que a igualdade inicial de oportunidades fosse efectivada. Contudo, esta compensação não significa qualquer dever de assistência ou ajuda ao mais desfavorecidos, mas somente o dever de

promover a igualdade inicial se tal for possível, exequível e eficaz. Assim, a tributação ou a cobrança de impostos poderiam constituir mecanismos, previamente estabelecidos, para a efectivação da restrição igualitária, não havendo qualquer violação da propriedade de si mesmo (IV.3.). Os contribuintes não são co-propriedade dos outros tendo em conta uma qualquer noção de bem-comum, mas constituem aquele grupo de indivíduos que se apropriaram ou usaram exclusivamente recursos finitos, pelo que deverão compensar os outros que não o puderam fazer, estabelecendo a justiça. Vallentyne considera necessária a reflexão sobre a forma e a dimensão das compensações e das tributações, uma vez que se forem exageradas poderão conduzir à desmotivação dos indivíduos que verão os seus projectos de vida como objectivos inalcançáveis.

Por seu turno os indivíduos que são compensados não são os mais desfavorecidos na distribuição final, mas aqueles que o tiverem sido inicialmente. Se algum indivíduo se encontrar numa situação desfavorecida, Vallentyne considera ser necessário avaliar se esta deve ou não ser objecto de rectificação por ter resultado de uma injustiça. Quando este for o resultado de más escolhas ou decisões de alguém que teve disponível a sua parte justa de recursos, não há qualquer dever de melhorar a sua situação. Se tiver resultado da acção ilegítima de outro indivíduo, então este adquire o dever a rectificar mas apenas se a vítima reivindicar os seus direitos, ou alguém por ela no caso de não o poder fazer. Ora, percebe-se que o estado de direito privado não fiscaliza as transacções ou acções dos indivíduos como o estado mínimo de Nozick, pelo que terão que ser os indivíduos a exigirem ao estado a rectificação para que ela ocorra, ou impondo eles próprios os seus direitos. Não sendo processual, a justiça das posses para Vallentyne depende dos indivíduos, ou seja, se um indivíduo cujos direitos foram desrespeitados não exigir a rectificação da injustiça, então nem sequer se poderá considerar que existiu, pelo que nenhuma acção compensatória será exigida.

Esta posição facilita a rectificação, ao tornar-se uma medida que tem que ser reclamada por alguém a outrem, ainda que o possa fazer por meio do estado. Desta forma, depreende-se que será o indivíduo que reclama a rectificação da pretensa injustiça quem terá que reunir e apresentar o momento da história das posses em que ela teria ocorrido, constituindo esta uma proposta exequível e razoável se o momento inicial for o da partilha inicial feita num momento determinado da existência desse indivíduo. No entanto, se a situação desfavorecida de um indivíduo se dever à injusta partilha inicial de recursos a quem poderá exigir a rectificação? Embora Vallentyne não

esclareça quem é o responsável pelo cálculo e partilha inicial dos recursos, pode depreender-se que será o estado a garantir essa função. Mas, se se tiver em conta que afirma que os recursos devem ser calculados a nível global (como ilustra com o exemplo das ilhas que é apresentado em IV.1.) aliada à defesa da arbitrariedade das fronteiras nacionais, não é claro como tal poderá ser feito pelo estado de direito-privado libertário, uma vez que teria que coordenar com outros estados essa partilha, pelo que estes teriam que ser também estados de direito-privado libertários.

Vallentyne atribui também ao estado a função de gerir o fundo resultante das compensações devidas quer por acções injustas quer por desigualdades iniciais, esclarecendo que estas poderiam não ser usadas na melhoria da situação dos mais desfavorecidos por razões inimputáveis. Com efeito, defende que as oportunidades de bem-estar devem ser fomentadas, pelos indivíduos e pelo estado, a longo-prazo, para que se tornem raros os casos em que a igualdade inicial não é efectiva. Ora, ao invés da atribuição de quantias a determinados indivíduos, pode ser mais eficaz para a igualdade de oportunidades a criação de infra-estruturas pelo estado. A medida deverá ser sempre sujeita à análise da sua eficácia, pelo que os mais desfavorecidos poderão não ver a sua situação melhorada a curto-prazo. No entanto, Vallentyne ressalva os indivíduos que se encontrem numa situação abaixo da média de bem-estar são prioritários em relação a qualquer medida que vise a melhoria de outras situações. Assim, não estabelece direitos ou deveres de assistência e ajuda, mas define a necessidade de se assegurar a igualdade de oportunidades, conduzindo à efectiva melhoria das condições dos mais desfavorecidos.

Nesta função do estado de investir os pagamentos efectuados com vista a uma igualdade de oportunidades a longo-prazo, percebe-se a preocupação do filósofo com o futuro, não só dos indivíduos existentes, em que as acções rectificativas devem ter em conta as suas oportunidades de bem-estar a longo-prazo, mas também com os vindouros, investindo em infra-estruturas, por exemplo, que poderão facilitar a efectivação da igualdade inicial das suas oportunidades de bem-estar. A criação de sistemas de ensino ou de saúde a que os indivíduos consigam aceder são investimentos que promovem a igualdade de oportunidades a longo-prazo, colmatando falhas do mercado que, por exemplo, não providencia o acesso a estes bens a todos os indivíduos.

O fundo social e a sua gestão pelo estado permitirão a assistência aos mais pobres e a correcção das falhas do mercado sem exigir a redistribuição imposta pelos estados de bem-estar social. De notar que o cálculo da eficácia das medidas

redistributivas a longo-prazo não é apanágio de algumas das políticas redistributivas dos estados de providência actuais, resultando num desperdício de fundos, na sua maioria conseguidos pela tributação, em que os indivíduos permanecem em situações desfavorecidas, não acedendo aos bens e serviços disponíveis num mercado em que não conseguem transaccionar. Os mecanismos de que o estado dispõe na proposta de Vallentyne permitem, assim, por um lado, prevenir as injustiças futuras, e por outro lado, rectificá-las quando sejam cometidas durante a vida dos indivíduos.

Concluindo, ao não tratarem a rectificação das injustiças passadas, Nozick e Vallentyne permitem que as suas propostas possam ser fragilizadas do seu interior, constituindo o carácter histórico das posses e respectivos direitos o calcanhar de Aquiles das suas teorias. Nozick reconhece-o e afirma que ao não ser feito o tratamento das injustiças passadas, não se poderia aferir se a história das posses e as distribuições resultantes seriam ou não justas, pondo em causa a aplicabilidade dos princípios de titularidade, da sua restrição e a crítica que faz às teorias distributivas (Cf. ASU, 231)¹⁰. No caso de Vallentyne mantêm-se as dificuldades devido a considerar a restrição igualitária como um princípio continuado e a colocar as desigualdades iniciais no cerne das considerações acerca da justiça.

No entanto, ao analisar-se a rectificação das injustiças passadas em ambas as propostas libertárias, ficou claro que não é apenas uma questão acessória ou meramente circunstancial, uma vez que a sua indefinição conduziu à consideração de vários conceitos e problemas basilares em qualquer teoria da justiça, libertária ou não. A restrição e o seu carácter histórico, a igualdade, a liberdade, a responsabilidade individual pela situação actual, a tributação e a cobrança de impostos, o papel e funções do estado, a solidariedade social e/ou a caridade, os bens sociais primários, a justiça intergeracional foram os problemas imediatos que surgiram na tentativa de compreensão da forma como poderia rectificar-se sem pôr em causa os direitos libertários. Problemas que conduziram à convicção de que as propostas libertárias e a filosofia política em geral, necessitarão de ser acompanhadas por teorias de direitos e por concepções metafísicas acerca do carácter individual, de como a individualidade fundamenta ou não

¹⁰ “ Na ausência de tal tratamento [detalhado acerca do princípio de rectificação] aplicado a uma sociedade específica, não se pode usar a análise e teoria aqui apresentadas para condenar qualquer esquema de transferências, a menos que seja claro que nenhuma consideração relativa à rectificação de injustiças poderia ser usada para o justificar.” / “In the absence of such treatment applied to a particular society, one cannot use the analysis and theory presented here to condemn any particular scheme of transfer payments, unless it is clear that no considerations of rectification of injustice could apply to justify it.”

a desigualdade, da necessidade ou pertinência da igualização, bem como da forma como essa igualização é desejável e/ou possível, das motivações humanas e da responsabilidade nas acções e decisões, dos deveres que poderão exigir-se aos outros, mas também acerca de quem são os indivíduos (não existentes, crianças, sencientes...?) cuja reflexão deve abarcar.

A leitura e análise destes autores libertários, das críticas que fazem aos estados de providência ou de bem-estar social e o largo espectro de questões e problemas, de ordem diversa, que levantam fazem do libertarismo uma teoria cuja fundamentação e aprofundamento continuam a ser necessários, mantendo-se a sua actualidade. Vallentyne revê continuamente a sua teoria política, as suas posições, bem como as suas limitações e falhas. Para tal têm contribuído vários autores do mesmo espectro político-filosófico, como Hillel Steiner ou Michael Otsuka, mas também aqueles, como Barbara Fried ou Jan Narveson, que têm elaborado críticas e objecções, obrigando os libertaristas de esquerda a responder-lhes e a fundamentar ou abandonar algumas das suas propostas. Nozick, embora não o fazendo em voz própria, continua a ser estudado e aprofundado pelos libertaristas de direita, mas a actualidade das suas críticas e propostas permanece, sobretudo quando assistimos às mais recentes críticas a sistemas de tributação excessivos ou à adopção de medidas de limitação dos mercados e da acção dos agentes financeiros em estados que acabaram por sofrer os efeitos da especulação e da “livre-acção” daqueles agentes, tendo os estados utilizado os impostos pagos pelos indivíduos que deles fazem parte, para colmatar ou amenizar tais efeitos. A crítica ao livre-mercado e ao capitalismo é actualmente acompanhada pelo apregoar do final ou insustentabilidade do estado social, constituindo esta indefinição terreno fértil para a discussão filosófica sobre o papel do estado.

A reflexão político-filosófica, a sua pertinência e o seu âmbito são desveladas pela análise de uma noção – a rectificação – que, afinal, não constitui apenas uma lacuna ou fragilidade das teorias libertárias analisadas, mas demonstra a abrangência e actualidade das questões do domínio da filosofia política.

Referências bibliográficas

Bibliografia primária

NOZICK, Robert (2003), *Anarchy, State and Utopia*. S/l, Blackwell Publishing.

VALLENTYNE, Peter (2012), “Taxation, Redistribution and Property Rights” in *Routledge Companion to Philosophy of Law*, Routledge, ed. Andrei Marmor, pp. 291-301. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (2012), “Left-Libertarianism”, *Oxford Handbook of Political Philosophy*. Oxford University Press, ed. David Estlund, pp. 152-68. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [26-10-2011]

VALLENTYNE, Peter (2011), “Equal Negative Liberty and Welfare Rights”, *International Journal of Applied Philosophy*, 25, pp. 237-41. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (2011), “Nozick’s Libertarian Theory of Justice” in *Anarchy, State, and Utopia—A Reappraisal*. Cambridge University Press, ed. Ralf Bader and John Meadowcroft, pp. 145-67. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2012]

VALLENTYNE, Peter (2011), “Responsibility and False Beliefs” in *Justice and Responsibility*. Oxford University Press, ed. Carl Knight and Zofia Stemploska, pp. 174-86. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [18-09-2013]

VALLENTYNE, Peter (2010), “Libertarianism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward N. Zalta. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [25-10-2011]

VALLENTYNE, Peter (2009), “Left-Libertarianism as a Promising Form of Liberal Egalitarianism”, *Philosophical Exchange*, pp. 56-71. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [20-01-2013]

VALLENTYNE, Peter (2009), “Left-Libertarianism and Liberty” in *Debates in Political Philosophy*. Blackwell Publishers, ed. Thomas Christiano and John Christman, pp. 137-151. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [04-01-2013]

VALLENTYNE, Peter and STEINER, Hillel (2009), “Libertarian Theories of Intergenerational Justice” in *Justice Between Generations*. Oxford University Press, ed. Axel Gosseries and Lukas Meyer, pp. 50-76. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [21-04-2013]

VALLENTYNE, Peter (2008), “Brute Luck and Responsibility”, *Politics, Philosophy & Economics* 7, pp. 57-80. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

VALLENTYNE, Peter (2007), “Answers to Five Questions on Normative Ethics” in *Normative Ethics: Five Questions edited*. Automatic Press/VIP, ed. Jesper Ryberg and Thomas S. Petersen, pp. 195-204. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [29-12-2012]

VALLENTYNE, Peter (2007), “Libertarianism and the State” in *Social Philosophy and Policy*, 24, pp. 187-205. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

VALLENTYNE, Peter (2007), “Distributive Justice”, in *Companion to Contemporary Political Philosophy*. Blackwell Publishers, ed. Robert Goodin, Philip Pettit, and Thomas Pogge, pp. 548-62. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

VALLENTYNE, Peter (2007), “On Original Appropriation”, in *Liberty, Games and Contracts: Jan Narveson and the Defence of Libertarianism*. Aldershot: Ashgate Press, ed. Malcolm Murray, pp. 173-78. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

VALLENTYNE, Peter, TUNGODDEN, Bertil (2006), “Who are the least advantaged?”, in *Egalitarianism: New Essays on the Nature and Value of Equality*. Oxford University Press, ed. Nils Holtug and Kasper Lippert-Rasmussen, pp. 174-195. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (2006), “Robert Nozick: Anarchy, State, and Utopia”, in *The Twentieth Century: Quine and After* (Vol. 5, *Central Works of Philosophy*). Acumen

Publishing, ed. John Shand, pp. 86-103. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [15-03-2013]

VALLENTYNE, Peter, STEINER, Hillel and OTSUKA, Michael (2005), “Why Left-Libertarianism Isn’t Incoherent, Indeterminate, or Irrelevant: A Reply to Fried”, *Philosophy and Public Affairs* 33, 2005, pp. 201-15. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [25-10-2011]

VALLENTYNE, Peter (2003), “Brute Luck Equality and Desert”, in *Desert and Justice*. Oxford University Press, ed. Sabrina Olsaretti, pp. 169-185. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (2003), “Distribution of What? An Introduction”, in *Equality and Justice: Distribution of What?*, Routledge, ed. Peter Vallentyne, 2003, xi-xiv. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (2002) “Equality, Brute Luck, and Initial Opportunities”, *Ethics* 112, pp. 529-557. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (2000), “Left-Libertarianism: A Primer”, in *Left Libertarianism and Its Critics: The Contemporary Debate*. Palgrave Publishers Ltd, ed. Peter Vallentyne and Hillel Steiner, pp. 1-20. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [25-10-2011]

VALLENTYNE, Peter (2000), “Equality, Efficiency, and Priority for the Worse Off”, *Economics and Philosophy* 16, pp. 1-19. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [16-07-2013]

VALLENTYNE, Peter (1999), “Le Libertarisme de Gauche et la Justice”, *Revue Economique* 50, pp. 859-878. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [27-12-2012]

VALLENTYNE, Peter (1998), “Critical Notice of G.A. Cohen’s Self-Ownership, Freedom, and Equality”, *Canadian Journal of Philosophy* 28, pp. 609-626. Disponível em: <http://klinechair.missouri.edu/> [09-11-2011]

MACK, Eric (2013), *Liberty Matters: John Locke on Property*. Indianapolis, Liberty Fund. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/title/2517> [19-08-2013]

Bibliografia secundária:

BERLIN, Isaiah (1958), “Two Concepts of Liberty” in Isaiah Berlin (1969) *Four Essays on Liberty*. Oxford, Oxford University Press.

CARRACEDO, José Rubio (1990), “El Estado mínimo: modelo liberal-radical (Nozick)” in *Paradigmas de la política: del Estado justo al Estado legítimo (Platón, Marx, Rawls, Nozick)*. Barcelona, Editorial Anthropos.

ESPADA, João Carlos (1997), *Os direitos sociais de cidadania: uma crítica a F.A. Hayek e Raymond Plant*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FRIED, Barbara H. (2004), “Left-Libertarianism: A Review Essay”, *Philosophy & Public Affairs* 32, no. 1. Blackwell Publishing, Inc. Disponível em: <http://www.utexas.edu/law/journals/tlr/sources/Issue%204/Hasen/48.fried.pdf> [06-08-2013]

KIRZNER, Israel M. (1983), “Entrepreneurship, Entitlement, and Economic Justice” in *Reading Nozick – Essays on Anarchy, State and Utopia*. Oxford, Basil Blackwell, ed. Jeffrey Paul.

KYMLICKA, Will (1995), “Libertarismo” in *Filosofía política contemporánea: una introducción*, Capítulo 4. Barcelona, Editorial Ariel.

LOCKE, John (2007), *Segundo Tratado do Governo*. Fundação Calouste Gulbenkian.

LYONS, David (1983), “The New Indian Claims and Original Rights to Land” in *Reading Nozick – Essays on Anarchy, State and Utopia*. Oxford, Basil Blackwell, ed. Jeffrey Paul.

OTSUKA, Michael (2006), “How to be a Libertarian without being Inegalitarian”, versão inglesa de “Comment être libertarien sans être inégalitaire”, *Raisons Politiques*, no. 23, pp. 9-22. Disponível em: http://www.ucl.ac.uk/~uctymio/Introduction_Raisons_Politiques.pdf [29-08-2013]

PAUL, Jeffrey (1983), "Introduction" in *Reading Nozick – Essays on Anarchy, State and Utopia*. Oxford, Basil Blackwell, ed. Jeffrey Paul.

RAND, Ayn (1989), *The Virtue of Selfishness - A New Concept of Egoism*. Signet (USA).

RAWLS, John (2001), *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa, Editorial Presença.

ROSAS, João Cardoso (2009), "A concepção de estado em Nozick" [em linha] retirado de NOZICK, Robert, *Anarquia, Estado e Utopia*. Lisboa, Edições 70. Disponível em: <http://criticanarede.com/nozick.html> [23-11-2012]

ROSAS, João Cardoso (2012), "Caridade e solidariedade" in *Económico* [em linha], Edição de 12-12-2012. Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/caridade-e-solidariedade_158249.html [27-03-2013]

SAVIDAN, Patrick (1999), "Le Libertarisme de Hayek et de Nozick" in *Histoire de la philosophie politique (Tome V)*. Callmann-Lévy, dir. Alain Renaut.

VALLESPÍN OÑA, Fernando (1985), *Nuevas teorías del contrato social: John Rawls, Robert Nozick y James Buchanan*. Madrid, Alianza.

WOLFF, Jonathan (1996), *Robert Nozick: Property, Justice and the Minimal State*. Cambridge, Polity Press.

WOLFF, Jonathan, "Robert Nozick, Libertarianism, And Utopia" in *Critiques of Libertarianism* [sítio em linha]. Disponível em <http://world.std.com/~mhuben/libindex.html> [Last updated 10/25/07]. Consultado a 07-02-2012